



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

2025

Índice

MENSAGEM DO PROVIDOR	4
I - CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	8
1.1. Caracterização genérica.....	8
1.2. Organograma Geral.....	0
1.3. Órgãos Sociais.....	1
1.4. Missão, Visão e Valores.....	2
1.5. Política Institucional.....	2
1.5.1. Política da Qualidade	2
1.5.2. Política de Ética	3
1.5.3. Política de prevenção de maus-tratos.....	3
1.5.4. Política da Confidencialidade	3
1.5.5. Política da Participação e Envolvimento	3
1.5.6. Política de Gestão de Recursos Humanos.....	4
1.5.7. Política de Recrutamento, Seleção, Acolhimento e Integração	4
1.5.8. Política de Reconhecimento dos Colaboradores.....	4
1.5.9. Política de igualdade de oportunidades e não discriminação.....	5
1.5.10. Política de Formação.....	5
II - RELATÓRIO DE ATIVIDADES	6
2. RESPOSTAS SOCIAIS (Anciania)	6
2.1. Residenciais.....	6
2.1.1. ERPI Lar Rodrigo da Cunha Franco	6
2.1.2. ERPI Lar Dr. Francisco Mendes de Brito / CATEI.....	9
2.1.3. Centro de Férias para Seniores, Comendador António José Martins Lopes.....	13
2.1.4. Aldeamento N ^a . Senhora das Misericórdias, Sénior Residence.....	16
2.2. Não Residenciais	17
2.2.1. SAD – Serviço de Apoio Domiciliário	17
2.2.2. Centro de Dia	20
2.3. Família e Comunidade	23
2.3.1. Clube Vida – Centro de Convívio e Academia Sénior	23
2.3.2. Cantina Social.....	27
2.3.3. Teleassistência	27
2.3.4. Banco de Ajudas Técnicas	28
2.3.5. Voluntariado	29
2.3.6. Famílias.....	29
3. PARCERIAS	30
4. RECURSOS HUMANOS (RH).....	31
5. SAÚDE, HIGIENE, SEGURANÇA NO TRABALHO E HACCP.....	38
6. SERVIÇOS COMPLEMENTARES E DE APOIO	38
6.1. Medicina e Enfermagem	38
6.2. Fisioterapia e reabilitação.....	39
6.3. Nutrição.....	40
6.4. Animação sociocultural e socialização	40
6.5. Cabeleireiro e estética	41
7. ATIVIDADES RELIGIOSAS.....	41
8. PATRIMÓNIO	43
III - PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	46
9. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	46
10. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	49
10.1. Execução dos gastos.....	49

10.2. Execução dos rendimentos	53
11. EXECUÇÃO DOS INVESTIMENTOS	57
12. RELATÓRIO DE GESTÃO	58
12.1. Existência de gastos e rendimentos não correntes	58
12.2. Evolução da atividade da instituição e análise económico-financeira	58
12.2.1. Gastos e rendimentos	58
12.2.2. Taxas de execução orçamental.....	60
12.2.3. Evolução dos gastos e dos rendimentos.....	60
12.2.4. Resumo dos gastos.....	62
12.2.5. Resumo dos rendimentos	75
12.2.6. Indicadores de análise financeira	90
12.2.7. Evolução do EBITDA e Resultado Líquido	91
12.3. Dados mais relevantes do Balanço.....	91
12.4. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.....	92
12.5. Evolução previsível da atividade.....	93
12.6. Factos ocorridos com relevância	93
12.7. Proposta de aplicação de resultados	94
13. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	95
13.1. Balanço em 31 de dezembro de 2025.....	95
13.2. Demonstração de Resultados por Naturezas	96
13.3. Demonstração de Resultados por Funções.....	97
13.4. Alteração nos Fundos Próprios no período 2025	98
13.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa	100
13.6. Anexo	101
13.6.1. Identificação da Entidade.....	101
13.6.2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	101
13.6.3. Principais políticas contabilísticas	101
13.6.4. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	102
13.8. Ativos Fixos Tangíveis.....	108
13.9. Ativos Intangíveis	110
13.10. Locações.....	112
13.11. Custos de Empréstimos obtidos	112
13.12. Inventários.....	113
13.13. Réditos.....	113
13.14. Subsídios e Apoios do Governo	113
13.15. Imposto sobre o Rendimento.....	114
13.16. Benefícios dos Empregados	114
13.17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	114
13.18. Outras Informações	115
13.18.1. Investimentos Financeiros	115
13.18.2. Clientes e Utentes	115
13.18.3. Outras Contas a Receber	116
13.18.4. Diferimentos	116
13.18.5. Outros Ativos Financeiros	116
13.18.6. Caixa e Depósitos Bancários	116
13.18.7. Fundos Patrimoniais.....	117
13.18.8. Fornecedores	117
13.18.9. Estado e Outros Entes Públicos	117
13.18.10. Outras Contas a Pagar.....	118
13.18.11. Outros Passivos Financeiros	118

13.18.12.	Subsídios, Doações e Legados à Exploração.....	118
13.18.13.	Fornecimentos e Serviços Externos.....	119
13.18.14.	Outros Rendimentos e Ganhos	120
13.18.15.	Outros Gastos e Perdas	120
13.18.16.	Resultados Financeiros	120
13.18.17.	Acontecimentos após a data do balanço	121
14.	PARECERES E CERTIFICAÇÕES.....	123
14.1.	Parecer do Conselho Fiscal	123
14.2.	Certificação legal das contas	125

MENSAGEM DO PROVIDOR



José Godinho Lopes
Provedor

O exercício de 2025 caracteriza-se por um reforço da estabilidade económico-financeira da Instituição, refletido tanto no Balanço como na Demonstração de Resultados. Os resultados alcançados evidenciam a capacidade de adaptação, de gestão eficiente dos recursos e de consolidação das atividades sociais prestadas à comunidade.

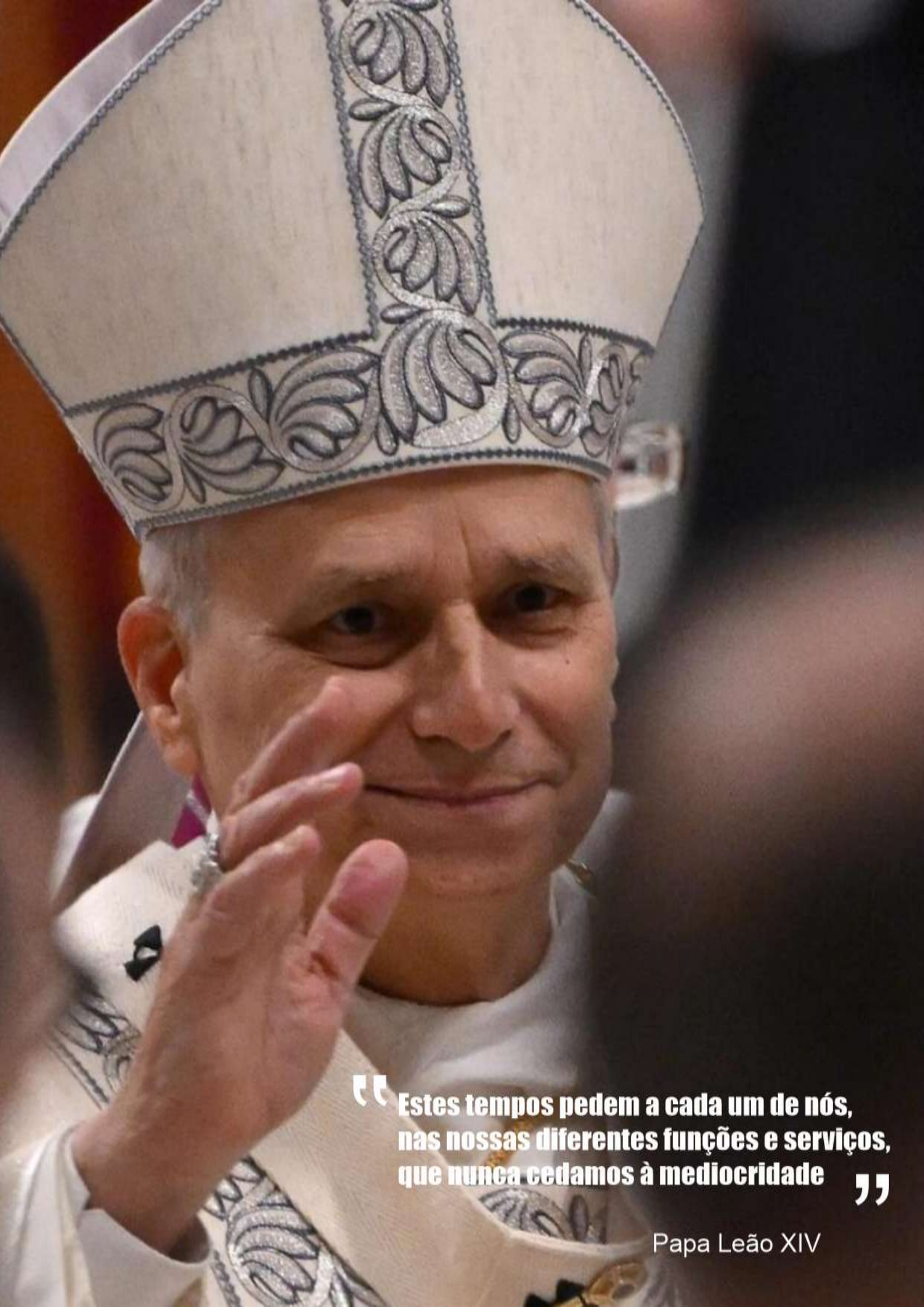
Do lado patrimonial, o **Ativo totalizou 2.009.833,86 €**, com um predomínio natural do **Ativo não corrente**, composto essencialmente por ativos fixos tangíveis, que representam a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das respostas sociais. O **Ativo corrente** registou um crescimento assinalável face ao exercício anterior, influenciado sobretudo pela evolução positiva das disponibilidades e dos saldos a receber, demonstrando maior liquidez e capacidade de cumprimento das obrigações de curto prazo.

O **Fundo Patrimonial** ascendeu a **1.322.779,82 €**, refletindo a solidez estrutural da Instituição e o impacto favorável do **resultado líquido positivo do período (31.169,50 €)**. Este resultado contrasta com o valor negativo de 2024, evidenciando uma inversão da tendência registada no ano anterior e reforçando a sustentabilidade financeira. Já o **Passivo total** diminuiu significativamente, atingindo **687.054,04 €**, com reduções expressivas tanto no passivo corrente como no não corrente, o que contribui para um rácio de autonomia financeira mais favorável.

Na Demonstração de Resultados, verifica-se uma evolução muito positiva dos rendimentos operacionais. Em 2025, os **rendimentos totais ascenderam a 2.705.604,45 €**, impulsionados pelo crescimento dos serviços prestados (2.220.758,17 €) e pelo reforço dos subsídios à exploração (281.056,34 €), bastante superiores aos valores previstos e aos verificados no ano anterior. Simultaneamente, os gastos operacionais mantiveram-se controlados, registando um total de **2.532.531,54 €**, valor abaixo da previsão orçamental, ainda que superior ao de 2024, refletindo pressões de custos inerentes ao setor social.

O **resultado operacional** fixou-se em **40.380,96 €**, representando uma recuperação expressiva face aos resultados negativos do exercício anterior e da previsão. Após consideração dos gastos e rendimentos financeiros, o exercício encerrou com um **resultado líquido de 31.169,50 €**, demonstrando a eficácia das medidas de gestão adotadas, a capacidade de otimização dos recursos disponíveis e a resiliência da Instituição num contexto exigente.

Em síntese, o exercício de 2025 evidencia um ano de **estabilização e fortalecimento económico**, marcado pela recuperação dos resultados, pela redução do endividamento e pelo reforço dos fundos patrimoniais. Estes elementos traduzem uma gestão prudente, rigorosa e orientada para a sustentabilidade, garantindo a continuidade e qualidade das respostas sociais que constituem a missão essencial da Instituição.



“ Estes tempos pedem a cada um de nós,
nas nossas diferentes funções e serviços,
que nunca cedamos à mediocridade ”

Papa Leão XIV



CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

I - CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.1. Caracterização genérica

A Santa Casa da Misericórdia da Golegã (SCMG) foi criada em 1553, como consta do seu primeiro Compromisso, aprovado por alvará a 11 de dezembro de 1873 e confirmado pelo rei D. Manuel I.

Durante muitos anos a sua atividade desenvolveu-se no sentido de minimizar os problemas do ser humano em situação de exclusão social, inicialmente com um equipamento hospitalar e posteriormente desenvolveu a sua ação, com a criação de uma resposta de internamento, para apoiar os cidadãos mais velhos do concelho.

A SCMG é uma organização não-governamental (ONG), cuja ação é direcionada ao apoio social, que nos tem caracterizado desde a nossa fundação, tendo sido registada como Instituição Particular de Solidariedade Social, em 07/10/1982, com base na portaria N.º 119/1983 com o registo N.º 45/82.

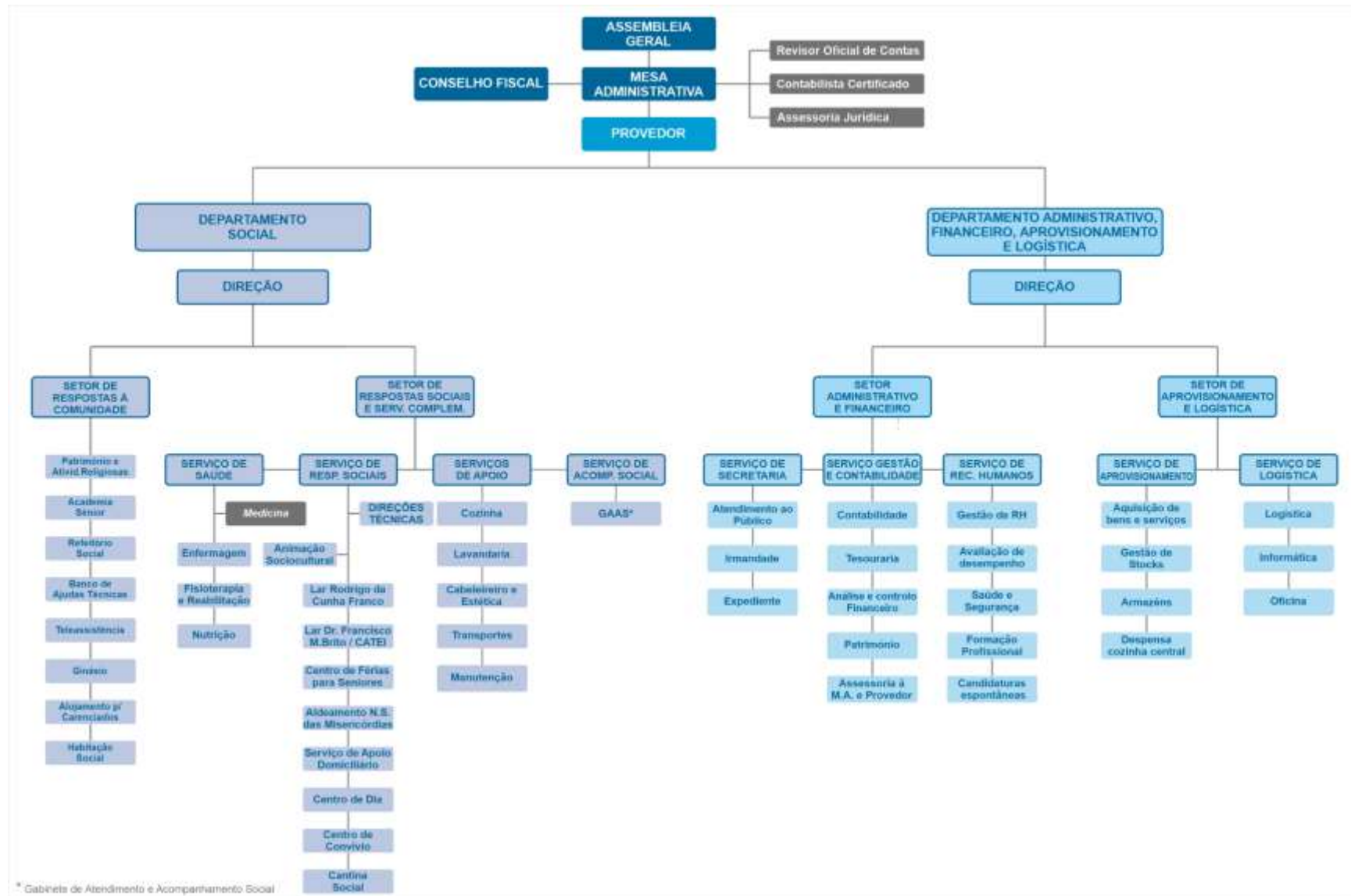
Com o decorrer dos tempos foram surgindo novos fenómenos sociais, aos quais a Instituição respondeu com a criação de novos Serviços Sociais e de Ação Social, continuando a pugnar pela preservação da dignidade humana e pelo combate à exclusão social, tendo como público-alvo essencialmente a população idosa local e respetivas famílias.

Tem vigentes acordos de cooperação com o ISS – Instituto da Segurança Social, IP., em várias das suas respostas sociais, nomeadamente: ERPI (com acordos Típicos e Atípicos), Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia, Centro de Convívio e Cantina Social.

Também com personalidade jurídica canónica, a Misericórdia da Golegã procura incorporar, na sua atividade social, as catorze Obras de Misericórdia, tanto espirituais como corporais, promovendo o culto divino nas suas capelas, exercendo ainda as atividades que constam no Compromisso assim como as que, circunstancialmente, sejam consideradas convenientes, em prol do bem comum e da promoção da fé cristã.

A SCMG é ainda um agente ativo de enorme relevância local, sendo o terceiro maior empregador do concelho, importante na dinamização do tecido económico local, decorrente das dinâmicas que a sua atividade encerra, aumentando por isso a sua responsabilidade social.

1.2. Organograma Geral



Desde o início do ano 2000 (mandato social 2020/2023), que têm vindo a ser introduzidas alterações ao organograma. Se é verdade que, numa fase inicial, se procurou adequar o organograma da instituição à sua matriz organizacional, numa fase mais adiantada, por via das graduais alterações estruturais e organizacionais, propusemo-nos a adequar o modelo organizacional ao organograma.

Na reunião de 27/02/2025, a Mesa Administrativa aprovou, por unanimidade, o novo organograma, que introduziu alterações sensíveis ao anterior.

Assumimos o desafio de alterar a cultura organizacional, através de processos e de procedimentos, encarando uma razoável transformação que já denota melhorias sensíveis. Reforçámos em 2025 a importância da comunicação interna, fundamental para alinhar a estrutura de topo com a estratégia do órgão de gestão.

Voltando ao organograma, ele é uma ferramenta essencial para qualquer organização, oferecendo uma representação visual da estrutura organizacional.

Com vista a uma organização mais adequada ao que pretendemos, importa explicar, sucintamente, a adoção de novos conceitos no organograma:

- ✓ **Departamento:** É a unidade maior e mais abrangente dentro da organização. Cada departamento é responsável por uma área funcional específica. Neste caso consideram-se apenas dois Departamentos:
 - Departamento Social (DS)
 - Departamento Administrativo, Financeiro, Aprovisionamento e Logística (DAFAL)
- ✓ **Sector:** Dentro de cada departamento, passam a existir setores, que se concentram em funções mais específicas. No caso vertente, foram criados 4 setores, 2 em cada departamento:
 - Departamento Social
 - Setor de respostas à comunidade
 - Setor de respostas sociais
 - Departamento Administrativo, Financeiro, Aprovisionamento e Logística
 - Setor Administrativo e Financeiro
 - Setor de Aprovisionamento e Logística
- ✓ **Serviço:** Este é o nível mais específico e pode referir-se a uma função ou atividade específica dentro de um setor. Neste caso foram considerados 9 Serviços:
 - ❖ 4 Serviços no Setor de Respostas Sociais
 - ❖ 3 Serviços no Setor Administrativo e Financeiro
 - ❖ 2 Serviços no Setor de Aprovisionamento e Logística

Essa estrutura visa a ajudar a organizar funções e responsabilidades e a garantir que cada área da Instituição funcione de maneira eficiente e coordenada.

O responsável pela Direção do Departamento Administrativo, Financeiro, Aprovisionamento e Logística, ainda não foi designado.

1.3. Órgãos Sociais

Os órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia, no exercício em apreço, foram constituídos pelos membros seguintes.

Mesa da Assembleia Geral



Jaime Manuel Gonçalves Rosa
Presidente



José António Lopes Tó
Vice-Presidente



Cláudio Bento Silva
Secretário

Mesa Administrativa



José António Godinho Lopes
Provedor



António Manuel A. Sousa Riachos
Vice-Provedor



Ana Cristina B. Alcaçarenho Rosa
Secretária



Henrique Manuel António Cardoso
Tesoureiro



Joaquim Grácio Morgado
Vogal

Suplentes:

António Manuel Rosa Rodrigues

Acácio Galrinho Nunes

António Manuel Batista Amendoeira Silvério

Conselho Fiscal



José Frederico da Silva Iria

Presidente



Maria de Fátima A. Garcia Contente

Vice-Presidente



Bruno Manuel Pereira Antunes

Secretário

Suplentes:

António Carlos Costa Camilo

João António Galinha de Sousa Serra

Adolfo Carlos Teixeira Saldanha Mendes

1.4. Missão, Visão e Valores

- **Missão** | Atuar de forma concertada e integrada na comunidade local, contribuindo ativamente para a melhoria das condições de vida da população idosa, prestando, criando e desenvolvendo serviços na área social adequados às suas necessidades, valorizando a individualidade, promovendo a solidariedade e privilegiando a dignidade humana.
- **Visão** | Ser uma instituição de referência, reconhecida pelos seus serviços e cuidados de excelência, diferenciadores pela proximidade e inovação, dirigidos a qualquer etapa do envelhecimento, tendo como meta orientadora a satisfação da pessoa, no respeito pela sua individualidade, num ambiente personalizado e humanizado.
- **Valores** | institucionais que regem a atividade desenvolvida pela Misericórdia da Golegã são:
 - Justiça
 - Equidade
 - Solidariedade
 - Ética
 - Qualidade

1.5. Política Institucional

1.5.1. Política da Qualidade

Definimos a nossa política de qualidade, como compromisso de melhorar continuamente e respeitar os seguintes princípios:

- Garantir a qualidade de vida e a satisfação dos intervenientes;

- Promover e valorizar o trabalho em equipa, incentivando a inclusão dos intervenientes;
- Incentivar a participação e autodeterminação dos clientes/utentes;
- Definir a implementação de um sistema de formação e desenvolvimento pessoal e profissional;
- Assegurar o cumprimento dos requisitos legais em vigor e outros referenciais aplicáveis;

Apesar da SCMG não ter, ainda, sistema de gestão da qualidade, tem vindo, no entanto, a promover boas-práticas nesse sentido, nomeadamente ao nível da formalização de procedimentos internos e outros normativos, procurando enraizar, progressivamente, uma cultura organizacional diferente, como via para a garantia da qualidade dos seus serviços.

1.5.2. Política de Ética

O conceito de ética na Misericórdia da Golegã refere-se a um conjunto de normas e padrões comportamentais – plasmados no Código de Ética aprovado pela Assembleia Geral em 26/03/2021, que visa estabelecer um compromisso alargado a todos quantos integram, direta e indiretamente, a nossa organização e que assentam numa estratégia orientadora, da qual destacamos os aspetos seguintes:

- Respeitar os valores da instituição e adotar boas-práticas no exercício das funções de cada interveniente;
- Promover uma cultura interna orientada para a igualdade de oportunidades;
- Promover um bom ambiente de trabalho, fomentando a responsabilidade, o profissionalismo e a honestidade;
- Incentivar o cumprimento das normas legais em vigor e dos regulamentos aplicáveis à atividade Institucional;
- Fomentar a Responsabilidade Social junto da comunidade evidenciando a ética e o respeito pelos direitos humanos;

1.5.3. Política de prevenção de maus-tratos

Definimos a nossa política de prevenção a maus-tratos, através do respeito pelos valores da instituição e os princípios éticos, através das ações a seguir elencadas, com o objetivo de anular a possibilidade de maus-tratos no seio da nossa organização, em geral:

- Esclarecer e informar sobre a temática de maus-tratos;
- Difundir e esclarecer as metodologias para a prevenção perante eventuais situações de maus-tratos;
- Agir e atuar adequadamente perante situações desta natureza;

1.5.4. Política da Confidencialidade

Definimos a nossa Política de Confidencialidade, tendo como base os princípios seguintes:

- Respeito pela confidencialidade de toda a informação sobre as partes interessadas, como clientes e/ou utentes, famílias, membros da irmandade, colaboradores, parceiros comerciais e institucionais, prestadores de serviços e outros, enquadráveis;
- Cumprimento das normas legais Nacionais e Europeias sobre proteção de dados pessoais;

1.5.5. Política da Participação e Envolvimento

A Misericórdia da Golegã promove a participação ativa e o envolvimento de todas as partes interessadas, clientes e/ou utentes e suas famílias, membros da irmandade, colaboradores, parceiros comerciais e institucionais, prestadores de serviços e comunidade em geral, com os objetivos seguintes:

- Estimular a participação de clientes e/ou utentes e suas famílias na definição, execução e avaliação dos Planos Individuais de Cuidados;

- Promover a autonomia estimulando os clientes/utentes à participação nas atividades e rotinas da vida diária;
- Estimular o envolvimento e a participação das partes interessadas nas atividades da Instituição, internas e/ou externas, designadamente na comunidade local;
- Promover a satisfação das partes interessadas, no que diz respeito à qualidade dos serviços prestados, através da implementação de procedimentos adequados que permitam atingir esses objetivos;
- Promover a existência de instrumentos para a apresentação de sugestões de melhoria;
- Incentivar a colaboração das partes interessadas na promoção da vida da instituição;

1.5.6. Política de Gestão de Recursos Humanos

Visa, como objetivo central, promover e valorizar o potencial humano, como via estratégica para a melhoria dos serviços prestados, com vista à concretização da missão, visão, valores da instituição assim como da estratégia organizacional.

Para isso, é necessária uma estratégia adequada, devidamente planeada e executada, que permita ir ao encontro das necessidades dos colaboradores, aumentar as suas competências e criar condições para o seu desenvolvimento pessoal e profissional, procurando estimular a sua criatividade e iniciativa pessoal, processo orientado para os objetivos seguintes:

- Tornar mais robusta a cultura institucional e organizacional, através da participação e envolvimento de todos com partilha de boas-práticas, nos termos dos regulamentos e das normas e procedimentos internos instituídos;
- Promover o desenvolvimento de competências, de natureza diversa, que tenham como objetivo o alinhamento com a estratégia organizacional;
- Gerir e avaliar o desempenho, estimulando, reconhecendo e valorizando as ações alinhadas com a estratégia organizacional;
- Reter profissionais com competências chave para a organização;
- Promover e atuar em conformidade com as regras de saúde e segurança;

1.5.7. Política de Recrutamento, Seleção, Acolhimento e Integração

Orientada pelos objetivos da política de gestão de recursos humanos, esta visa promover a seleção de colaboradores, de acordo com os requisitos legais, técnicos e competências necessárias à prestação de serviços de qualidade por parte da Instituição, com os objetivos seguintes:

- Respeitar os requisitos legais no que diz respeito ao recrutamento;
- Determinar e cumprir os critérios de seleção, garantindo a transparência no processo de recrutamento e seleção, como boa prática para a garantia da igualdade de oportunidades e não discriminação dos candidatos;
- Atrair e identificar candidatos com requisitos e competências adequadas à função conforme estabelecido no manual de funções;
- Promover um adequado acolhimento, integração e retenção dos colaboradores.

1.5.8. Política de Reconhecimento dos Colaboradores

Pretende-se, com a definição da nossa política de reconhecimento dos colaboradores, atingir os objetivos seguintes:

- Promover a coesão e a cooperação dos colaboradores, reconhecendo a importância de momento de convívio e partilha para a formação e manutenção da identidade institucional;
- Reconhecer e validar os esforços realizados nos diferentes Programas de Voluntariado;
- Reconhecer e estimular os esforços e contribuições dos trabalhadores de modo a desenvolver e preservar o espírito de pertença à Santa Casa;



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

II - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2. RESPOSTAS SOCIAIS (Anciania)

2.1. Residenciais

2.1.1. ERPI Lar Rodrigo da Cunha Franco

Inserido no complexo social Campus Misericórdia, o Lar Rodrigo da Cunha Franco, ERPI, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, iniciou a sua atividade em 1973, e é a estrutura residencial de maior dimensão e a mais antiga da nossa instituição.



Capacidade instalada:

52 pessoas, abrangidas por Acordo de Cooperação com o ISS, IP.

Considerações mais relevantes:

As medidas de autoproteção não foram ainda concretizadas, permanecendo adiadas. No entanto, durante o ano de 2025 foram realizadas diligências no sentido de atualizar o processo existente, adequando-o à legislação aplicável. A operacionalização do exercício está prevista para o ano seguinte, conforme inscrito no Plano de Investimentos de 2026.

Procedeu-se à consolidação e correção dos procedimentos associados à utilização da aplicação digital *My Sénior*, ferramenta adotada para substituir os anteriores livros de registos manuscritos. A implementação evidenciou ganhos apreciáveis de eficácia, contribuindo para uma melhoria da gestão documental e do acompanhamento diário.

Em 2025 foi concretizada uma reestruturação organizacional nesta resposta social, por via do prematuro falecimento da Diretora do então Serviço Social, com a definição formal de responsáveis por cada uma das áreas de intervenção, tanto ao nível da Direção Técnica como da Encarregada de Setor.

Esta reorganização permitiu clarificar funções, melhorar fluxos de comunicação e reforçar a supervisão operacional, traduzindo-se numa maior eficiência e eficácia dos serviços prestados. A atribuição de responsabilidades mais definidas contribuiu para uma gestão mais próxima do terreno, para um acompanhamento mais rigoroso das equipas e para uma resposta mais célere às necessidades dos residentes e das famílias.

Taxa de ocupação:
100% da ocupação

Excerto da carta social:
Lar Rodrigo da Cunha Franco

De 1-jan a 31-dez
Ano de Referência: 2025

Acordos Típicos

Tipo de Resposta Social:	Residencial		
N.º de Utentes a frequentar a R.S. em 31/12/2025	<input type="text" value="51"/>	Homens	<input type="text" value="16"/>
		Mulheres	<input type="text" value="35"/>
N.º Médio de Dias de Espera ⁽¹⁾	<input type="text" value="988"/>		
N.º Utentes que começaram a frequentar a R.S. ⁽²⁾	<input type="text" value="16"/>		
É exigida Participação Familiar?	<input type="text" value="SIM"/>		
Valor Médio da Participação de familiares		<input type="text" value="221,01 €"/>	
N.º Utentes em que os Familiares pagam a participação familiar		<input type="text" value="44"/>	
Valor Médio da Mensalidade paga pelo Utente		<input type="text" value="702,37 €"/>	
N.º Utentes diagnosticados com COVID-19 no ano de referência		<input type="text" value="0"/>	
N.º de óbitos de Utente por COVID-19 no ano de referência		<input type="text" value="0"/>	
Número de utentes com médico de família (em 31/12/2025)		<input type="text" value="0"/>	

⁽¹⁾ Relativo a utentes que começaram a frequentar a R.S. no ano de referência ⁽²⁾ No Ano de referência

Utentes a Frequentar a Resposta por Tempo de Permanência ⁽¹⁾

Devem ser considerados TODOS os utentes por tempo de permanência (n.º meses "m"/anos "a") na R.S. desde o mês em que deram entrada.

⁽¹⁾ Em 31/12/2025




>=0 e <1 m	<input type="text" value="1"/>	>=1 e <3 m	<input type="text" value="3"/>	>=3 e <6 m	<input type="text" value="3"/>
>=6 m e <1 a	<input type="text" value="5"/>	>=1 e <2 a	<input type="text" value="6"/>	>=2 e <3 a	<input type="text" value="6"/>
>=3 e <4 a	<input type="text" value="11"/>	>=4 e <5 a	<input type="text" value="4"/>	>=5 e <10 a	<input type="text" value="7"/>
>=10 e <15 a	<input type="text" value="4"/>	>=15 a	<input type="text" value="1"/>		

Execução do Plano de Atividades socioculturais anual:

Atividade	Status	Status												
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
1- Encontro Intervalências Janeiro - Dinâmica de Grupo	Concluída	█												
2- Dia dos Namorados Almoço Temático/Recolha de Histórias de Amor	Concluída		█											
3- Encontro Intervalências Baile de Carnaval	Concluída			█										
4- Dia da Mulher Almoço Temático/Surpresa para as Mulheres	Concluída			█										
5- Vamos Recordar o Nosso Pai Recolha de Memórias	Concluída			█										
6- Primavera Decoração dos Espaços	Concluída			█										
7- Via-Sacra Celebração na Sala Mestre Martins Correia	Concluída				█									
8- Celebração da Páscoa Decorações/Lembranças	Concluída				█									
9- Celebração 25 de Abril Exposição de Cravos	Concluída				█									
10- Maio, Mês de Maria Altar à Nossa Senhora/Reza do Terço	Concluída					█								

11- Vamos recordar a nossa Mãe Recolha de Memórias	Concluída	
12- Quinta-feira de Ascensão Vamos apanhar de Espiga...'	Concluída	
13- Encontro Intervalências Gincana da Saúde	Concluída	
14- Dia da Família Lanche Convívio com as Famílias	Concluída	
15- Dia da Criança Encontro Intergeracional	Cancelada	
16- Piquenique no Jardim da Azinhaga	Cancelada	
17- Santos Populares Marchas Populares com a ASEG	Concluída	
18- Dia dos Avós Lanche Convívio com as Famílias	Concluída	
19- 'Roda Cadeira, Roda!' Convívios em Esplanada ao Entardecer	Concluída	
20- Dia Mundial da Fotografia Sessão Fotográfica 'A Nossa Melhor Fotografia'	Concluída	
21- Encontro Intervalências Adeus ao Verão'	Concluída	
22- Dia Mundial da Doença de Alzheimer Dinâmicas em Grupo	Concluída	
23- Peregrinação a Fátima	Concluída	
24- Semana da Alimentação Atividades Diversas	Concluída	
25- Dia de Todos os Santos Oficina de Culinária	Cancelada	
26- São Martinho Passeios à Feira/Exposição de Cavalos	Concluída	
27- 52º Aniversário ERPI Rodrigo da Cunha Franco Lanche Convívio com as Famílias	Concluída	
28- Época Natalícia Decorações/Lembranças/Presentes/Mensagens	Concluída	
29- Sioslife	Concluída	
30- Passeios/Saídas ao Exterior	Concluída	
31- Culto Religioso Eucaristias/Celebração da Palavra/Comunhão Semanal	Concluída	
32- Concretização das AVD's Estimulação/Rotinas Diárias	Concluída	
33- Jornal 'O Baralha'	Cancelada	

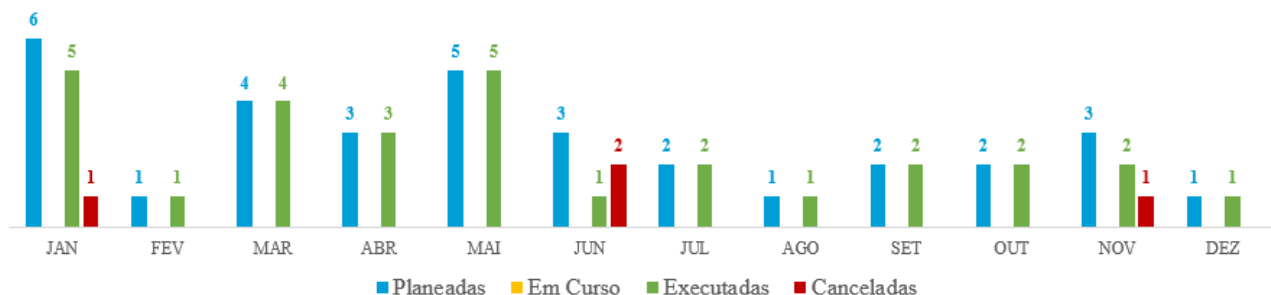
Legenda:

 Atividades planeadas
  Atividades executadas
  Atividades canceladas

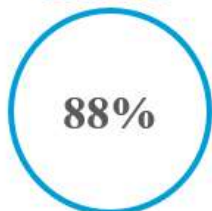
Além do plano de atividades anual, exigido pelo CDSSS, existem ainda planos mensais e semanais, mais específicos.

Follow-up do plano anual

Atividades Planeadas Vs. Concluídas, Em Curso e Canceladas (Ano)



Taxa de conclusão de
atividades planeadas em
31-12-2025



Estado da execução das atividades em 31-12-2025



2.1.2. ERPI Lar Dr. Francisco Mendes de Brito / CATEI

Situado no edifício do antigo Hospital da Misericórdia, do Séc. XIX, reabriu no ano 1999 com uma estrutura de acolhimento temporário de emergência para idosos - CATEI, por proposta do Centro Distrital da Segurança Social de Santarém (CDSSS) e foi alvo de algumas benfeitorias ao longo dos anos que permitiram a sua adequação às suas funções.



Capacidade instalada:

28 pessoas, tais como:

- 17, abrangidas por Acordo de Cooperação atípico (CATEI – vagas reservadas ao CDSSS);
- 7, abrangidas por Acordo de Cooperação típico;
- 4, em regime privado.

Taxa de ocupação:

- 100% para pessoas abrangidas por Acordos atípicos;
- 100% para pessoas abrangidas por Acordos típicos;
- 75% para pessoas não abrangidas por Acordos de Cooperação;

Considerações mais relevantes:

Não foram realizadas diligências relativas à implementação das medidas de autoproteção nem aos procedimentos necessários para a obtenção da licença de utilização, devido à inviabilidade financeira associada ao investimento exigido.

Consolidámos e corrigimos a utilização de ferramentas tecnológicas que permitam melhorar a eficiência dos processos internos, a comunicação e a qualidade dos serviços prestados.

As instalações apresentam limitações estruturais e funcionais, que afetam a qualidade e adequação dos espaços, exigindo intervenções que assegurem melhores condições de conforto, segurança e operacionalidade.

Persistem constrangimentos ao nível da capacidade de investimento, bem como preocupações relativas à liquidez, condicionando a realização de melhorias e o cumprimento de obrigações regulamentares.

Em 2025 foi concretizada uma reestruturação organizacional nesta resposta social, na sequência do prematuro falecimento da Diretora do então Serviço Social, com a definição formal de responsáveis por cada uma das áreas de intervenção, tanto ao nível da Direção Técnica como da Encarregada de Setor.

Esta reorganização permitiu clarificar funções, melhorar fluxos de comunicação e reforçar a supervisão operacional, traduzindo-se numa maior eficiência e eficácia dos serviços prestados. A atribuição de responsabilidades mais definidas contribuiu para uma gestão mais próxima do terreno, para um acompanhamento mais rigoroso das equipas e para uma resposta mais célere às necessidades dos residentes e das famílias.

Excerto da carta social:

Lar Dr. Francisco Mendes de Brito / CATEI

De 1-jan a 31-dez

Acordos Atípicos

Ano de Referência: **2025**

Tipo de Resposta Social:	Residencial				
N.º de Utentes a frequentar a R.S. em 31/12/2025	17	Homens	6	Mulheres	11
N.º Médio de Dias de Espera ⁽¹⁾	2				
N.º Utentes que começaram a frequentar a R.S. ⁽²⁾	10				
É exigida Participação Familiar?	NÃO				
Valor Médio da Participação Familiar			470,59 €		
N.º Utentes em que os Familiares pagam a participação familiar			17		
Valor Médio da Mensalidade paga pelo Utente			506,52 €		
N.º Utentes diagnosticados com COVID-19 no ano de referência			0		
N.º de óbitos de Utente por COVID-19 no ano de referência			0		
Número de utentes com médico de família (em 31/12/2025)			3		

⁽¹⁾ Relativo a utentes que começaram a frequentar a R.S. no ano de referência ⁽²⁾ No Ano de referência

Utentes a Frequentar a Resposta por Tempo de Permanência ⁽¹⁾

Devem ser considerados TODOS os utentes por tempo de permanência (n.º meses "m"/anos "a") na R.S. desde o mês em que deram entrada.

⁽¹⁾ Em 31/12/2025

>=0 e <1 m	0	>=1 e <3 m	0	>=3 e <6 m	3
>=6 m e <1 a	4	>=1 e <2 a	2	>=2 e <3 a	1
>=3 e <4 a	4	>=4 e <5 a	0	>=5 e <10 a	1
>=10 e <15 a	1	>=15 a	1		

Lar Dr. Francisco Mendes de Brito / CATEI

 De 1-jan a 31-dez
Ano de Referência: 2025

Acordos Típicos

 Tipo de Resposta Social: **Residencial**

N.º de Utentes a frequentar a R.S. em 31/12/2025	<input type="text" value="7"/>	Homens	<input type="text" value="0"/>	Mulheres	<input type="text" value="7"/>
N.º Médio de Dias de Espera ⁽¹⁾	<input type="text" value="0"/>				
N.º Utentes que começaram a frequentar a R.S. ⁽²⁾	<input type="text" value="4"/>				
É exigida Comparticipação Familiar?	<input type="text" value="SIM"/>				
Valor Médio da Comparticipação Familiar			<input type="text" value="208,97 €"/>		
N.º Utentes em que os Familiares pagam a comparticipação familiar			<input type="text" value="7"/>		
Valor Médio da Mensalidade paga pelo Utente			<input type="text" value="726,10 €"/>		
N.º Utentes diagnosticados com COVID-19 no ano de referência			<input type="text" value="0"/>		
N.º de óbitos de Utente por COVID-19 no ano de referência			<input type="text" value="0"/>		
Número de utentes com médico de família (em 31/12/2025)			<input type="text" value="2"/>		

⁽¹⁾ Relativo a utentes que começaram a frequentar a R.S. no ano de referência ⁽²⁾ No Ano de referência

Utentes a Frequentar a Resposta por Tempo de Permanência ⁽¹⁾

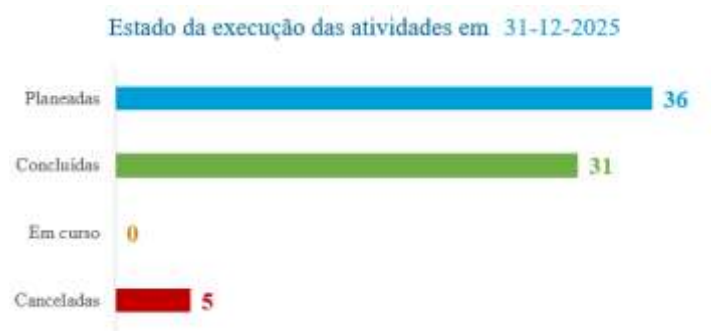
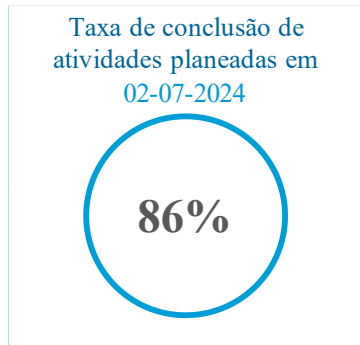
Devem ser considerados TODOS os utentes por tempo de permanência (n.º meses "m"/anos "a") na R.S. desde o mês em que deram entrada.

⁽¹⁾ Em 31/12/2025

>=0 e <1 m	<input type="text" value="0"/>	>=1 e <3 m	<input type="text" value="0"/>	>=3 e <6 m	<input type="text" value="0"/>
>=6 m e <1 a	<input type="text" value="2"/>	>=1 e <2 a	<input type="text" value="0"/>	>=2 e <3 a	<input type="text" value="1"/>
>=3 e <4 a	<input type="text" value="0"/>	>=4 e <5 a	<input type="text" value="0"/>	>=5 e <10 a	<input type="text" value="4"/>
>=10 e <15 a	<input type="text" value="0"/>	>=15 a	<input type="text" value="0"/>		

Execução do Plano de Atividades socioculturais anual:

Atividade	Status	Mês											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Baile de Carnaval Atividade Inter-valências	Concluída												
Início da Quaresma Realização de Cruz de Flores	Concluída												
Dia da Mulher Entrega de lembrança	Concluída												
Dia do Pai Entrega de lembrança	Concluída												
Início da Primavera Lanche no Exterior	Concluída												
Dia da Mãe Entrega de lembrança	Concluída												
Dia Internacional da Família Lanche com os familiares	Concluída												
Dia da Espiga Trabalhos manuais alusivos ao tema	Concluída												
Semana da Misericórdia Diversas atividades	Concluída												
Dia de Santo António Marchas Populares	Concluída												
Dia Internacional do Piquenique Piquenique no jardim do Pombalinho	Cancelada												
Sardinhada dos Santos Populares Sardinhada no Pátio	Concluída												



2.1.3. Centro de Férias para Seniores, Comendador António José Martins Lopes

Esta estrutura tem como principal objetivo acolher residentes seniores, com carácter temporário e de curta duração, para descanso de cuidadores ou para reabilitação de utentes, entre outras motivações. É de gestão integralmente privada, sem Acordos de Cooperação.



Capacidade instalada:

21 pessoas, em regime temporário e não abrangidas por Acordo de Cooperação;

Considerações mais relevantes:

Durante o exercício de 2025, a Mesa Administrativa deliberou o encerramento do *Centro de Férias*, prevendo-se a cessação definitiva da atividade até 31 de janeiro de 2026. A decisão decorreu de uma avaliação aprofundada da sustentabilidade económica e operacional desta resposta social.

No decurso desta análise, foi igualmente ponderada a possibilidade de legalizar formalmente a resposta social, de forma a adequá-la às exigências regulamentares em vigor. Todavia, essa legalização implicaria uma redução da lotação de 21 para 16 camas, em consequência dos parâmetros legais aplicáveis à tipologia de equipamento. Tal redução teria um impacto direto e significativo no modelo económico da resposta, que, considerando os rácios de pessoal obrigatórios para o funcionamento de uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), tornaria o serviço inevitavelmente deficitário e estruturalmente insustentável.

Em 27 de novembro de 2025, a Assembleia Geral deliberou, por unanimidade, pelo encerramento daquela estrutura enquanto ERPI.

A preparação do encerramento foi conduzida com responsabilidade e alinhamento com a decisão da Assembleia Geral, que deliberou ainda que a resposta seria encerrada até que se mantivessem utentes residentes.

Foi diligenciada a devida comunicação às entidades competentes, colaboradores e demais partes interessadas.

Taxa de ocupação:

90%, por pessoas não abrangidas por Acordo de Cooperação

Excerto da carta social:

Centro de Férias, Comendador Ant. José Martins Lopes

Privados

De 1-jan a 31-dez
Ano de Referência: 2025

Tipo de Resposta Social: **Residencial**

N.º de Utes a frequentar a R.S. em 31/12/2025	9	Homens	0	Mulheres	9
N.º Médio de Dias de Espera ⁽¹⁾	32				
N.º Utes que começaram a frequentar a R.S. ⁽²⁾	12				
É exigida Comparticipação Familiar?	NÃO				
Valor Médio da Comparticipação Familiar			N/A		
N.º Utes em que os Familiares pagam a comparticipação familiar			N/A		
Valor Médio da Mensalidade paga pelo Ute			1 242,50 €		
N.º Utes diagnosticados com COVID-19 no ano de referência			0		
N.º de óbitos de Ute por COVID-19 no ano de referência			0		
Número de utentes com médico de família (em 31/12/2025)			0		

⁽¹⁾ Relativo a utentes que começaram a frequentar a R.S. no ano de referência ⁽²⁾ No Ano de referência

Utentes a Frequentar a Resposta por Tempo de Permanência ⁽¹⁾

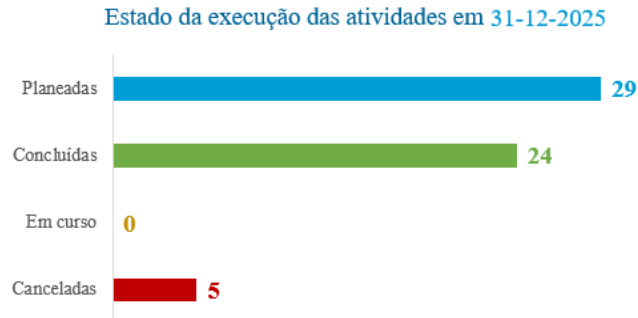
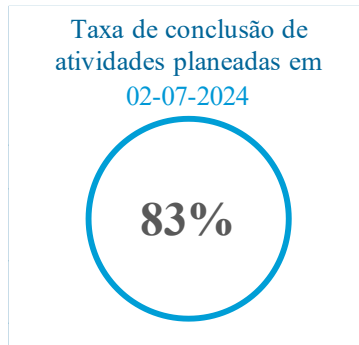
Devem ser considerados TODOS os utentes por tempo de permanência (n.º meses "m"/anos "a") na R.S. desde o mês em que deram entrada.

⁽¹⁾ Em 31/12/2025

>=0 e <1 m	0	>=1 e <3 m	1	>=3 e <6 m	0
>=6 m e <1 a	4	>=1 e <2 a	2	>=2 e <3 a	0
>=3 e <4 a	1	>=4 e <5 a	0	>=5 e <10 a	1
>=10 e <15 a	0	>=15 a	0		

Execução do Plano de Atividades socioculturais anual:

Atividade	Status	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12													
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
Comemoração do Dia de Camões Recital pelos alunos da Escola da Golegã	Concluída														
Cantar as Janeiras Coro da ASEG	Concluída														
Recolha de Histórias de Amor Publicação no facebook	Concluída														
Roda Cadeira Roda Passeios ao Entardecer	Concluída														
Tarde de Magia	Concluída														



2.1.4. Aldeamento N^o. Senhora das Misericórdias, Sênior Residence

O Aldeamento N^o. Senhora das Misericórdias – *Sênior Residence* integra o *Campus Misericórdia*, um complexo social que concentra diversas estruturas e serviços de apoio, nomeadamente o Lar Rodrigo da Cunha Franco, os Serviços Administrativos e Financeiros, a Cozinha, a Lavandaria, os serviços de Manutenção e Transportes, o Ginásio, bem como jardins e hortas biológicas.



Trata-se de um conjunto residencial composto por 24 unidades de tipologia T1, organizadas em seis blocos, cada um constituído por quatro residências. O aldeamento encontra-se inserido num enquadramento urbanístico especialmente cuidado, com espaços verdes amplos, jardins estruturados, estacionamento coberto e vias de circulação com excelentes condições de acessibilidade.

Neste contexto, são assegurados serviços de apoio domiciliário, garantindo aos residentes um ambiente seguro, confortável e integrado, beneficiando da proximidade às restantes valências e recursos do Campus Misericórdia.

Capacidade instalada:

Até 48 pessoas (capacidade máxima), alojadas em 24 residências

Taxa de ocupação:

54% face à capacidade máxima

Considerações mais relevantes:

Desde 2023, as Residências Assistidas têm vindo a implementar um novo modelo de gestão, orientado para maior rigor operacional, melhoria dos processos e reforço da eficiência administrativa. Em 2025, este processo consolidou-se com a intensificação dos procedimentos internos e com a criação e adoção de ferramentas digitais de apoio à gestão, que permitiram aperfeiçoar o controlo, o registo e o mapeamento dos serviços prestados a cada residente.

A digitalização destes processos traduziu-se igualmente numa melhoria substancial da eficiência administrativa, facilitando o acesso à informação necessária para faturação, reduzindo erros e aumentando a rapidez do processamento interno.

Os efeitos desta reformulação tornaram-se particularmente evidentes no plano económico:

- em 2022, o rendimento proveniente das prestações de serviços ascendia a cerca de 48.000 €;
- no final de 2025, a faturação atingiu aproximadamente 128.000 €.

Este crescimento expressivo deve-se, em grande medida, à alteração do modelo de gestão, ao reforço dos mecanismos de controlo e à implementação das novas ferramentas digitais, que permitiram uma maior precisão na identificação, registo e faturação dos serviços prestados, assegurando uma exploração mais eficiente e sustentada desta resposta social.

Paralelamente, em 2025 foi concretizada uma reestruturação organizacional, com a alteração da Direção Técnica, que surtiu os efeitos desejados.

Os fluxos de comunicação foram notoriamente melhorados, assim como se reforçou a supervisão operacional, traduzindo-se numa maior eficiência e eficácia dos serviços prestados. A atribuição de responsabilidades mais definidas contribuiu para uma gestão mais próxima do terreno, para um acompanhamento mais rigoroso das equipas e para uma resposta mais célere às necessidades dos residentes e das famílias.

2.2. Não Residenciais**2.2.1. SAD – Serviço de Apoio Domiciliário**

Iniciada nos anos 80 do Século passado, esta resposta social presta serviços no domicílio dos utentes, assumindo especial relevância pelo facto de prolongar a permanência dos idosos no seu ambiente, junto das suas famílias, retardando a necessidade de institucionalização.



Capacidade instalada:

50 pessoas, das quais:

37, abrangidas por Acordo de Cooperação com o ISS, IP;

13, não abrangidas por Acordo de Cooperação com o ISS, IP;

Taxa de ocupação:

62%, de pessoas abrangidas por Acordo de Cooperação

Considerações mais relevantes:

A resposta de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) não registou, no exercício de 2025, alterações estruturais significativas face aos anos anteriores. A equipa manteve-se estável, evidenciando elevada experiência e competência na prestação deste serviço, garantindo continuidade, qualidade e proximidade no acompanhamento dos utentes.

Foram, contudo, introduzidos ajustamentos operacionais de menor escala, nomeadamente a consolidação e correção da utilização das aplicações digitais de apoio ao registo e monitorização das intervenções, reforçando a fiabilidade da informação e a eficiência dos processos internos. Embora não correspondam a transformações disruptivas, estas melhorias contribuíram para uma maior organização e rigor operativo.

No decurso de 2025, não foi possível concretizar a aquisição de uma viatura elétrica, transformada para o Serviço de Apoio Domiciliário, prevista no âmbito da candidatura submetida ao PRR. Não obstante este constrangimento, a instituição mantém a expectativa de que será possível realizar este investimento ao longo de 2026, considerando o estado do processo e as perspetivas de aprovação e financiamento.

Excerto da carta social:

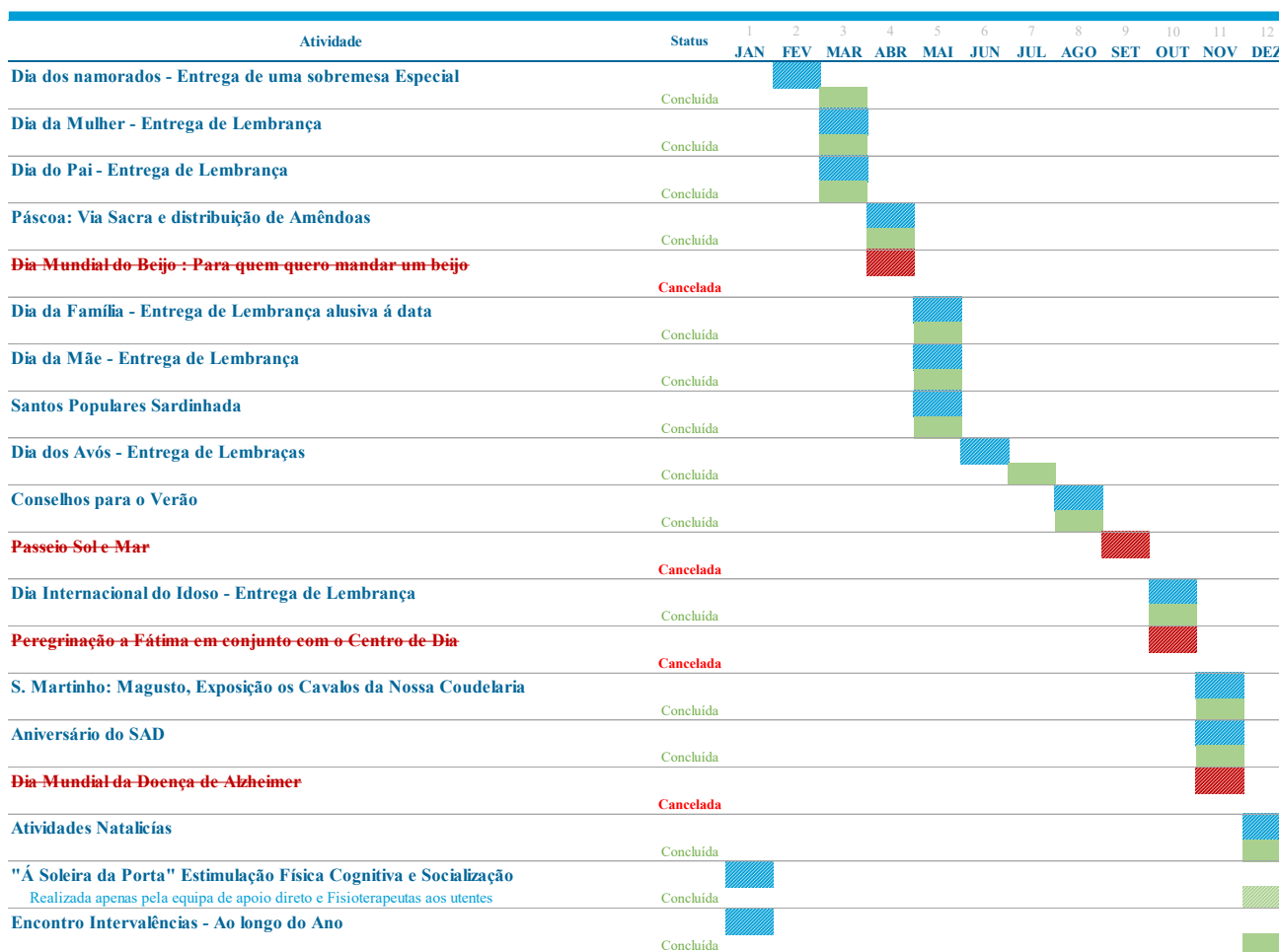
		De 1-jan a 31-dez	
SAD - Serviço de Apoio Domiciliário		Ano de Referência: 2025	
Tipo de Resposta Social:	Não residencial (SAD)		
N.º de Utentes a frequentar a R.S. em 31/12/2025	30	Homens	14
		Mulheres	16
N.º Médio de Dias de Espera ⁽¹⁾	4		
N.º Utentes que começaram a frequentar a R.S. ⁽²⁾	8		
É exigida Participação Familiar?	NÃO		
Valor Médio da Participação Familiar		279,53 €	
N.º Utentes em que os Familiares pagam a participação familiar		N/A	
Valor Médio da Mensalidade paga pelo Utente		279,53 €	
N.º Utentes diagnosticados com COVID-19 no ano de referência		0	
N.º de óbitos de Utente por COVID-19 no ano de referência		0	
Número de utentes com médico de família (em 31/12/2025)		22	

⁽¹⁾ Relativo a utentes que começaram a frequentar a R.S. no ano de referência ⁽²⁾ No Ano de referência

Número de utentes apoiados pela resposta social ⁽¹⁾ em função dos serviços contratualizados. No caso da resposta social prestar outros serviços para além dos indicados, deve ser preenchida a opção "Outros".

	Total	7 dias	6 dias	5 dias	Só FdS	SIM
Higiene Pessoal	22	18		4		
Higiene Habitacional	22	18		4		
Tratamento de Roupas	22	18		4		
Peq. Rep. Domicílio	0	0		0		
Alimentação	22	18		4		
Serv. De Teleassistência	22	18		4		
Acomp. p/ Ass Pessoais e Obrig Legais	1	1		0		
Medicamentos e Fraldas	0	0		0		
Serv. Animação / Socialização	22	18		4		
Outros	0	0		0		

Execução do Plano de Atividades socioculturais anual:



Legenda:



Atividades planeadas



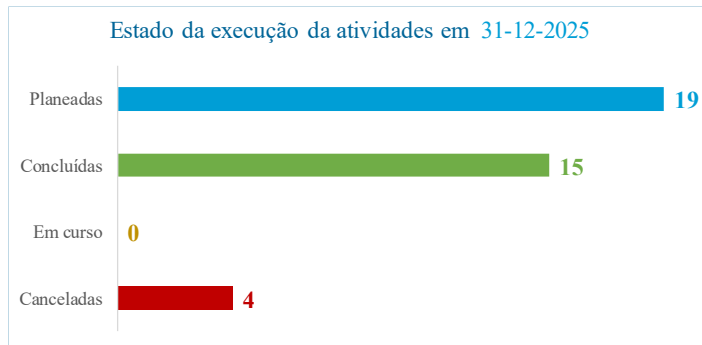
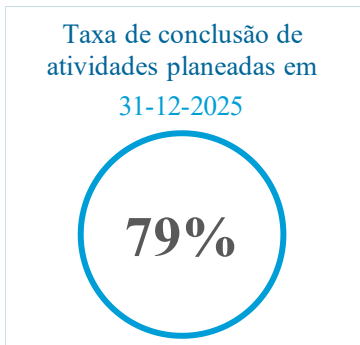
Atividades executadas



Atividades canceladas

Além do plano de atividades anual, exigido pelo CDSSS, existem ainda planos mensais e semanais, mais específicos.

Follow-up do plano anual



2.2.2. Centro de Dia

O Centro de Dia é uma resposta social destinada a pessoas idosas que, permanecendo no seu meio familiar e comunitário, necessitam de apoio diário para manter a sua autonomia, bem-estar e qualidade de vida. Visa prevenir o isolamento, promover a socialização e assegurar o acompanhamento necessário ao longo do dia, sem afastar o utente do seu contexto habitual de vida. Trata-se de um serviço que funciona em regime diurno, disponibilizando, de forma organizada e continuada, um conjunto de cuidados individualizados e adequados às necessidades de cada pessoa.



Capacidade instalada:

- 30 pessoas, das quais:
- 29, abrangidas por Acordo de Cooperação com o ISS, IP;
 - 1, não abrangida por Acordo de Cooperação com o ISS, IP;

Considerações mais relevantes:

No exercício de 2025, a resposta social de Centro de Dia decorreu com normalidade, não se tendo registado ocorrências ou desconformidades de relevo. A equipa mantém-se altamente experiente e rotinada, assegurando uma relação de grande proximidade com os utentes e um acompanhamento diário estável e consistente.

Ao longo do ano, mantiveram-se as dinâmicas habituais da resposta, garantindo a continuidade dos serviços e atividades que caracterizam o funcionamento do Centro de Dia. A estabilidade da equipa contribuiu para um ambiente de confiança, previsibilidade e qualidade na prestação de cuidados.

A única situação registada ocorreu no final do ano, sensivelmente em novembro, quando a Diretora Técnica, por motivos de saúde, teve necessidade de iniciar período de baixa médica. Embora esta ausência tenha exigido uma reorganização pontual, a equipa assegurou a continuidade dos serviços, apesar de um acréscimo na exigência operacional decorrente da ausência da direção técnica no terreno.

Para reforçar a estrutura de coordenação e garantir uma resposta mais robusta do ponto de vista operacional, prevê-se, para o início de 2026, a designação de uma Encarregada de Setor para o Centro de Dia. Esta medida visa melhorar a supervisão diária, apoiar a equipa no terreno e assegurar um acompanhamento mais próximo das dinâmicas e necessidades da resposta social.

Adicionalmente, importa registar que, a partir de setembro e até ao final do exercício de 2025, se verificou uma procura superior ao habitual, traduzindo um aumento significativo no número de pessoas interessadas em integrar o Centro de Dia. Embora a resposta disponha de acordo de cooperação para 29 utentes, a sua capacidade técnica instalada permite acolher até 30 pessoas, possibilitando, assim, a integração de um utente sem acordo de cooperação. Caso esta tendência de procura acrescida persista, a instituição deverá ponderar soluções de eventual alargamento da capacidade da resposta, matéria que será ser analisada e considerada ao longo do exercício de 2026.

Taxa de ocupação:

- 95%, por pessoas abrangidas por Acordo de Cooperação;
- 23%, por pessoas não abrangidas por Acordo de Cooperação;

Excerto da carta social:

		De 1-jan a 31-dez	
		Ano de Referência: 2025	
Centro de Dia			
Tipo de Resposta Social:	Não residencial (Centro de Dia)		
N.º de Utentes a frequentar a R.S. em 31-12-2025	28	Homens	5
		Mulheres	23
N.º Médio de Dias de Espera ⁽¹⁾	24		
N.º Utentes que começaram a frequentar a R.S. ⁽²⁾	11		
É exigida Participação Familiar?	NÃO		

Valor Médio da Comparticipação Familiar	314,12 €
N.º Utentes em que os Familiares pagam a comparticipação familiar	N/A
Valor Médio da Mensalidade paga pelo Utente	314,12 €
N.º Utentes diagnosticados com COVID-19 no ano de referência	0
N.º de óbitos de Utente por COVID-19 no ano de referência	0

(¹) Relativo a utentes que começaram a frequentar a R.S. no ano de referência (²) No Ano de referência

Utentes a Frequentar a Resposta por Tempo de Permanência (¹)

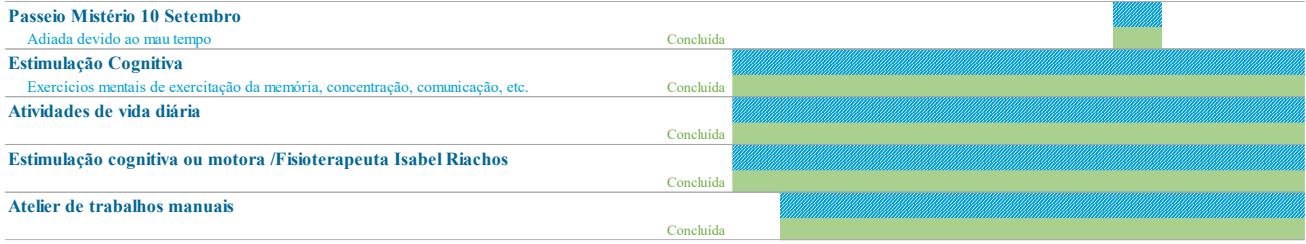
Devem ser considerados TODOS os utentes por tempo de permanência (n.º meses "m"/anos "a") na R.S. desde o mês em que deram entrada.

(¹) Em 31-12-2025

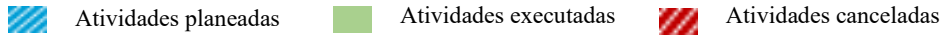
>=0 e <1 m	0	>=1 e <3 m	2	>=3 e <6 m	5
>=6 m e <1 a	8	>=1 e <2 a	7	>=2 e <3 a	3
>=3 e <4 a	11	>=4 e <5 a	2	>=5 e <10 a	1
>=10 e <15 a	0	>=15 a	0		

Execução do Plano de Atividades socioculturais anual:

Atividade	Status	Mês											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Dia de Reis a lenda do 4º Rei Mago	Concluída	█											
Limpeza e Arrumação das decorações Natalicias	Concluída	█											
Radar Social / Parceria c/ C.M.G	Concluída	█											
Atividade inter valências / concurso cultura geral	Concluída	█											
Dia da escrita à mão / exercicios de ortografia	Concluída	█											
Cantar as janeiras/ASEG	Concluída	█											
Dia do Mágico / Tarde Mágica com José Marques	Concluída	█											
Dia dos namorados/ decoração temática	Concluída		█										
Tardes de animação com Mila flor / parceria com a C.M.G.	Concluída		█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Radar Social	Concluída		█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Atividade inter geracional Escola Martins Correia	Cancelada		█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Atividade inter instituições	Concluída		█										
Atividade inter valências	Concluída			█									
Dia da Mulher	Concluída			█									
Dia do Pai	Concluída			█									
Atividade intergeracional turma 8ºano	Concluída			█									
Páscoa	Concluída				█								
Dia da Mãe	Concluída					█							
Santos Populares	Concluída						█						
Atividades intergeracionais	Concluída							█					
Atividade intergeracional Férias Criativas	Concluída								█				

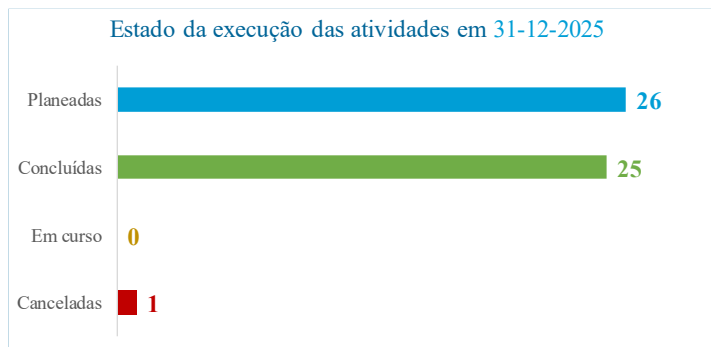
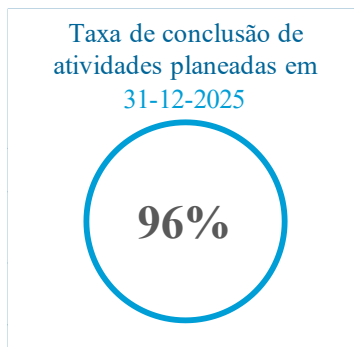


Legenda:



Além do plano de atividades anual, exigido pelo CDSSS, existem ainda planos mensais e semanais, mais específicos.

Follow-up do plano anual



2.3. Família e Comunidade

2.3.1. Clube Vida – Centro de Convívio e Academia Sénior

O Clube Vida acolhe duas respostas sociais — o Centro de Convívio e a Academia Sénior — que, apesar de distintas na sua natureza administrativa, se complementam amplamente. Na prática, funcionam de forma articulada, proporcionando um conjunto integrado de atividades orientadas para o envelhecimento ativo, a participação social e a promoção do bem-estar das pessoas idosas da comunidade.



O objetivo é o de combater o isolamento, a promoção da socialização e do envelhecimento ativo, assim como a melhoria da saúde física e cognitiva. Naturalmente, que procuramos ainda o fortalecimento da participação comunitária, assim como a autoestima dos participantes.

Tanto o Centro de Convívio como a Academia Sénior estimulam a participação ativa em atividades significativas; o desenvolvimento de competências cognitivas, culturais e artísticas e a continuidade da aprendizagem ao longo da vida.

O Centro de Convívio, por seu lado, serve de porta de entrada para muitos utentes que, de outra forma, ficariam afastados das dinâmicas sociais do concelho. Sob o ponto de vista indireto, prestamos ainda apoio às famílias, porque oferecem tempo de descanso e alívio às famílias e cuidadores informais, assim como ajudam a identificar precocemente situações de risco ou fragilidade. Na prática, estas respostas reforçam redes de apoio social que beneficiam o agregado familiar como um todo.

Este efeito preventivo representa um benefício relevante não só para os utentes, mas também para a sustentabilidade global da rede social e de saúde, já que as atividades desenvolvidas atrasam o aparecimento de dependências, fortalecem autonomia psicossocial e estimula hábitos estruturados de atividade, vida social e autocuidado.

A parceria com a RUTIS – Rede de Universidades da Terceira Idade confere à ASEG – Academia Sénior da Golegã uma estrutura reconhecida regional e nacionalmente, permitindo a oferta de programas educativos, culturais e intergeracionais com enquadramento técnico e metodológico qualificado.

Capacidade instalada:

- Centro de Convívio: 75 pessoas, abrangidas por Acordo de Cooperação com o ISS, IP
- Academia Sénior: sem limite estabelecido, mas condicionado à capacidade de resposta (cerca de 90 pessoas)

Considerações mais relevantes:

Adicionalmente, importa registar que, em outubro de 2025, ocorreram infiltrações severas no edifício onde funcionam o Centro de Convívio e a Academia Sénior, situação que obrigou à deslocalização das atividades para um espaço temporário. Embora tenha garantido a continuidade dos serviços, este espaço não oferece as condições adequadas quer ao nível da dimensão das salas, quer das condições logísticas, de conforto e de funcionalidade necessárias para assegurar o pleno desenvolvimento das duas respostas sociais.

Neste sentido, e considerando tanto o impacto das infiltrações como as limitações estruturais do espaço provisório, encontra-se prevista, para 2026, a instalação do Clube Vida noutra edifício, dotado das condições técnicas, espaciais e ambientais indispensáveis ao correto funcionamento do Centro de Convívio e da ASEG – Academia Sénior da Golegã.

Esta mudança permitirá garantir a diferenciação adequada entre as duas respostas, que embora semelhantes na missão, possuem dinâmicas e necessidades operacionais distintas, beneficiando assim de instalações verdadeiramente adequadas ao seu desenvolvimento.

Na maioria dos casos, os alunos da ASEG são, cumulativamente, utentes do Centro de Convívio.

De 1-jan a 31-dez
Ano de Referência: 2025

Centro de Convívio

Tipo de Resposta Social: **Não residencial (Centro de Convívio)**

N.º de Utentes a frequentar a R.S. em 31-12-2025	74	Homens	21	Mulheres	53
N.º Médio de Dias de Espera ⁽¹⁾	#NÚM!				
N.º Utentes que começaram a frequentar a R.S. ⁽²⁾	2				
É exigida Comparticipação Familiar?	NÃO				
Valor Médio da Comparticipação Familiar			5,56 €		
N.º Utentes em que os Familiares pagam a comparticipação familiar			N/A		
Valor Médio da Mensalidade paga pelo Utente			5,56 €		
N.º Utentes diagnosticados com COVID-19 no ano de referência			0		
N.º de óbitos de Utente por COVID-19 no ano de referência			0		

⁽¹⁾ Relativo a utentes que começaram a frequentar a R.S. no ano de referência ⁽²⁾ No Ano de referência

Utentes a Frequentar a Resposta por Tempo de Permanência ⁽¹⁾

Devem ser considerados TODOS os utentes por tempo de permanência (n.º meses "m"/anos "a") na R.S. desde o mês em que deram entrada.

⁽¹⁾ Em 31-12-2025

>=0 e <1 m	2	>=1 e <3 m	2	>=3 e <6 m	0
>=6 m e <1 a	4	>=1 e <2 a	9	>=2 e <3 a	15
>=3 e <4 a	9	>=4 e <5 a	8	>=5 e <10 a	16
>=10 e <15 a	24	>=15 a	0		

De 1-jan a 31-dez
Ano de Referência: 2025

Academia Sénior

Tipo de Resposta Social: **Não residencial (Academia Sénior)**

N.º de Utentes a frequentar a R.S. em 31-12-2025	87	Homens	25	Mulheres	62
N.º Médio de Dias de Espera ⁽¹⁾	#NÚM!				
N.º Utentes que começaram a frequentar a R.S. ⁽²⁾	7				
É exigida Comparticipação Familiar?	SIM				
Valor Médio da Comparticipação Familiar			5,61 €		
N.º Utentes em que os Familiares pagam a comparticipação familiar			N/A		
Valor Médio da Mensalidade paga pelo Utente			5,61 €		
N.º Utentes diagnosticados com COVID-19 no ano de referência			0		
N.º de óbitos de Utente por COVID-19 no ano de referência			0		

⁽¹⁾ Relativo a utentes que começaram a frequentar a R.S. no ano de referência ⁽²⁾ No Ano de referência

Utentes a Frequentar a Resposta por Tempo de Permanência ⁽¹⁾

Devem ser considerados TODOS os utentes por tempo de permanência (n.º meses "m"/anos "a") na R.S. desde o mês em que deram entrada.

⁽¹⁾ Em 31-12-2025

>=0 e <1 m	3	>=1 e <3 m	3	>=3 e <6 m	4
>=6 m e <1 a	6	>=1 e <2 a	17	>=2 e <3 a	17
>=3 e <4 a	10	>=4 e <5 a	8	>=5 e <10 a	16
>=10 e <15 a	25	>=15 a	0		

Execução do Plano de Atividades socioculturais anual:

Atividade	Status	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Visitas Culturais													
Vários locais do país	Concluída												
II Viagem de Finalistas													
Fátima e Nazaré	Concluída												
Marcha do Coração													
Atividade intergeracional	Concluída												
Venda de Artesanato e Artigos em 2º mão													
Vendas Temáticas	Concluída												
Encontro de Coros													
Cinetatro Elisa Bonacho Golegã	Concluída												
Encontro de Grupos de Música Tradicional	Cancelada												
Pátio da Nora	Cancelada												
Início do Ano Letivo													
Casa Vaz	Concluída												
Workshops de Verão													
Casa Vaz	Concluída												
Comemoração dos Aniversários													
Aniversariantes de Outubro, Novembro e Dezembro 2024	Concluída												
Comemoração dos Aniversários													
Aniversariantes de Janeiro, Fevereiro e Março	Concluída												
Comemoração dos Aniversários													
Aniversariantes de Abril a Outubro	Concluída												
Dia Internacional do Voluntariado	Cancelada												
Casa Vaz	Cancelada												
Almoços Temáticos													
Casa Vaz	Concluída												
Almoços Temáticos	Cancelada												
Casa Vaz	Cancelada												
Venda de Artesanato													
Feira Nacional do Cavalo	Concluída												
Venda de Artesanato	Cancelada												
Venda de Natal	Cancelada												

Legenda:



Atividades planeadas



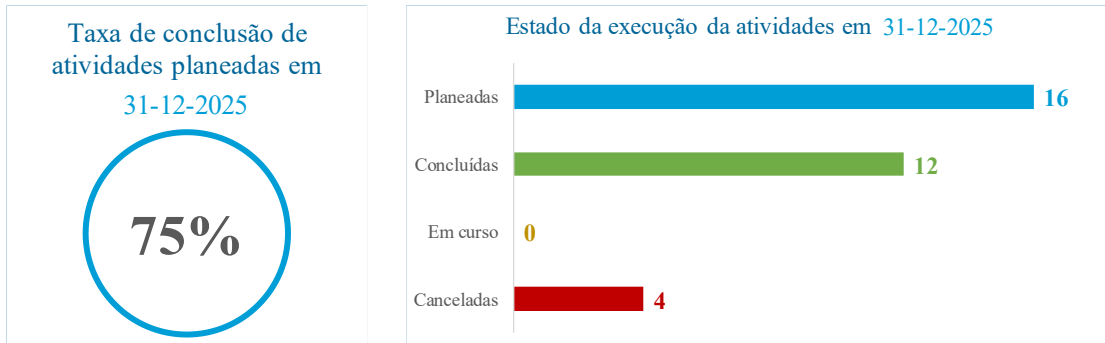
Atividades executadas



Atividades canceladas

Além do plano de atividades anual, exigido pelo CDSSS, existem ainda planos mensais e semanais, mais específicos.

Follow-up do plano anual



2.3.2. Cantina Social

A resposta de Cantinas Sociais visa garantir o acesso a refeições diárias a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade económica ou social, assegurando condições mínimas de alimentação e promovendo a inclusão social.



No âmbito do protocolo estabelecido com o Centro Distrital da Segurança Social de Santarém, a instituição compromete-se a fornecer refeições nutricionalmente equilibradas, monitorizar as situações sinalizadas e articular com os serviços competentes sempre que sejam detetadas necessidades adicionais de apoio.

Trata-se de uma resposta de proximidade, com relativo impacto social, por articulação entre a Misericórdia e a rede local de intervenção social.

O protocolo existente, com o Centro Distrital da Segurança Social de Santarém, contempla apoio alimentar a **seis pessoas**.

2.3.3. Teleassistência

A Teleassistência constitui um serviço fundamental de apoio a pessoas idosas ou em situação de vulnerabilidade, permitindo-lhes permanecer em segurança no domicílio, com autonomia e tranquilidade. Este sistema assegura:

Benefícios:

Resposta imediata em situações de emergência, através de contacto direto com uma central disponível 24 horas por dia; aumento da segurança e confiança no quotidiano, especialmente para quem vive sozinho ou apresenta risco acrescido de queda, mal-estar súbito ou outras situações imprevistas; redução do isolamento, proporcionando acompanhamento regular e garantindo que a pessoa é sinalizada caso não responda aos contactos periódicos.



Trata-se de um serviço de grande utilidade social, que reforça a segurança dos beneficiários e contribui para uma resposta mais humanizada, preventiva e eficaz no apoio domiciliário.

Durante o exercício de 2025, verificaram-se 14 pessoas com teleassistência, alinhado portanto com exercícios anteriores.

2.3.4. Banco de Ajudas Técnicas

O Banco de Ajudas Técnicas disponibiliza um conjunto de equipamentos essenciais — como camas articuladas, cadeiras de rodas, andarilhos ou outros apoios — que, embora constituindo um acervo modesto, se revela de grande utilidade para pessoas com limitações temporárias ou permanentes. Este serviço permite responder rapidamente a necessidades urgentes, facilitando a mobilidade, o conforto e a autonomia dos beneficiários, sobretudo em situações de doença, convalescença ou envelhecimento.



A cedência destas ajudas técnicas contribui ainda para aliviar o esforço financeiro das famílias, muitas vezes impossibilitadas de adquirir equipamentos dispendiosos, e promove a permanência das pessoas no seu domicílio com maior segurança e qualidade de vida. Trata-se de um apoio de proximidade, simples, mas altamente eficaz, que reforça a missão social da instituição e complementa de forma relevante as restantes respostas sociais.

2.3.5. Voluntariado

O voluntariado assume uma importância estratégica no contexto da aprendizagem ao longo da vida, permitindo um modelo de ensino mais informal, intergeracional, participativo e profundamente enraizado na comunidade, particularmente no Centro de Convívio e na Academia Sénior, onde promovem a transmissão de saberes e experiências, e contribui diretamente para a qualidade das dinâmicas educativas, culturais e sociais proporcionadas aos nossos alunos.



Destacamos o contributo essencial dos monitores voluntários que colaboram na ASEG – Academia Sénior da Golegã. Uma parte significativa das atividades formativas e culturais é assegurada por estes voluntários, cujo compromisso, dedicação e espírito de serviço desempenham um papel determinante para a sustentabilidade da resposta social. Sem esta participação ativa e generosa, dificilmente seria possível manter a amplitude, diversidade e regularidade da oferta formativa atualmente disponibilizada.

Realçamos igualmente os voluntários da Paróquia da Golegã, que ao longo do ano, semana após semana, asseguraram a distribuição da Sagrada Comunhão, proporcionando momentos de proximidade espiritual.

Durante o exercício em apreço, contámos com cerca de 11 a 13 voluntários, quantidade alinhada com anos anteriores recentes.

2.3.6. Famílias

Ao longo de 2025, a instituição manteve uma relação de proximidade com as famílias dos utentes das diferentes respostas sociais, garantindo um acompanhamento contínuo, transparente e humanizado. Este relacionamento constitui um pilar essencial do modelo de intervenção da Misericórdia, permitindo antecipar necessidades, esclarecer dúvidas e assegurar a participação das famílias no processo de cuidados.

Com o objetivo de melhorar a rapidez e eficácia da comunicação, foi reforçado o uso de plataformas digitais, nomeadamente através da criação de grupos de *WhatsApp* em várias respostas sociais. Estes grupos permitiram partilhar informação de forma mais célere, divulgar avisos relevantes, coordenar situações pontuais e manter as famílias atualizadas sobre rotinas, atividades e acontecimentos do quotidiano.

As Direções Técnicas e as Encarregadas de Setor desempenharam um papel determinante neste processo, assegurando um atendimento próximo e personalizado às famílias, quer presencialmente quer através de contacto telefónico e digital. Este acompanhamento incluiu a clarificação de dúvidas, o apoio em processos administrativos, o encaminhamento de situações específicas e a mediação em questões relacionadas com o bem-estar dos utentes.

Esta aposta num modelo de comunicação mais direto e organizado reforçou, cremos, a confiança das famílias, melhorou a articulação com os serviços e contribuiu para uma intervenção mais integrada e consistente ao longo de todo o ano de 2025.

3. PARCERIAS

Na comunidade:

A Misericórdia mantém uma participação ativa e substancial no **ecossistema social local**, contribuindo para a coordenação, intervenção e desenvolvimento das políticas sociais do concelho. Esta presença traduz o compromisso institucional com a cooperação, a articulação de respostas e o reforço das redes de apoio às populações mais vulneráveis.

No âmbito da Rede Local de Ação Social, **a Misericórdia integra o Núcleo Executivo do CLASG**, assumindo um papel relevante na definição de estratégias, na monitorização de problemáticas sociais e na construção de soluções comunitárias. Esta participação permite uma articulação permanente com entidades públicas e privadas, reforçando a intervenção social integrada no território.

A instituição colabora igualmente com a **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)**, através da disponibilização de uma Assistente Social do seu quadro, contribuindo para a avaliação, acompanhamento e implementação de medidas de proteção dirigidas a menores em situação de risco. Esta colaboração reforça o compromisso da Misericórdia com a proteção e promoção dos direitos das crianças e jovens.

Estamos ainda presentes no **Programa de Rendimento Social de Inserção (RSI)**, em parceria com a Segurança Social e com a Rede Local de Ação Social, colaborando na avaliação, acompanhamento e integração social das famílias beneficiárias. Esta intervenção permite apoiar trajetórias de inclusão, promover competências pessoais e sociais e articular respostas que visem a melhoria das condições de vida dos agregados.

A participação nestes organismos reafirma o papel da Misericórdia como agente central do desenvolvimento social local, contribuindo de forma ativa para uma intervenção coordenada, eficaz e humanizada.

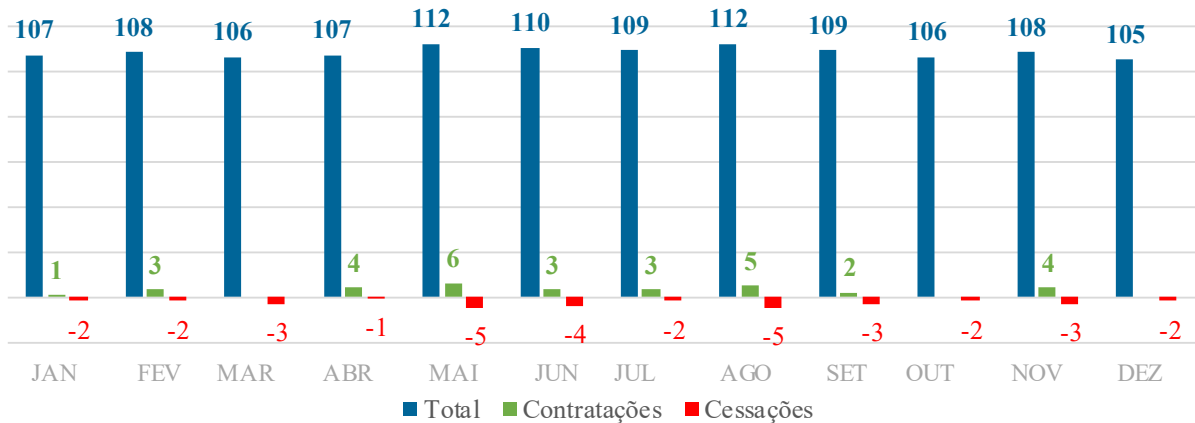


Com a tutela e entidades externas:

Mantivemos as parcerias com o Instituto da Segurança Social, IP., através do Centro Distrital de Segurança Social de Santarém, Câmara Municipal, Junta de Freguesia da Golegã, GNR, Estabelecimentos de Ensino locais, IPSS do concelho, União das Misericórdias Portuguesas, nomeadamente através do seu Secretariado Regional, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Golegã, Instituto de Emprego e Formação Profissional, de Santarém e Tomar, Centro de Emprego de Santarém, NERSANT, EAPN - Núcleo de Santarém, Escola Superior de Saúde.

4. RECURSOS HUMANOS (RH)

Variação do quadro de pessoal do decurso do exercício de 2025:



A análise da variação mensal do quadro de pessoal em 2025 evidencia uma **dinâmica marcada por entradas e saídas frequentes**, revelando um **padrão de rotatividade significativo** ao longo do ano. Apesar de o número global de colaboradores se ter mantido relativamente estável — oscilando entre 105 e 112 trabalhadores —, observa-se que praticamente todos os meses houve cessações e novas contratações, com alguns períodos de maior instabilidade, como maio, junho e agosto, onde ocorreram mais saídas do que entradas.

Esta rotatividade, ainda que operacionalmente gerível, tem implicações relevantes na estabilidade das respostas sociais, afetando:

- as rotinas internas, que exigem reajustes frequentes na distribuição de equipas e escalas;

- a continuidade do acompanhamento aos utentes, uma vez que a entrada de novos colaboradores implica períodos de adaptação;
- a relação de proximidade, elemento central no trabalho social e nos cuidados prestados, que depende de vínculo, confiança e conhecimento acumulado.

A qualidade das respostas sociais assenta em grande medida na estabilidade das equipas. Sempre que há mudanças frequentes, por mais competentes que sejam os profissionais que entram, existe inevitavelmente um tempo de integração que impacta tanto a consistência das práticas como a relação humana com os utentes e famílias.

Assim, esta dinâmica do quadro de pessoal reforça a importância de manter esforços continuados na retenção de trabalhadores, na valorização das equipas e na criação de condições que promovam a permanência, garantindo maior estabilidade operacional e preservando a qualidade relacional que caracteriza e distingue a intervenção da Misericórdia.

Motivos das cessações contratuais:

<i>Tipo</i>	<i>Quant.</i>	<i>%</i>
Denúncia do contrato de trabalho	24	70,59%
Pensão por invalidez	4	0,07%
Termo do contrato de trabalho	4	0,07%
Reforma	1	0,02%
Falecimento	1	0,02%
Total das cessações	34	100,00%

O encerramento do *Centro de Férias*, estruturado ao longo de 2025 e concretizado no início de 2026, terá impactos expectáveis na **estabilidade do quadro de pessoal** da instituição. Esta resposta social integrava trabalhadores com **muita experiência e antiguidade**, cujas funções estavam profundamente consolidadas. A transição decorrente do seu encerramento permitirá reorganizar equipas e redistribuir recursos de forma mais equilibrada, reduzindo a necessidade de contratações sucessivas para colmatar ausências ou lacunas operacionais.

A instituição acredita que, ao longo de 2026, esta reconfiguração irá contribuir para **diminuir o fluxo de entradas e saídas** de trabalhadores (como se confirma pela análise do primeiro trimestre de 2026), fenómeno que marcou parte significativa do ano anterior. Uma maior estabilidade permitirá reforçar as rotinas internas, consolidar práticas de trabalho e fortalecer a **relação de proximidade com os utentes**, elemento central na missão e identidade da Misericórdia.

Esta expectativa de estabilização traduzir-se-á, cremos, num passo importante na consolidação das equipas e na promoção de um ambiente organizacional mais previsível, coeso e sustentado.

Trabalhadores com vínculo à Misericórdia da Golegã em 31 de dezembro de 2025:

<i>Categorias profissionais</i>	<i>Quant.</i>
Ajudante de acção directa	42
Trabalhador auxiliar de serviços gerais	27
Ajudante de cozinheiro	4
Cozinheiro	4

Lavadeiro	3
Assistente Social	3
Fisioterapeuta	2
Encarregado de sector	2
Animadora cultural	2
Técnico de Reabilitação/Fisioterapeuta	2
Técnico Administrativo	2
Director de Serviços	1
Enfermeiro	1
Encarregado Geral	1
Técnico auxiliar de serviço	1
Dispenseiro	1
Dietista	1
Barbeiro-cabeleireiro	1
Psicólogo - Estágio	1
Técnico Superior Administrativo Principal	1
Chefe de secção	1
Total do pessoal	103

Síntese de análise das ausências em 2025:

<i>Tipo</i>	<i>Dias</i>	<i>%</i>
Baixas	5 781	95,0%
Licença sem vencimento	120	2,0%
Seguro acidentes de trabalho	106	1,7%
Faltas justificadas	36	0,6%
Faltas injustificadas	43	0,7%
Total de dias ausência	6 086	100,0%

A leitura do quadro de ausências evidencia que o fator com maior impacto ao longo de 2025 foram claramente as **baixas por doença**, totalizando **5 781 dias**, um valor muito expressivo e que, pela sua dimensão, terá inevitavelmente condicionado o funcionamento diário das respostas sociais. Ausências por doença com esta magnitude implicam reorganizações constantes de equipas, aumento de pressão sobre os trabalhadores presentes e necessidade de substituições pontuais, com impacto direto na estabilidade operacional.

As **licenças sem vencimento** totalizaram **120 dias**, representando situações pontuais, mas que não exigiram esforços de reajustamentos, nem envolveram funções nucleares de cuidados. Foram ainda registados **106 dias associados ao seguro** de acidentes de trabalho. Embora menos significativos do que as baixas gerais, traduzem também períodos de indisponibilidade que afetam o normal funcionamento das equipas.

No domínio das faltas, registaram-se **36 faltas justificadas** e **43 faltas injustificadas**. As faltas injustificadas, em particular, constituem um indicador relevante, pois podem sinalizar fragilidades de envolvimento, problemas individuais ou dificuldades de integração em determinadas equipas, admitindo-se ainda, em alguns casos, falta de compromisso sentido de responsabilidade para com a entidade.

Impacto na operação e na relação com utentes:

A soma destas ausências — sobretudo o número muito elevado de dias de baixa médica — tem efeitos diretos nas rotinas, na continuidade das equipas e na dinâmica interna:

- exige redistribuição constante de recursos humanos;
- aumenta a probabilidade de quebras na continuidade de cuidados;
- pode fragilizar a ligação de proximidade aos utentes, que depende muito da presença consistente das mesmas pessoas;
- cria maior pressão sobre os colaboradores presentes, reduzindo margens de manobra na gestão diária.

Nas respostas sociais que trabalham com pessoas idosas e vulneráveis, a estabilidade das equipas é um fator essencial para assegurar confiança, segurança e previsibilidade. Rotinas humanas cuidadosamente construídas podem ser afetadas com ausências prolongadas ou sucessivas, sobretudo quando acumuladas ao longo do ano.

Estabilidade Organizacional e Reestruturação do Departamento Social (2024–2025):

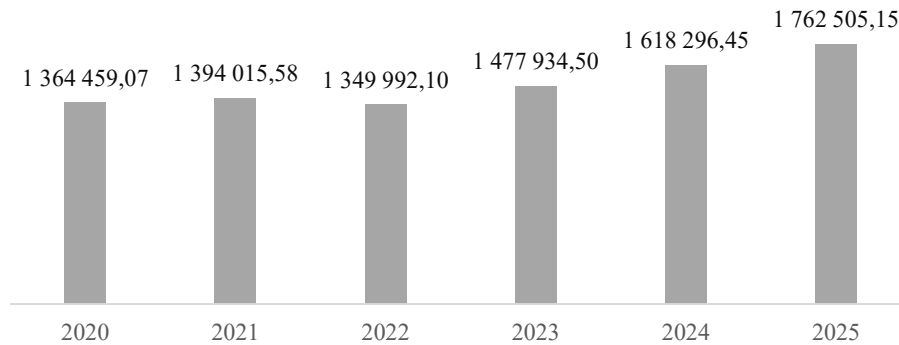
Entre outubro de 2024 e fevereiro/março de 2025, a instituição atravessou um período de instabilidade interna no âmbito dos serviços sociais, consequência direta do falecimento da então Diretora do Serviço Social. Esta perda inesperada gerou um vazio de liderança e orientação que se refletiu em episódios de conflitualidade entre recursos humanos, sobretudo no seio das equipas técnicas e operacionais das respostas sociais.

De forma a responder a esta situação, a Mesa Administrativa implementou um conjunto de medidas estruturantes de reorganização interna, destacando-se:

- a reformulação do organograma, criando um Departamento Social com funções claramente definidas;
- a redistribuição de responsabilidades e a clarificação de papéis;
- a substituição e realocação de Diretoras Técnicas de algumas respostas sociais;
- a designação de novas Encarregadas de Setor, reforçando a supervisão de proximidade.

Estas medidas, aplicadas de forma progressiva e coordenada, permitiram **restabelecer a estabilidade interna**. A partir de março de 2025, verificou-se uma melhoria substancial no ambiente organizacional, com a dissipação gradual dos conflitos anteriormente registados e uma clara recuperação do espírito de colaboração e entreaajuda entre trabalhadores.

Desde então, tem-se observado um **ambiente de trabalho equilibrado e funcional**, mantendo-se apenas questões marginais e pontuais, naturais em estruturas com grande diversidade de equipas e respostas sociais. O resultado global desta reorganização foi francamente positivo, permitindo reforçar a coesão interna e garantir uma intervenção social mais consistente, previsível e eficaz.

Evolução dos Encargos com Pessoal (Conta 63) — 2020 a 2025:


A análise da evolução dos encargos com pessoal entre **2020** e **2025** revela um percurso marcado por variações significativas, refletindo tanto alterações estruturais na organização como o impacto de dinâmicas internas de recursos humanos. Em **2020** registou-se um valor de **1.364.459,07 €**, que aumentou ligeiramente em **2021** para **1.394.015,58 €**, correspondendo a uma **variação positiva moderada de 2,17%**. Já em **2022** observou-se uma **redução** dos encargos, que desceram para **1.349.992,10 €**, traduzindo uma diminuição de **-3,16%**, explicada pelo menor volume salarial nesse exercício.

A **partir de 2023** verificou-se uma **inflexão clara na tendência**, com um aumento expressivo para **1.477.934,50 €**, equivalente a **9,48%**, valor que continuou a crescer de forma consistente em **2024**, atingindo **1.618.296,45 € (+9,50%)**. Em **2025**, os encargos voltaram a subir, alcançando **1.762.505,15 €**, o que representa uma variação anual de **8,91%**.

Este crescimento acentuado nos últimos três exercícios está associado ao reforço de equipas, ao **impacto de substituições e rotatividade do pessoal**, a **valorização das carreiras** por via das atualizações remuneratórias e ao aumento geral das necessidades de recursos humanos decorrentes da complexidade das respostas sociais. Em conjunto, estes valores traduzem a **crecente exigência operacional da instituição** e o papel determinante que os colaboradores desempenham no cumprimento da sua missão.

Síntese:

Ao longo de 2025, o Plano de Atividades dos Recursos Humanos contemplou um conjunto diversificado de iniciativas dirigidas aos colaboradores, com especial enfoque na **valorização das pessoas**, no **reconhecimento do trabalho desenvolvido** e na **promoção do bem-estar organizacional**. O ano foi marcado por um calendário consistente de ações associadas a datas comemorativas, dinâmicas formativas e momentos de sensibilização, procurando reforçar a ligação entre colaboradores e instituição.

Entre as atividades realizadas destacaram-se ofertas simbólicas em dias festivos (como o Dia da Mulher, Dia do Pai, Dia da Mãe, Dia do Trabalhador, Dia dos Avós e Natal), ações de sensibilização subordinadas ao cuidado e ao trabalho em equipa, rastreios nutricionais, caminhadas e a realização de refeições temáticas promovidas pela cozinha. Para além disso, foram dinamizadas atividades de cariz mais técnico, como formações orientadas para a ética, a deontologia e a organização do trabalho.

Estas ações, embora simples, desempenharam um papel relevante na **coesão interna**, no reforço da **cultura organizacional** e na promoção de um ambiente de trabalho mais positivo, contribuindo para fortalecer o sentimento de pertença e o reconhecimento dos colaboradores ao longo do ano.

Formação profissional:

<i>Formação Profissional</i>	<i>Entidade Promotora</i>	<i>Horas</i>	<i>Quant. RH</i>
Ética e deontologia na organização do trabalho em equipa	IEFP - Santarém	25	48
Deontologia e ética profissional no apoio à comunidade	IEFP - Santarém	25	12
Animação no domicílio e em instituições - planificação de atividades	IEFP - Santarém	50	1
Animação - conceitos, princípio e técnicas	IEFP - Santarém	50	1
Aprender para cuidar	CUF Santarém	34	5
Suporte básico de vida e desfibrilhação automática externa	CUF Santarém	7	5

A formação profissional desenvolvida ao longo de 2025 abrangeu um conjunto diversificado de temáticas, com maior incidência nas áreas da **ética profissional**, da **deontologia**, dos **cuidados pessoais** e da **animação sociocultural**. No geral, observam-se ações relevantes em conteúdos essenciais ao bom desempenho das respostas sociais, embora a participação dos trabalhadores revele assimetrias significativas entre as diferentes ações.

A formação com maior impacto quantitativo foi a de “**Ética e deontologia na organização do trabalho em equipa**”, que contou com a participação de **48 trabalhadores**, demonstrando uma aposta clara na uniformização de princípios, na melhoria das relações profissionais e na consolidação de padrões éticos de atuação. A ação complementar, “**Deontologia e ética profissional no apoio à comunidade**”, abrangeu apenas **12 trabalhadores**, evidenciando que, embora pertinente, não atingiu a mesma cobertura.

As restantes formações — sobretudo as de **Animação**, **Aprender para Cuidar** e **Suporte Básico de Vida e DAE** — tiveram uma **participação reduzida** (1 a 5 trabalhadores), porque foram direcionadas apenas para pessoal técnico. Esta formação decorreu com bastante agrado dos intervenientes.

Importa também considerar a **dinâmica de rotatividade** verificada durante o ano, com cerca de **34 colaboradores a cessarem funções**. Este fator dilui o impacto formativo, pois parte do investimento realizado acaba por não permanecer na organização. Assim, embora a formação tenha sido pertinente e alinhada com as necessidades das respostas sociais, o seu **efeito multiplicador ficou condicionado pela saída de um número significativo de trabalhadores**.

Em síntese, a formação profissional de 2025 contribuiu positivamente para o reforço de competências, sobretudo nas áreas éticas e comportamentais, mas o impacto global poderia ter sido mais consistente se a participação tivesse sido mais ampla e se a rotatividade não tivesse absorvido parte substancial dos recursos investidos. Para 2026, recomenda-se privilegiar ações com maior alcance transversal e mecanismos que assegurem que o conhecimento adquirido se consolide internamente, reduzindo a perda formativa associada à mobilidade de pessoal.

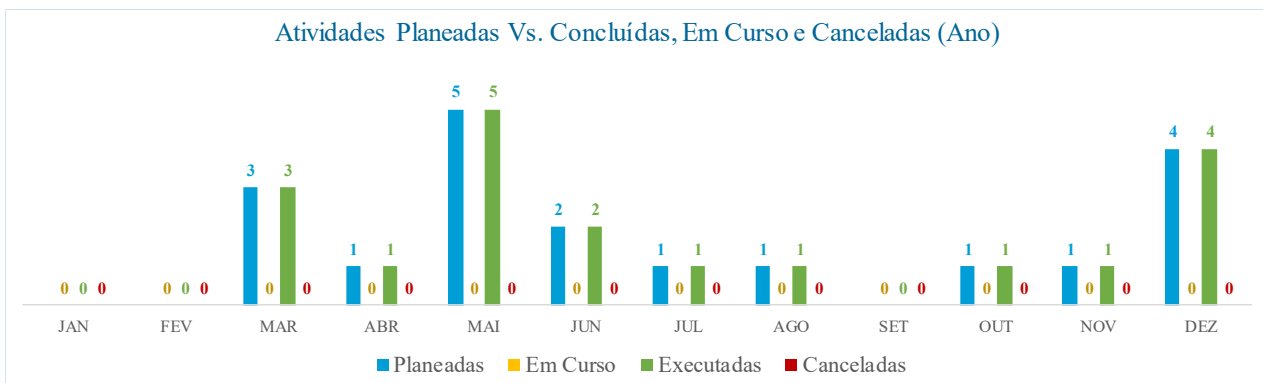
Execução do Plano de Atividades anual:

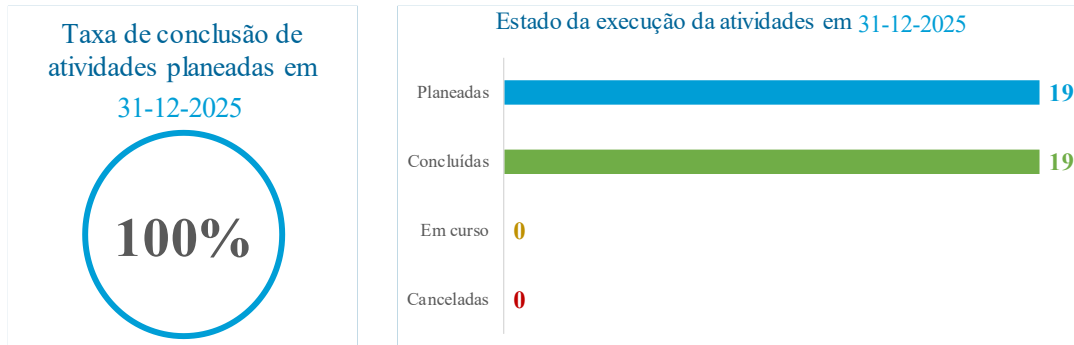
Atividade	Status	Mês														
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ			
Dia da Mulher - Oferta de porta cartões Serviços Administrativos	Concluída			█												
Refeição Temática - Dia da Mulher Serviço de Cozinha	Concluída			█												
Dia do Pai - Oferta de porta cartões Serviços Administrativos	Concluída			█												
Páscoa - Oferta de caixa com amêndoas Serviços Administrativos	Concluída				█											
Dia do Trabalhador - Oferta de caneta e lápis da SCMG Serviços Administrativos	Concluída					█										
Pesagens/Rastreios Nutricionais Nutricionista	Concluída					█										
Dia da Mãe - Oferta de porta-chaves personalizado Serviços Administrativos	Concluída					█										
Refeição Temática - Dia da Mãe Serviço de cozinha	Concluída					█										
Caminhada dos RH - Quinta-feira da Ascessão Serviço Social	Concluída					█										
Dia da Criança - Oferta de lembranças aos filhos dos RH até aos 12 anos Serviços Admsnitrativos	Concluída						█									
Ação Sensibilização "Cuidar com o coração"- coração com frase inspiradora Serviço Social	Concluída						█									
Dia dos Avós - Oferta de bolsa para carregador de telemovel Serviços Administrativos	Concluída							█								
Ação de Sensibilização - "Juntos cuidamos melhor" Serviço Social	Concluída								█							
Realização de Vídeo para concurso "My Sénior" Serviço Social	Concluída									█						
Dia do Cuidador - Oferta de bombom Serviço Social	Concluída										█					
Entrega de Cartões de Natal elaborados pelos utentes Serviço Social	Concluída											█				
Orientações básicas "Serviço de cozinha e copa" Nutricionista	Concluída														█	
Natal - Oferta de Chocolates Serviços Administrativos	Concluída														█	
Natal - Oferta de Voucher Mesa Administrativa	Concluída														█	

Legenda:

- Atividades planeadas
- Atividades executadas
- Atividades canceladas

Follow-up do plano anual





5. SAÚDE, HIGIENE, SEGURANÇA NO TRABALHO E HACCP

A instituição mantém contratualizados **prestadores externos especializados** nas áreas de **Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho (SHST) e HACCP**, garantindo o cumprimento integral das obrigações legais e a monitorização contínua das condições de segurança, higiene alimentar e prevenção de riscos profissionais. Estes serviços asseguram a avaliação regular dos riscos, a elaboração da documentação técnica obrigatória e o acompanhamento de situações que exijam intervenção especializada.

Paralelamente, todos os trabalhadores estão abrangidos pelos respetivos **seguros de acidentes de trabalho**, assegurando proteção imediata em caso de ocorrência e garantindo o cumprimento das disposições legais aplicáveis.

Foram ainda realizadas as **consultas de saúde ocupacional exigidas por lei**, permitindo a vigilância da saúde dos trabalhadores através de exames periódicos e da avaliação da aptidão para o desempenho das funções. Este acompanhamento contribui para a prevenção de riscos, a deteção precoce de problemas de saúde e a promoção do bem-estar físico e laboral.

6. SERVIÇOS COMPLEMENTARES E DE APOIO

6.1. Medicina e Enfermagem

A Misericórdia da Golegã assegura serviços de **Medicina e Enfermagem** que, embora não sejam obrigatórios em todas as respostas sociais, representam um valor acrescentado significativo para a qualidade dos cuidados prestados aos utentes.

A presença de um **médico prestador de serviços** e de uma **enfermeira integrada no quadro**, complementada por mais **quatro enfermeiros em regime de prestação de serviços**, garante uma vigilância clínica contínua, adequada e orientada para a prevenção, a promoção da saúde e a intervenção precoce em situações de risco.

Do ponto de vista legal, a instituição cumpre as responsabilidades associadas à **vigilância da saúde dos trabalhadores**, assegurando consultas e avaliações clínicas previstas na legislação de Saúde e Segurança no Trabalho. Este acompanhamento médico-ocupacional contribui para detetar precocemente limitações, prevenir agravamentos e garantir a aptidão para o desempenho das funções. A componente de enfermagem reforça ainda a segurança e a qualidade dos cuidados prestados, assegurando intervenções como administração de terapêutica, vigilância de sinais clínicos, gestão de feridas e apoio em situações emergentes.

A existência deste serviço integrado permite também dar resposta rápida a problemas de saúde dos utentes, reduzindo deslocações, melhorando a continuidade de cuidados e contribuindo para maior

bem-estar e estabilidade clínica. Para os trabalhadores, os enfermeiros constituem igualmente um recurso essencial, apoiando situações de mal-estar, pequenos incidentes e necessidades pontuais decorrentes da natureza exigente das funções desempenhadas. Assim, esta equipa multidisciplinar de saúde representa um **diferencial relevante** da Misericórdia da Golegã, reforçando a humanização da intervenção e garantindo maior segurança no quotidiano da instituição.

6.2. Fisioterapia e reabilitação

A Misericórdia mantém, há vários anos, um **serviço próprio de fisioterapia e reabilitação física**, que apoia de forma regular utentes das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), do Serviço de Apoio Domiciliário e do Centro de Dia. Apesar de não constituir uma obrigação legal nas respostas sociais, este serviço representa uma **mais-valia significativa**, alinhada com a missão da instituição e com a promoção da qualidade de vida dos seus utentes.

A fisioterapia contribui para a **manutenção e melhoria da mobilidade**, prevenção de quedas, redução da dor e promoção da autonomia funcional, aspetos essenciais para a população idosa ou em situação de fragilidade. A intervenção regular permite retardar processos de dependência, acelerar recuperações após períodos de doença ou imobilização e facilitar a permanência no domicílio com maior conforto e segurança.

Nas ERPI, este acompanhamento contínuo favorece a estabilidade clínica, reduz a incidência de complicações musculoesqueléticas e melhora o bem-estar geral dos residentes.

Além disso, este serviço fortalece a ligação entre a instituição e os seus utentes, promovendo uma abordagem integrada e humanizada do cuidado. A presença de fisioterapia disponível internamente evita deslocações desnecessárias, facilita a continuidade terapêutica e garante um acompanhamento próximo e personalizado. Trata-se, assim, de um **investimento que reforça a identidade da Misericórdia**, traduzindo o seu compromisso com a dignidade, autonomia e qualidade de vida das pessoas que acolhe.

Importa igualmente salientar que o serviço de fisioterapia e reabilitação física presta também um apoio essencial aos **trabalhadores da instituição**, particularmente em situações de urgência relacionadas com **dores, tensões musculares ou mazelas decorrentes da natureza fisicamente exigente do trabalho**. Este apoio interno permite respostas rápidas, reduz o risco de agravamento de lesões e contribui para a recuperação funcional dos colaboradores, reforçando a prevenção, o bem-estar e a capacidade operacional das equipas.

A equipa é constituída por três profissionais, todos do quadro de pessoal da SCMG:

- ✓ 1 Fisioterapeuta
- ✓ 2 Técnicos de Reabilitação

Neste exercício foram prestadas cerca de **23 mil ações de fisioterapia e/ou reabilitação física** no universo dos nossos utentes, predominantemente aos residentes de ERPI.

Paralelamente, foram prestadas **433 ações a 14 trabalhadores**, no mesmo âmbito, por motivo de queixas álgicas ou traumatismos decorrentes do impacto direto no local de trabalho.

Este serviço de saúde, prestou 3723 serviços a 142 pessoas da comunidade.

6.3. Nutrição

A Misericórdia da Golegã dispõe de um **Serviço de Nutrição** assegurado por uma nutricionista da instituição, que desempenha um papel central na **garantia da qualidade alimentar**, na **promoção da saúde** e na **segurança alimentar** dos utentes. Entre as suas responsabilidades encontram-se a **elaboração das ementas**, a monitorização das necessidades nutricionais individuais, a articulação direta com a cozinha central e o sistema **HACCP**, assim como a supervisão dos processos alimentares em todas as respostas sociais.

Para além da componente técnica, a nutricionista desenvolve também **atividades educativas e terapêuticas** com os utentes, dinamizando oficinas de culinária, sessões práticas e teóricas de estimulação cognitiva e momentos pedagógicos que incentivam hábitos alimentares saudáveis. Estas iniciativas promovem autonomia, participação e bem-estar, enquanto reforça competências sensoriais, motoras e sociais.

Ao longo do ano são igualmente promovidas **refeições temáticas**, que permitem aos utentes contactar com sabores, culturas e estilos alimentares diferentes daqueles a que estão habitualmente habituados. Estas atividades, para além da sua dimensão lúdica e cultural, contribuem para a diversificação alimentar, para o estímulo do apetite e para o enriquecimento do quotidiano das respostas sociais. Trata-se, assim, de um serviço que, embora não obrigatório, representa uma **mais-valia consolidada** na identidade e na prática da Misericórdia, traduzindo o compromisso com cuidados de maior qualidade e humanização.

Em 2025 foram realizadas **6 oficinas de culinária**, **8 sessões práticas e teóricas** direcionadas para estimulação cognitiva e foram executadas **9 refeições temáticas**, quem todas as ERPI da instituição, além da já habitual **Semana da Alimentação**.

O serviço de nutrição acompanha, em média, de trinta utentes com dietas específicas, sempre de acordo com as suas patologias e em articulação com as demais equipas de saúde.

6.4. Animação sociocultural e socialização

A socialização e a animação sociocultural são dimensões essenciais da intervenção nas respostas sociais da Misericórdia, desempenhando um papel determinante na **qualidade de vida**, **bem-estar emocional** e **manutenção da autonomia** dos utentes. Na ERPI de maior dimensão, que acolhe cerca de 52 residentes, estas atividades são asseguradas por uma **animadora sociocultural dedicada em exclusivo à resposta**, garantindo uma programação diária estruturada, variada e ajustada às capacidades e interesses dos residentes. Esta presença permanente permite criar rotinas positivas, promover o convívio, estimular competências cognitivas e motoras e favorecer o sentimento de pertença a uma comunidade.

Nas demais respostas sociais — Centro de Dia, SAD e outras estruturas — a animação sociocultural é assegurada pelas **Direções Técnicas**, que planeiam e dinamizam atividades de socialização adaptadas ao perfil e às necessidades dos respetivos utentes. Embora com modelos distintos, estas intervenções cumprem a mesma função primordial: **reduzir o isolamento**, **reforçar a autoestima**, **estimular capacidades preservadas** e **proporcionar momentos de alegria e significado no quotidiano**.

Os benefícios para os utentes são amplamente reconhecidos: melhoria da interação social, redução de estados de apatia ou desmotivação, estímulo cognitivo, manutenção da identidade pessoal, maior mobilidade e prevenção da dependência funcional. A socialização regular contribui ainda para um

ambiente mais harmonioso, promove relações de confiança com as equipas e reforça o equilíbrio emocional dos residentes. Trata-se, assim, de um eixo fundamental da ação da Misericórdia, que complementa os cuidados prestados e traduz o compromisso da instituição com uma abordagem profundamente **humanizada, ativa e centrada na pessoa**.

6.5. Cabeleireiro e estética

Os cuidados estéticos com os nossos utentes foram permanentes, quer no salão de cabeleireiro da ERPI Lar Rodrigo da Cunha Franco, quer nas restantes estruturas.

A Misericórdia disponibiliza um **serviço de cabeleireiro e estética** dirigido prioritariamente aos utentes das suas respostas sociais, assegurando cuidados de imagem e bem-estar que têm um impacto muito positivo na **autoestima**, na **dignidade pessoal** e no **conforto emocional** de cada residente. Para muitos utentes, sobretudo os de maior dependência ou com menor mobilidade, este serviço representa uma oportunidade regular de cuidado pessoal, contribuindo para a sensação de normalidade, valorização e satisfação consigo próprios.

Para além do aspeto estético, este serviço favorece a **socialização**, cria momentos de convivência e reforça a ligação afetiva entre utentes e profissionais. Pequenos gestos, como arranjar o cabelo ou cuidar das mãos, têm reflexos muito significativos no humor, na autoconfiança e na forma como os utentes vivem o seu dia a dia dentro das respostas sociais.

Embora direcionado principalmente para os utentes, o serviço pode também ser utilizado pelos **trabalhadores**, dentro de limites previamente definidos, funcionando como um complemento de bem-estar que reforça a motivação e a proximidade à instituição. Trata-se, assim, de um serviço simples, mas altamente relevante, que expressa a preocupação da Misericórdia com a **humanização dos cuidados**, que prima pela autoestima dos utentes, com o respeito pela individualidade e com a promoção da qualidade de vida de todos aqueles que acolhe.

7. ATIVIDADES RELIGIOSAS

As atividades religiosas ocupam um lugar central na vida da nossa Misericórdia, refletindo a sua **identidade histórica**, a sua matriz de inspiração cristã e a missão de serviço que orienta a instituição desde a sua fundação. Para muitos utentes, sobretudo os mais idosos, estas práticas são uma fonte de **conforto espiritual**, de estabilidade emocional e de continuidade com valores e rotinas que sempre fizeram parte das suas vidas.

A celebração de momentos religiosos, a oração, a presença de assistentes espirituais e as dinâmicas de reflexão constituem oportunidades para reforçar o **sentido de pertença**, cultivar a esperança e promover o bem-estar interior, especialmente em fases de vulnerabilidade ou solidão. São também ocasiões privilegiadas para fomentar a **coesão comunitária** dentro das respostas sociais, criando ambientes de proximidade, respeito e partilha.

A existência destas iniciativas reforça ainda o compromisso da instituição com uma abordagem **integral e humanizada** do cuidado, que reconhece que o bem-estar espiritual é parte essencial da dignidade da pessoa. Assim, as atividades religiosas não apenas honram a tradição da Misericórdia, como representam um contributo concreto e relevante para a qualidade de vida dos utentes.

A celebração regular da Eucaristia constitui um dos momentos mais elevados da vida espiritual da Misericórdia, expressão concreta do seu carisma e da tradição cristã que está na origem da sua missão secular de serviço ao próximo. Ao longo do ano foram celebradas 10 eucaristias, presididas pelo Reverendo Pe. Pedro Marques, Capelão da Misericórdia, cada uma delas vivida como ocasião de encontro, de reconciliação interior e de renovação da fé. Para muitos utentes, a Eucaristia é um espaço de conforto e esperança, onde encontram sentido, serenidade e a presença espiritual que os acompanha nas alegrias e nas fragilidades da vida. Estes momentos litúrgicos fortalecem laços comunitários, alimentam a espiritualidade e oferecem um tempo de verdadeira humanização e escuta interior.

<i>Dia</i>	<i>Hora</i>	<i>Local</i>	<i>Destinatários</i>
07-02-2025	11h30m	Capela do Lar Rodrigo da Cunha Franco	Utentes de outras respostas sociais
21-02-2025	11h30m	Capela do Lar Rodrigo da Cunha Franco	Utentes de outras respostas sociais
07-03-2025	11h30m	Capela do Lar Rodrigo da Cunha Franco	Utentes de outras respostas sociais
21-03-2025	11h30m	Capela do Lar Rodrigo da Cunha Franco	Utentes de outras respostas sociais
04-04-2025	11h30m	Capela do Lar Rodrigo da Cunha Franco	Utentes de outras respostas sociais
02-05-2025	11h30m	Capela do Lar Rodrigo da Cunha Franco	Utentes de outras respostas sociais
16-05-2025	11h30m	Capela do Lar Rodrigo da Cunha Franco	Utentes de outras respostas sociais
30-05-2025	11h30m	Capela do Lar Rodrigo da Cunha Franco	Utentes de outras respostas sociais
13-06-2025	11h30m	Capela do Lar Rodrigo da Cunha Franco	Utentes de outras respostas sociais
27-06-2025	11h30m	Capela do Lar Rodrigo da Cunha Franco	Utentes de outras respostas sociais
dez-25	11h30m	Capela do Lar Rodrigo da Cunha Franco	Utentes de outras respostas sociais

A realização da Via Sacra, em 16/04/2025, representou um momento especialmente profundo de contemplação e recolhimento, no qual a comunidade medita os passos derradeiros de Jesus no caminho da Cruz. Esta prática, vivida em ambiente de proximidade e partilha, ajuda os utentes a refletir sobre o sofrimento, a fé e a esperança, oferecendo um itinerário espiritual que acolhe as fragilidades humanas e as transforma em confiança e entrega. É um rito que favorece a interioridade, evoca tradições pessoais profundamente enraizadas e cria um espaço de união e sentido entre todos os participantes.

Em conjunto, estas manifestações religiosas são mais do que atividades: são momentos de graça, que iluminam o quotidiano da instituição, fortalecem o espírito comunitário e reafirmam o compromisso da Misericórdia com uma visão integral da pessoa — corpo, mente e espírito — honrando assim a sua própria identidade e missão fundacional.

Após esta planificação, o Pe. Pedro Marques, impossibilitado de continuar a celebrar as Eucaristias quinzenais na Santa Casa da Misericórdia devido ao agravamento da sua doença, veio a falecer em novembro. No mês de dezembro, acolhemos o Pe. Carlos Nunes, que presidiu à Eucaristia então celebrada.

Ao longo do ano, contámos ainda com a presença regular das ministras da Comunhão, que semanalmente visitaram a instituição, assegurando a distribuição da Sagrada Comunhão e proporcionando aos utentes um momento de proximidade espiritual e de continuidade na vida sacramental.

Utentes de outras respostas sociais são transportados à Capela do Lar Rodrigo da Cunha Franco, para assistirem e participar nas celebrações religiosas.

8. PATRIMÓNIO

Ao longo dos últimos anos, a Misericórdia da Golegã tem seguido uma política responsável de gestão e racionalização do seu património edificado, recorrendo pontualmente à alienação de ativos não financeiros como forma de financiar operações estratégicas de investimento. Esta abordagem, prudente e sustentada, permitiu reduzir a dependência de financiamento bancário, diminuir encargos com juros e reforçar a autonomia financeira da instituição. A alienação seletiva de imóveis e outros bens patrimoniais tem sido orientada por critérios de utilidade social, sustentabilidade económica e preservação da missão da Misericórdia, garantindo que o património institucional continua a ser colocado ao serviço da comunidade de forma eficaz e equilibrada.

A atual Mesa Administrativa **não recorre sistematicamente à alienação de ativos** como forma de assegurar a sustentabilidade corrente da instituição. Pelo contrário, tem adotado uma postura **parcimoniosa, prudente e rigorosamente seletiva**, alienando património apenas quando tal se revela **oportuno, estrategicamente relevante e alinhado com os interesses de longo prazo da Misericórdia**. Paralelamente, a prioridade tem sido investir em **medidas internas de gestão**, promovendo maior eficiência, controlo de custos e equilíbrio económico-financeiro, garantindo que a estabilidade da instituição assenta sobretudo numa gestão cuidada e estruturada — e não na venda recorrente de ativos patrimoniais.

Para o exercício de 2025, previu-se a alienação de 10 ativos não financeiros, alienação essa devidamente autorizada pela Assembleia Geral, num rendimento previsto de 200 mil euros. Porém, foi concretizada a alienação de apenas 1, por valor inscrito de 30 684,79 €.

XI ENCONTRO DE COROS

 MISERICÓRDIA
DA GOLEGÃ

01/06/2025 | 15h00

CINE-TEATRO ELISA TAVARES BONACHO

Golegã


- 
-  **Grupo Coral da Academia Sénior da Santa Casa da Misericórdia da Golegã**
 -  **Grupo de Canto Coral da Universidade Sénior de Tomar**
 -  **Grupo Coral da Universidade Sénior de Oliveira de Azemeis**
 -  **Grupo Coral da Academia Sénior de Arronches**

Organização:



Com o apoio de:





PRESTAÇÃO DE CONTAS

III - PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Mesa Administrativa, conformando-se com os normativos legais, vem apresentar o RELATÓRIO DE GESTÃO, pelo qual transmite à Irmandade e a todos aqueles que possuem relações comerciais com a Instituição, os aspetos mais relevantes e relacionados com a atividade desenvolvida, no exercício de 2025.

9. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Demonstração de resultados por naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Exec. 2025	Orçam. 2025	Exec. 2024
Vendas e serviços prestados	2 220 758,17	2 161 514,65	2 101 211,29
Subsídios, doações e legados à exploração	281 056,34	161 099,96	187 568,20
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade	1 246,15	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(412 772,16)	(456 974,26)	(423 834,99)
Fornecimentos e serviços externos	(302 160,76)	(276 969,86)	(290 623,19)
Gastos com o pessoal	(1 762 505,15)	(1 792 073,35)	(1 618 296,45)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(26 328,85)	(600,00)	-
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	199 479,60	261 042,43	67 569,30
Outros gastos e perdas	(16 488,97)	(4 078,46)	(13 818,62)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impost	182 284,37	52 961,11	9 775,54
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(141 903,41)	(114 000,00)	(141 903,41)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	40 380,96	(61 038,89)	(132 127,87)
Juros e rendimentos similares obtidos	3 064,19	300,00	801,12
Juros e gastos similares suportados	(12 275,65)	(19 699,00)	(19 212,75)
Resultados antes de impostos	31 169,50	(80 437,89)	(150 539,50)
Imposto sobre o rendimento do período	-		
Resultado líquido do período	31 169,50	(80 437,89)	(150 539,50)

Análise Macro da Demonstração de Resultados (2025 vs. Orç. 2025 vs. 2024):

Rendimentos: crescimento forte e acima das expectativas

- **Vendas e serviços prestados** cresceram para **2,22 M€**, acima do orçamento e acima de 2024 (2,10 M€).
- **Subsídios, doações e legados à exploração** atingiram **281 mil €**, muito acima da previsão (161 mil €) e também superiores a 2024.
- **Outros rendimentos e ganhos (199 mil €)** aumentaram de forma muito significativa face a 2024 (67 mil €), apesar de ficarem abaixo do orçamentado.

Conclusão: 2025 foi um ano de forte comportamento dos rendimentos, superando claramente tanto o planeado como o ano anterior.

Gastos operacionais: subida moderada e abaixo do orçamento

- **CMVMC e FSE** ficaram **abaixo do orçamentado**, o que ajudou a contenção da despesa.
 - **Gastos com pessoal** aumentaram (natural no setor), mas **ficaram também abaixo do previsto**.
- Houve uma **imparidade de 26 mil €**, não prevista, que penalizou parcialmente o resultado.

Conclusão: A Instituição conseguiu **executar a despesa com disciplina**, mantendo várias rubricas abaixo do previsto e controlando o impacto da inflação e dos custos salariais.

EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)

- **Execução 2025: 182.284 €**
- **Orçamento 2025: 52.961 €**
- **Execução 2024: 9.776 €**

Conclusão: EBITDA extraordinariamente positivo — **multiplica por 3,4 o orçamentado** e é **19 vezes superior ao de 2024**.

Demonstra forte recuperação económica e eficiência operacional.

Resultado Operacional

- **Execução 2025: 40.381 €**
- **Orçamento: -61.039 €**
- **Execução 2024: -132.127 €**

Conclusão: Passa de **negativo para positivo**, invertendo a tendência de anos anteriores e superando amplamente o planeado.

Resultado Líquido

- **Execução 2025: 31.170 €**
- **Orçamento: -80.438 €**
- **Execução 2024: -150.531 €**

Conclusão: O exercício de 2025 transforma um **défi ce previsto num excedente real de mais de 31 mil €**, revertendo totalmente o resultado negativo de 2024.

Síntese final

O exercício de 2025 foi marcado por uma recuperação económica muito significativa: os rendimentos superaram largamente o previsto e a despesa foi executada com disciplina,

contribuindo para um **EBITDA de 182 mil euros** — muito **acima do orçamento e do ano anterior**. O resultado operacional tornou-se positivo e o **resultado líquido** reverteu de um défice previsto de 80 mil euros para um **excedente de 31 mil euros**, confirmando um ano de melhoria substancial da sustentabilidade financeira da Instituição.

10. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

10.1. Execução dos gastos

Execução do Orçamento - Gastos SNC-ESNL

Em: 31-12-25

Conta	Descrição	€ Inscrito	€ Executado	Variação
6 I GASTOS		2 550 394,93	2 674 434,95	124 040,02
61 I Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		456 974,26	412 772,16	-44 202,10
612 I Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		456 974,26	412 772,16	-44 202,10
6122 I Matérias Primas		456 974,26	412 772,16	-44 202,10
61221 L Géneros Alimentares		328 286,91	305 869,55	-22 417,36
61222 L Material Clínico		5 906,09	4 425,48	-1 480,61
61223 L Limpeza		27 370,82	22 185,72	-5 185,10
61224 L Material Escritório		2 195,01	350,49	-1 844,52
61225 L Higiene pessoal		52 697,08	52 196,43	-500,65
61226 L Material Hoteleiro		24 463,33	17 273,34	-7 189,99
61227 L Lavandaria		16 055,01	10 471,15	-5 583,86
62 I Fornecimentos e serviços externos		276 969,86	302 160,76	25 190,90
621 I Subcontratos		100,00	0,00	-100,00
6211 L Subcontratos Fornecimento e Alimentação		100,00	0,00	-100,00
622 I Serviços especializados		78 614,62	72 867,59	-5 747,03
6221 I Trabalhos especializados		40 699,50	46 311,43	5 611,93
62211 I Consultoria, Acessoria e Contabilidade		21 974,50	27 131,43	5 156,93
622111 L ROC-Revisor Oficial Contas		4 600,00	3 980,00	-620,00
622112 L Serviços Contabilidade		5 278,00	4 870,80	-407,20
622113 L Acessoria Jurídica		6 800,00	5 166,00	-1 634,00
622115 L Consultorias Diversas		5 296,50	13 114,63	7 818,13
62212 I Serviços Medicina e Enfermagem		14 465,00	15 565,00	1 100,00
622121 L Médicos		100,00	0,00	-100,00
622122 L Enfermagem		14 365,00	15 565,00	1 200,00
62213 I Atividades Lúdicas e Culturais		3 600,00	2 712,50	-887,50
622131 L Professora Música		750,00	450,01	-299,99
622133 L Professor Coro ASEG		2 100,00	1 925,00	-175,00
622134 L Prof. Informática		750,00	337,49	-412,51
62214 I Atividades Desportivas		660,00	902,50	242,50
622141 L Professor Atividades Desportivas		660,00	495,00	-165,00
622142 L Professor Yoga			407,50	
6222 I Publicidade e propaganda		650,00	295,20	-354,80
62221 L Boletim Informativo		100,00	0,00	-100,00
62222 L Brochuras Promocionais		100,00	0,00	-100,00
62223 L Diversos		450,00	295,20	-154,80
6223 L Vigilância e segurança		767,40	1 188,03	420,63

6226 I Conservação e reparação	35 985,34	23 111,08	-12 874,26
622601 L Clube Vida	70,29	0,00	-70,29
622603 L CATEI/Lar Dr. Francisco Mendes Brito	2 792,71	2 498,40	-294,31
622605 L Lar Rodrigo Cunha Franco	23 581,77	16 617,63	-6 964,14
622606 L Centro de Dia	1 498,30	0,00	-1 498,30
622607 L Ginásio	100,00	0,00	-100,00
622609 L Cozinha	1 468,25	8,00	-1 460,25
622610 L Lavandaria	2 828,42	0,00	-2 828,42
622611 L Património Imobiliário Habitacional	100,00	2 720,58	2 620,58
622612 L Capela de São Caetano	100,00	0,00	-100,00
622613 L Capela N ^o Senhora dos Anjos	100,00	0,00	-100,00
622614 L Capela Mortuária	100,00	47,60	-52,40
622616 L Campus Misericórdia XXI	1 073,83	58,20	-1 015,63
622617 L Centro de Férias para Seniores	1 682,37	1 160,67	-521,70
622618 L Aldeamento N.S. das Misericórdias	489,41	0,00	-489,41
6227 L Serviços Bancários	412,39	1 961,85	1 549,46
6228 L Outros	100,00	0,00	-100,00
623 I Materiais	12 043,53	15 391,34	3 347,81
6231 L Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5 252,00	9 729,12	4 477,12
6232 L Livros e documentação técnica	100,00	12,00	-88,00
6233 L Material de escritório	4 752,00	3 935,06	-816,94
6234 L Artigos para oferta	1 739,53	1 715,16	-24,37
6238 L Outros	100,00	0,00	-100,00
6239 L Equipamentos para serviços de saúde	100,00	0,00	-100,00
624 I Energia e fluidos	128 807,18	161 409,02	32 601,84
6241 L Electricidade	40 170,91	76 575,75	36 404,84
6242 I Combustíveis	8 952,80	8 581,66	-371,14
62421 L Viaturas	8 952,80	8 581,66	-371,14
6243 L Água	19 017,21	21 788,01	2 770,80
6244 I Gas	60 666,26	54 463,60	-6 202,66
62441 L Gás Reservatório	52 272,00	44 104,97	-8 167,03
62442 L Gás Garrafa	2 454,99	2 460,00	5,01
62443 L Gás Natural	5 939,27	7 898,63	1 959,36
625 I Deslocações, estadas e transportes	704,19	137,24	-566,95
6251 I Deslocações e estadas	704,19	137,24	-566,95
62511 L Pessoal	226,83	137,24	-89,59
62512 L Utentes	477,36	0,00	-477,36
626 I Serviços diversos	56 700,34	52 355,57	-4 344,77
6261 L Rendas e alugueres	5 668,10	3 722,79	-1 945,31
6262 L Comunicação	9 047,32	15 788,07	6 740,75
6263 L Seguros (Exceto Pessoal)	9 953,07	8 887,72	-1 065,35
6265 L Contencioso e notariado	1 699,74	332,04	-1 367,70

6266	L	Despesas de representação	137,81	0,00	-137,81
6267	L	Limpeza, higiene e conforto	2 124,06	6 671,66	4 547,60
6268	I	Outros serviços	28 070,24	16 953,29	-11 116,95
626801	L	Atividades Lúdico-Culturais e Religiosas	100,00	0,00	-100,00
626803	L	Vestuário e Calçado de Utentes	250,00	0,00	-250,00
626804	L	Encargos de Saúde com Utentes	6 681,03	2 209,56	-4 471,47
626805	L	Rouparia	1 482,84	2 103,20	620,36
626806	L	Produtos e Equipamentos para a Cozinha	4 230,02	1 679,57	-2 550,45
626807	L	Artigos e Produtos para Decoração	3 802,97	426,35	-3 376,62
626808	L	Serviços Funerários	3 349,20	0,00	-3 349,20
626809	L	Despesas com Viaturas	6 475,99	8 419,82	1 943,83
626810	L	Congressos, conferências e eventos conexos	100,00	0,00	-100,00
626898	L	Outros Fornecimentos e Serviços	1 404,92	1 663,46	258,54
626899	L	Documentos sem valor Contabilístico	193,29	451,33	258,04
63	I	Gastos com o Pessoal	1 792 073,35	1 762 505,15	-29 568,20
631	I	Remuneração de Órgãos Sociais	29 982,66	29 271,12	-711,54
63101	L	Remuneração de titulares de Órgãos Sociais	29 982,66	29 271,12	-711,54
632	I	Remunerações do pessoal	1 412 142,65	1 387 253,15	-24 889,50
63201	L	Remunerações de Pessoal	1 304 603,93	1 265 991,35	-38 612,58
63203	L	Horas Extraordinárias	39 646,80	51 561,43	11 914,63
63204	L	Subsídio de Turno	65 732,18	68 608,50	2 876,32
63205	L	Gratificações	2 159,74	1 091,87	-1 067,87
634	L	Indemnizações	100,00	4 725,07	4 625,07
635	I	Encargos sobre remunerações	320 276,09	315 539,66	-4 736,43
6351	I	Segurança Social	320 276,09	315 539,66	-4 736,43
635101	L	Sobre Remunerações Órgãos Sociais	6 686,13	5 618,94	-1 067,19
635102	L	Sobre Remunerações de Pessoal	313 539,95	309 920,72	-3 619,23
635103	L	FCGT	50,00	0,00	-50,00
636	L	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	22 512,34	17 974,64	-4 537,70
638	I	Outros gastos com o pessoal	7 059,61	7 741,51	681,90
6381	L	Formação Profissional	411,43	341,15	-70,28
6384	L	Apoio Médico Medicamentoso	100,00	0,00	-100,00
6385	L	Vestuário e Calçado	1 177,10	43,40	-1 133,70
6388	L	Outros	100,00	3 236,46	3 136,46
6389	L	Higiene e Segurança no Trabalho	5 271,09	4 120,50	-1 150,59
64	I	Gastos de depreciação e de amortização	0,00	141 903,41	141 903,41
642	I	Activos fixos tangíveis	0,00	141 903,41	141 903,41
6422	I	Edifícios e Outras Construções	0,00	119 207,45	119 207,45
64221	L	Edifícios		119 207,45	
6423	I	Equipamento Básico	0,00	16 228,41	16 228,41
64239	L	Outro		16 228,41	
6426	I	Equipamento Administrativo	0,00	4 317,96	4 317,96

64269	L	Outros		4 317,96	
6429	L	Outras Imobilizações Corpóreas		2 149,59	
65	I	Perdas por imparidade	600,00	26 328,85	25 728,85
651	I	Em dívidas a receber	600,00	26 328,85	25 728,85
6511	L	Clientes	600,00	26 328,85	25 728,85
68	I	Outros gastos	4 078,46	16 488,97	12 410,51
681	I	Impostos	190,42	463,60	273,18
6813	L	Taxas	190,42	463,60	273,18
688	I	Outros	3 888,04	16 025,37	12 137,33
68811	L	Correções Relativas a Períodos Anteriores	2 100,00	13 945,37	11 845,37
6882	L	Donativos	500,00	200,00	-300,00
6883	L	Quotizações	970,71	1 380,00	409,29
6888	I	Outros não especificados	317,33	500,00	182,67
68882	L	Encargos Não Devidamente Documentados	149,33	0,00	-149,33
68887	L	Multas e Penalidades	168,00	500,00	332,00
69	I	Gastos de financiamento	19 699,00	12 275,65	-7 423,35
691	I	Juros suportados	19 499,00	12 275,65	-7 223,35
6911	I	Juros de financiamentos obtidos	16 070,00	8 923,47	-7 146,53
69111	L	Conta Corrente Cauçionada	5 255,00	3 916,93	-1 338,07
69112	L	Financiamentos ao Investimento	10 815,00	5 006,54	-5 808,46
6918	L	Outros juros	3 429,00	3 352,18	-76,82
698	I	Outros gastos de financiamento	200,00	0,00	-200,00
6981	L	Relativos a financiamentos obtidos	100,00	0,00	-100,00
6988	L	Outros	100,00	0,00	-100,00

10.2. Execução dos rendimentos
Execução do Orçamento - Rendimentos SNC-ESNL

Em: 31-12-25

Conta	Descrição	€ Inscrito	€ Executado	Variação
7 I RENDIMENTOS		2 583 957,04	2 705 604,45	121 647,41
72 I Prestações de serviços		2 161 514,65	2 220 758,17	59 243,52
721 I Quotas dos utilizadores, Matrículas e Mensalidades de Utentes		2 171 414,65	2 226 940,77	55 526,12
7211 L Quotização Irmandade		1 200,00	1 050,00	-150,00
7212 I Comparticipações de Serviços Sociais		2 170 214,65	2 225 890,77	55 676,12
72121 I Comparticipações de Utentes (Acordos Coop)		1 633 028,82	1 714 919,30	81 890,48
721211 I Lares		1 110 102,61	1 207 812,36	97 709,75
7212111 I Lar Rodrigo da Cunha Franco		936 108,25	988 238,73	52 130,48
72121111 L Mensalidades		514 222,90	533 228,20	19 005,30
72121112 L Outros Rendimentos Utentes		22 679,51	20 330,41	-2 349,10
72121113 L ISS, IP - Centro Distrital LRCF		399 205,83	434 680,12	35 474,29
7212112 I Lar Francisco Mendes de Brito		70 846,28	112 959,66	42 113,38
72121121 L Mensalidades		15 284,16	52 963,17	37 679,01
72121122 L Outros Rendimentos Utentes		1 821,85	1 253,85	-568,00
72121123 L ISS, IP - Centro Distrital LFMB		53 740,27	58 742,64	5 002,37
7212113 I CATEI		103 148,08	106 613,97	3 465,89
72121131 L Mensalidades		98 723,58	98 858,68	135,10
72121132 L Outros Rendimentos Utentes		4 424,50	7 755,29	3 330,79
721212 I Centro de Dia		169 363,90	165 387,56	-3 976,34
7212121 L Mensalidades		100 860,42	97 998,21	-2 862,21
7212122 L Outros Rendimentos Utentes		3 952,39	4 890,39	938,00
7212123 L ISS, IP - Centro Distrital LFMB		64 551,09	62 498,96	-2 052,13
721213 I SAD - Serv. Apoio Domiciliário		270 724,48	264 394,56	-6 329,92
7212131 L Mensalidades		98 767,12	98 197,31	-569,81
7212132 L Outros Rendimentos Utentes		1 017,91	2 098,95	1 081,04
7212133 L ISS, IP - Centro Distrital SAD		170 939,45	164 098,30	-6 841,15
721215 I Centro de Convívio		73 568,90	71 071,97	-2 496,93
7212151 L Mensalidades		7 077,77	4 982,60	-2 095,17
7212152 L Outros Rendimentos de Utentes		358,11	802,80	444,69
7212153 L ISS, IP - Centro Distrital C. Convívio		66 133,02	65 286,57	-846,45
721216 I Refeitórios - Cantina Social		9 268,93	6 252,85	-3 016,08
7212161 L Refeitórios - Cantina Social		2 068,93	703,03	-1 365,90
7212162 L ISS, IP - Centro Distrital Cantina Social		7 200,00	5 549,82	-1 650,18
72123 I Comparticipação de Utentes (S/ Acordo Coop)		414 736,96	381 980,10	-32 756,86
721231 I Lares		414 736,96	381 980,10	-32 756,86
7212312 I Lar Francisco Mendes Brito		45 217,97	30 553,62	-14 664,35
72123121 L Mensalidades		36 391,05	30 446,95	-5 944,10

72123122	L	Outros Rendimentos Utentes LFMB	8 826,92	106,67	-8 720,25
7212314	I	Centro de Férias	369 518,99	351 426,48	-18 092,51
72123141	L	Mensalidades	362 649,07	343 154,61	-19 494,46
72123142	L	Outros Rendimentos Utentes CFérias	6 869,92	8 271,87	1 401,95
72124	I	Residências Assistidas - Serviços e Estadias	122 216,87	128 991,37	6 774,50
72124001	L	Alimentação	50 623,46	54 184,13	3 560,67
72124002	L	Tratamento de Roupa	6 067,63	9 139,01	3 071,38
72124003	L	Higienização da Habitação	7 318,45	11 901,02	4 582,57
72124004	L	Higiene Pessoal e Conforto	2 404,71	3 859,75	1 455,04
72124005	L	Água	734,59	834,44	99,85
72124006	L	Luz	6 030,87	10 918,08	4 887,21
72124007	L	Transportes	450,99	93,90	-357,09
72124008	L	Material de Incontinência	1 039,31	633,76	-405,55
72124009	L	Fisioterapia e Reabilitação Física	833,91	204,00	-629,91
72124010	L	Cabeleireiro e Estética	658,26	878,00	219,74
72124011	L	Outros rendimentos de utentes	2 163,12	0,00	-2 163,12
72124012	L	Serviços de Medicina	100,00	0,00	-100,00
72124013	L	Serviços de Enfermagem	566,78	136,40	-430,38
72124014	L	Serviços de Nutrição	100,00	0,00	-100,00
72124015	L	Apoio Administrativo	17,21	0,20	-17,01
72124016	L	Teleassistência	904,89	50,00	-854,89
72124017	L	Estadias	41 962,20	35 989,50	-5 972,70
72124018	L	Serviços e Manutenção	240,50	169,18	-71,32
72125	L	Academia Sénior - Cotização	132,00	0,00	-132,00
72128	L	Outros	100,00	0,00	-100,00
727	L	Devolução a Utentes	-10 000,00	-6 182,60	3 817,40
728	L	Descontos e abatimentos	100,00	0,00	-100,00
74	I	Trabalhos para a própria entidade	0,00	1 246,15	1 246,15
741	L	Activos fixos tangíveis		1 246,15	1 246,15
75	I	Subsídios, doações e legados à exploração	161 099,96	281 056,34	119 956,38
751	I	Subsídios das Entidades Públicas	136 675,91	225 546,28	88 870,37
7511	I	ISS, IP - Centro Distrital	131 375,91	219 802,36	88 426,45
75111	I	Lares	131 275,91	219 802,36	88 526,45
751113	L	CATEI	131 275,91	219 802,36	88 526,45
75116	L	Subsídios eventuais	100,00	0,00	-100,00
7513	I	IEFP	1 200,00	5 743,92	4 543,92
75132	L	Programa de Estágios Profissionais	1 200,00	5 743,92	4 543,92
7515	L	Autarquias	100,00	0,00	-100,00
7519	L	Adaptar Social +	4 000,00	0,00	-4 000,00
753	I	Doações e heranças	24 424,05	14 237,32	-10 186,73
7531	L	Donativos Financeiros	15 000,00	13 098,27	-1 901,73
7532	L	Donativos em Espécie	9 424,05	1 139,05	-8 285,00

754	L	Legados		41 272,74	41 272,74
78	I	Outros rendimentos	261 042,43	199 479,60	-61 562,83
781	I	Rendimentos suplementares	5 150,00	8 919,65	3 769,65
7811	L	Subsídio de Funeral		7 053,75	7 053,75
7816	I	Outros rendimentos suplementares	5 150,00	1 865,90	-3 284,10
781601	L	Capelas e locais de culto	3 800,00	1 565,00	-2 235,00
78162	L	Venda de Objectos Inuteis		300,90	300,90
78166	L	Subsídio de Funeral	1 250,00	0,00	-1 250,00
78169	L	Outros	100,00	0,00	-100,00
783	L	Recuperação de dívidas a receber		4 586,33	4 586,33
787	I	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	234 315,02	147 311,80	-87 003,22
7872	I	Alienação de Ativos não Financeiros	200 000,00	30 684,79	-169 315,21
787214	L	Ap. - Rua Dr. R. C. Franco 17 - RC Dt- Art.U-3768-A	20 000,00	0,00	-20 000,00
787216	L	Ap. - Rua Dr. R. C. Franco 17 - 2ºDt Ft- Art.U-3768-J	20 000,00	0,00	-20 000,00
787217	L	Ap. - Rua Carlos M Gonçalves 22 - Rc Dt- Art.U-3769-A	20 000,00	0,00	-20 000,00
787218	L	Ap. - Rua Carlos M Gonçalves 22 - Rc e t- Art.U-3769-C	20 000,00	0,00	-20 000,00
787219	L	Ap. - Rua Carlos M Gonçalves 22 - Rc E F- Art.U-3769-D	20 000,00	0,00	-20 000,00
787220	L	Ap. - Rua Carlos M Gonçalves 22 - 1ºDT T- Art.U-3769-E	20 000,00	0,00	-20 000,00
787221	L	Ap. - Rua Carlos M Gonçalves 22 - 2ºE T- Art.U-3769-L	20 000,00	0,00	-20 000,00
787222	L	Ap. - Rua Carlos M Gonçalves 22 - 2ºE F- Art.U-3769-M	20 000,00	0,00	-20 000,00
787223	L	Ap. - Rua Dr. R. C. Franco 19-21 - 1ºESQ- Art.U-3770-C	20 000,00	30 684,79	10 684,79
787224	L	Ap. - Rua Dr. R. C. Franco 19-21 - 1ºDT- Art.U-3770-F	20 000,00	0,00	-20 000,00
7873	I	Rendas e outros rendimentos em propriedades de inv	34 215,02	115 577,01	81 361,99
78732	I	Edifícios e Outras Construções	34 215,02	115 577,01	81 361,99
787321	I	Arrendamento	34 115,02	33 077,01	-1 038,01
7873211	L	Urbano	19 115,02	18 567,82	-547,20
7873212	L	Rústico	15 000,00	14 509,19	-490,81
787322	I	Alienação do Direito de Habitação - Resid. Assistidas	100,00	82 500,00	82 400,00
78732201	L	Alienação do direito de habitação vitalício	100,00	82 500,00	82 400,00
7878	L	Outros rendimentos	100,00	1 050,00	950,00
788	I	Outros	21 577,41	38 661,82	17 084,41
7881	L	Correcções relativas a períodos anteriores	100,00	11 123,13	11 023,13
7883	I	Imputação de subsídios para investimentos	200,00	4 396,59	4 196,59
78831	L	FEDER-000144-REMLRCF		4 396,59	4 396,59
78832	L	PRR - Mobilidade Verde Social	100,00	0,00	-100,00
78833	L	Em Subsídios para Investimento	100,00	0,00	-100,00
7885	I	Restituição de impostos	10 857,42	9 707,61	-1 149,81
78851	I	IVA	9 857,42	9 140,68	-716,74
788511	L	Bens Alimentares	9 757,42	9 140,68	-616,74
788512	L	Imóveis - Const. civil	100,00	0,00	-100,00
78852	L	Reembolso de IRS	1 000,00	566,93	-433,07
7888	I	Outros não especificados	10 419,99	13 434,49	3 014,50

7888 L Outros não especificados	10 419,99	13 434,49	3 014,50
79 I Rendimentos Financeiros	300,00	3 064,19	2 764,19
7911 L Juros Recebidos	100,00	0,00	-100,00
7915 L Juros de Mora	100,00	3 064,19	2 964,19
7988 L Outros não Especificados	100,00	0,00	-100,00

11. EXECUÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Investimentos planeados para 2025:

Contas	Descrição	Notas	Valor
43	Activos fixos tangíveis		34 000,00
432	Bens do património histórico e artístico e cultural		4 000,00
4321	Bens imóveis		4 000,00
<i>4321144</i>	<i>Substituição do piso do Centro de Fisioterapia e Reab Física 2023</i>		<i>4 000,00</i>
433	Outros activos fixos tangíveis		30 000,00
4334	Equipamento de transporte		30 000,00
43341	Veiculos Ligeiros		30 000,00
<i>43341005</i>	<i>Viatura Elétrica - SAD - Cand. Mobilidade Verde PRR 2023</i>		<i>30 000,00</i>

Investimentos executados em 2025:

Contas	Descrição	Execução
4	INVESTIMENTOS	21 267,71
43	Activos fixos tangíveis	21 267,71
432	Bens do património histórico e artístico e cultural	8 463,41
4321	Bens imóveis	8 463,41
<i>4321152</i>	<i>Remodelação de 2 Residências</i>	<i>8 463,41</i>
433	Outros activos fixos tangíveis	12 804,30
4333	Equipamento básico	12 804,30
<i>43331</i>	<i>Equipamento de Alojamento de Utentes</i>	<i>12 804,30</i>
<i>43332055</i>	<i>Máquina de Lavar Roupa IMESA LM23 Elet L202410039</i>	<i>12 804,30</i>

A execução dos investimentos em 2025 revelou um desvio significativo face ao planeado, tanto em **montante** como na **natureza das despesas realizadas**.

Estava previsto um investimento total de **34.000 €**, orientado sobretudo para ações específicas e estratégicas — como a substituição do piso do Centro de Fisioterapia e Reabilitação e a aquisição de viaturas no âmbito do PRR.

Contudo, a execução efetiva situou-se em **21.267,71 €**, concentrada maioritariamente em intervenções de carácter **reativo** e de necessidade imediata, como a **remodelação de duas residências** e a aquisição de **equipamentos básicos**, incluindo equipamento de alojamento e maquinaria essencial.

Esta divergência evidencia que, apesar da existência de um plano de investimento estruturado, o ano acabou por exigir respostas pontuais a necessidades operacionais urgentes, reduzindo a concretização das intenções estratégicas inicialmente previstas.

12. RELATÓRIO DE GESTÃO

12.1. Existência de gastos e rendimentos não correntes

No decurso do exercício registaram-se rendimentos e gastos não correntes, nomeadamente a alienação de ativos, legados e o reconhecimento de perdas por imparidade. Estes elementos, de natureza extraordinária e não repetível, influenciaram significativamente o desempenho económico.

Excluindo estes efeitos, o EBITDA do exercício reduzir-se-ia de 182.284,37 € para 136.655,69 €, refletindo o desempenho operacional estritamente corrente da Instituição.

Do mesmo modo, o resultado líquido, que formalmente ascende a 31.169,50 €, tornar-se-ia negativo (-14.459,18 €) caso fossem eliminados estes efeitos não correntes.

Esta análise confirma a importância de distinguir componentes correntes e não correntes na avaliação rigorosa da sustentabilidade económico-financeira da Instituição.

Por sua vez, apesar de integrados na conta 78, os rendimentos provenientes da alienação do Direito de Habitação das Residências Assistidas integram a atividade própria da Instituição e resultam do modelo específico de financiamento desta resposta social. Embora não ocorram com cadência previsível, são rendimentos operacionais e potencialmente repetíveis, dado que não implicam a alienação definitiva de ativos patrimoniais. Como tal, não existe transmissão de propriedade, nem saída do ativo do balanço.

Assim, para efeitos de análise económico-financeira, estes rendimentos devem ser considerados correntes e integrados no EBITDA e no resultado operacional, ao contrário de outros itens não recorrentes como legados ou alienações de ativos não financeiros.

Indicador	Valor oficial	Ajustes (itens não correntes a eliminar)	Valor ajustado (recorrente)
EBITDA	182.284,37 €	- 30.684,79 € (ativos) - 41.272,74 € (legados) + 26.328,85 € (imparidades)	136.655,69 €
Resultado Líquido	31.169,50 €	- 30.684,79 € - 41.272,74 € + 26.328,85 €	-14.459,18 €

12.2. Evolução da atividade da instituição e análise económico-financeira

12.2.1. Gastos e rendimentos

GASTOS e RENDIMENTOS - Execução vs. Previsão:

Apresentam-se, no quadro seguinte, as variações entre a execução e a previsão, isto é, os valores executados face aos valores orçamentados, para o exercício económico de 2025:

Contas	Descrição	Execução	Previsão	Variação	%
6	GASTOS	2 532 531,54	2 550 394,93	-17 863,39	-0,7%
7	RENDIMENTOS	2 705 604,45	2 583 957,04	121 647,41	4,7%
	SALDO ORÇAMENTAL	173 072,91	33 562,11	139 510,80	415,7%

Para uma análise puramente orçamental, a conta 64 - Gastos de depreciação e de amortização, não está considerada na conta 6, do quadro acima, considerando que o orçamento dos GASTOS também não incluiu essa conta.

O valor dessa conta está inscrito na Demonstração de Resultados por natureza e é de **141 903,41 euros**.

Representação gráfica dos GASTOS e dos RENDIMENTOS em 2025 -
Execução vs. Previsão



No exercício de 2025, observa-se um **decréscimo dos GASTOS** no valor de **-17.863,39 euros**, e um **aumento dos RENDIMENTOS** de **121.647,41 euros**, numa **variação relativa** à previsão de **-0,7%** e **4,7%**, respetivamente.

A variação do **saldo orçamental**, entre a **execução e a previsão**, regista um valor de **139.510,80 euros**, numa **variação** relativa de **415,7%**, face ao orçamento para 2025, cujas justificações serão encontradas na apresentação das contas dos RENDIMENTOS.

GASTOS e RENDIMENTOS - 2025 vs. 2024:

Apresentam-se, no quadro seguinte, para efeitos de comparação, as **variações entre os exercícios de 2025 e 2024**:

Contas	Descrição	2025	2024	Variação	%
6	GASTOS	2 532 531,54	2 365 786,00	166 745,54	7,0%
7	RENDIMENTOS	2 705 604,45	2 357 149,91	348 454,54	14,8%
	SALDO ORÇAMENTAL	173 072,91	-8 636,09	181 709,00	-2104,1%

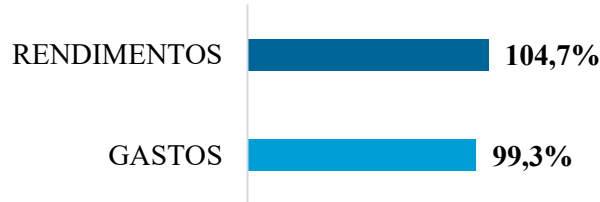
A **execução orçamental dos GASTOS**, no exercício de 2025, regista um **aumento de 166.745,54 euros**, em comparação com o período homólogo, ao passo que a **execução da conta dos RENDIMENTOS** apresenta um **aumento no valor de 348.454,54 euros**, face ao mesmo período.

O **saldo orçamental** regista um valor de **173.072,91 euros**, quando no **exercício anterior registou um valor de -8.636,09 euros**, o que representa um **aumento de 181.709,00** face a 2024.

Em termos relativos, a **conta de GASTOS** regista um **aumento de 7,0%** e a **dos RENDIMENTOS** um **aumento de 14,8%**.

12.2.2. Taxas de execução orçamental

As taxas de execução orçamental das contas 6 e 7, GASTOS e RENDIMENTOS, respetivamente, são as seguintes:



Da observação das taxas da execução orçamental, face às previsões para o exercício de 2025, registou-se uma taxa inferior à prevista, (em -0,7%) no que diz respeito à conta dos GASTOS.

Do lado dos RENDIMENTOS, foi obtida uma taxa superior (4,7%) à orçamentada para o mesmo período.

12.2.3. Evolução dos gastos e dos rendimentos

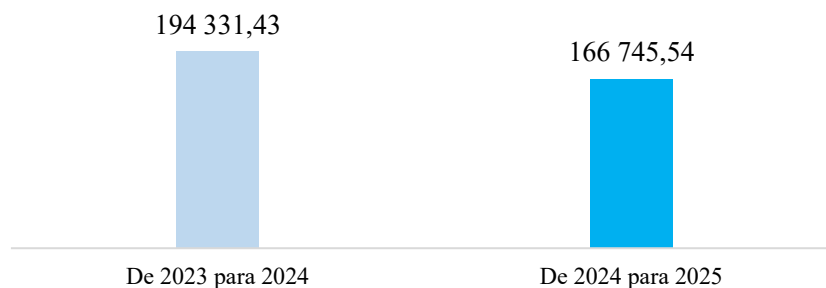
Evolução dos GASTOS e dos RENDIMENTOS nos últimos três exercícios económicos (2023, 2024 e 2025):

Ano	Gastos	Rendimentos
2023	2 171 454,57	2 184 648,75
2024	2 365 786,00	2 357 149,91
2025	2 532 531,54	2 705 604,45

No exercício de **2023 para 2024**, a conta dos GASTOS **aumentou**, em valor absoluto, **194.331,43 euros**, numa **variação** percentual de **8,9%**.

No exercício de **2024 para 2025**, a conta 6 **cresceu 7,0%**, **166 745,54 euros**, em termos absolutos:

Representação gráfica dos valores das últimas variações dos GASTOS



Já em relação à conta dos **RENDIMENTOS**, de 2023 para 2024, notou-se um **crescimento** de **172.501,16** em termos absolutos, o que representou, em termos percentuais, uma **variação** de **7,9%**.

Relativamente ao exercício em análise, 2025, verificou-se um **aumento da conta 7**, face ao período homólogo, de **348.454,54 euros**, aumento esse que se traduziu, em termos percentuais, de **14,8%**:

Representação gráfica dos valores das últimas variações dos RENDIMENTOS



Sobre a relação do desempenho, das contas dos GASTOS e dos RENDIMENTOS:

A variação dos GASTOS de 2023 para 2024, foi superior à conta dos RENDIMENTOS, em 21.830,27 euros.

Já de 2024 para 2025, a mesma conta registou uma variação inferior à conta 7, no valor de -181 709,00 euros.

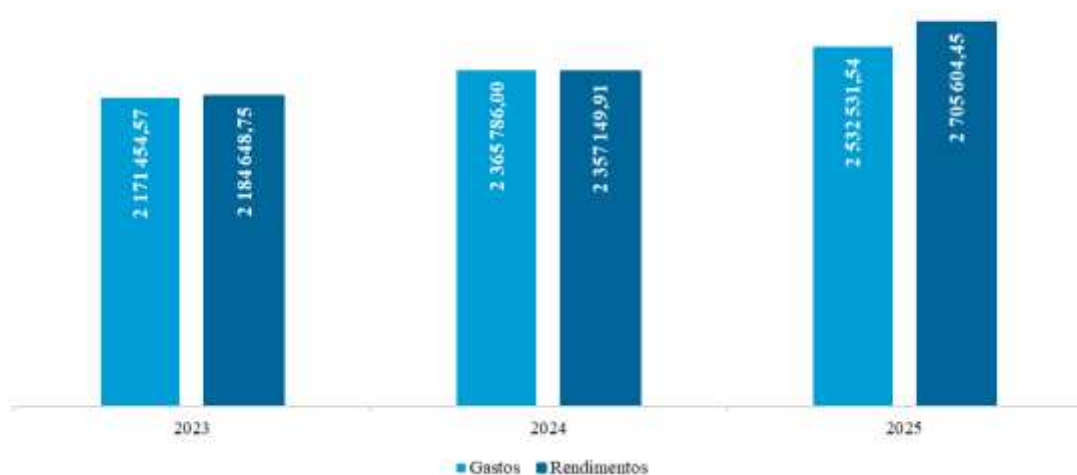
Nos últimos três exercícios, verificaram-se as seguintes variações médias:

- GASTOS (Conta 6): 8,0%;
- RENDIMENTOS (Conta 7): 11,3%.

Isto significa que os RENDIMENTOS cresceram mais dos que os GASTOS, em termos médios, no período considerado.

Resume-se, no gráfico seguinte, a evolução dos GASTOS e dos RENDIMENTOS dos exercícios económicos de 2023, 2024 e 2025:

Representação gráfica da evolução dos GASTOS e RENDIMENTOS nos últimos 3 exercícios



12.2.4. Resumo dos gastos

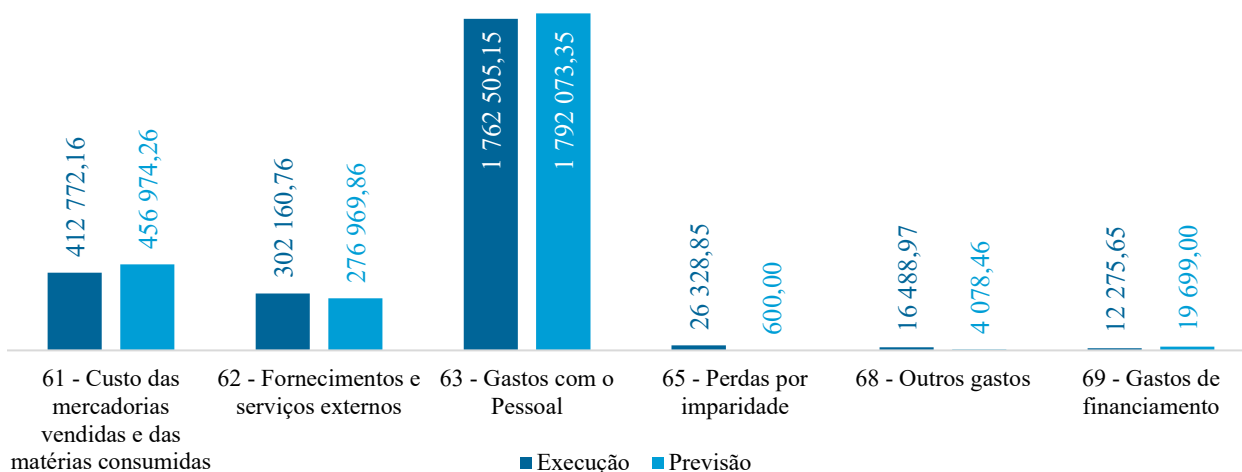
Resumo dos GASTOS - Execução vs. Previsão:

Contas	Descrição	Execução	Previsão	Variação
6 GASTOS		2 532 531,54	2 550 394,93	-17 863,39
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	412 772,16	456 974,26	-44 202,10
62	Fornecimentos e serviços externos	302 160,76	276 969,86	25 190,90
63	Gastos com o Pessoal	1 762 505,15	1 792 073,35	-29 568,20
65	Perdas por imparidade	26 328,85	600,00	25 728,85
68	Outros gastos	16 488,97	4 078,46	12 410,51
69	Gastos de financiamento	12 275,65	19 699,00	-7 423,35

Na análise comparativa da conta 6 - 'GASTOS', **verifica-se um decréscimo da execução, face à previsão para o ano de 2025, no valor de -17.863,39 euros.** A taxa de execução foi de 99,3%.

Das 6 contas com valores registados em 2025, 3 delas diminuiram (no valor total de -81 193,65 euros) e 3 aumentaram (no valor de 63 330,26), face ao orçamento.

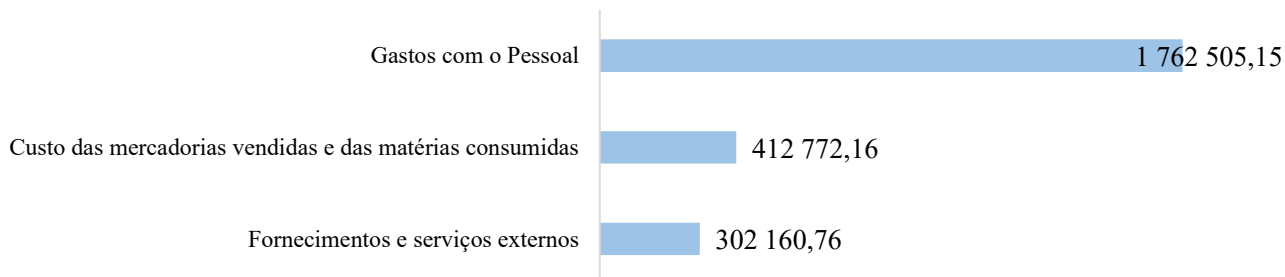
Representação gráfica dos GASTOS - Execução vs. Previsão



As **três contas mais expressivas dos GASTOS** são, por ordem decrescente as: '**Gastos com o Pessoal**', '**Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas**' e '**Fornecimentos e serviços externos**', que representam **97,8%** da conta 6.

- A **maior conta** da 6 é a '**63 - Gastos com o Pessoal**' representando **69,6%** do total dos GASTOS (e 65,2% dos RENDIMENTOS).
- A **segunda maior conta** da 6 é a '**61 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas**', que representa **16,3%** do total.
- A **terceira maior conta** dos GASTOS é a '**62 - Fornecimentos e serviços externos**', com um peso relativo de **11,9%**.

Nas percentagens sobre o total dos gastos, supra, foi desconsiderada a 64, Gastos de Depreciação e de Amortização.



Resumo dos GASTOS - 2025 vs. 2024:

Contas	Descrição	2025	2024	Variação
6	GASTOS	2 532 531,54	2 365 786,00	166 745,54
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	412 772,16	423 834,99	-11 062,83
62	Fornecimentos e serviços externos	302 160,76	290 623,19	11 537,57
63	Gastos com o Pessoal	1 762 505,15	1 618 296,45	144 208,70
65	Perdas por imparidade	26 328,85	0,00	26 328,85
68	Outros gastos	16 488,97	13 818,62	2 670,35
69	Gastos de financiamento	12 275,65	19 212,75	-6 937,10

Na análise comparativa da conta 6 - GASTOS, entre os exercícios dos anos de 2024 e 2025, **verifica-se um aumento no valor de 166 745,54 euros**, aumento esse que representa uma **variação percentual de 7,0%**.

A **variação** da conta de '63 - Gastos com o Pessoal', entre os exercícios de 2025 e 2024, **representou 86,5% da variação do total da conta de GASTOS** entre esses períodos, registando um **aumento de 144.208,70 euros**.

Das **6 contas dos GASTOS**, com valores registados, **2 diminuíram** face ao exercício de 2024, num valor total de **-17.999,93 euros**. Por outro lado, **4 aumentaram** face ao mesmo período, no total de **184.745,47**.

Conta 63 - 'Gastos com o Pessoal'

A conta 63 é a maior conta da 6 e representou 69,6% do total dos GASTOS da instituição em 2025 (e 65,4% dos RENDIMENTOS), correspondente a um decréscimo de -29 568,20 euros, fechando o exercício com uma taxa de execução de 98,4%, face à previsão para o período.

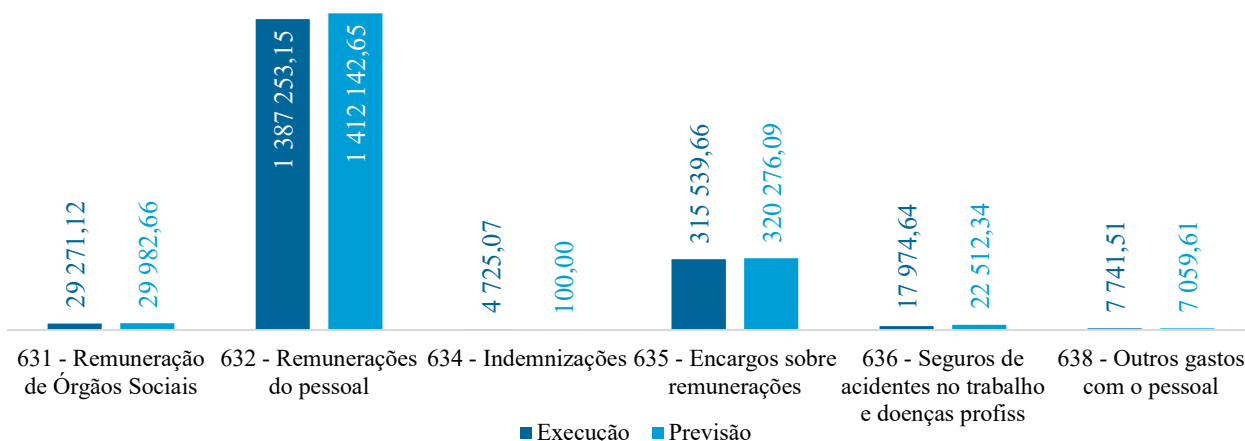
Detalhe da conta 63 - Gastos com o Pessoal - Execução vs. Previsão:

Contas	Descrição	Execução	Previsão	Varição
63	Gastos com o Pessoal	1 762 505,15	1 792 073,35	-29 568,20
631	Remuneração de Órgãos Sociais	29 271,12	29 982,66	-711,54
632	Remunerações do pessoal	1 387 253,15	1 412 142,65	-24 889,50
634	Indemnizações	4 725,07	100,00	4 625,07
635	Encargos sobre remunerações	315 539,66	320 276,09	-4 736,43
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	17 974,64	22 512,34	-4 537,70
638	Outros gastos com o pessoal	7 741,51	7 059,61	681,90

Da interpretação do quadro anterior, verifica-se um **decréscimo da conta 63**, 'Gastos com o Pessoal', em **-29 568,20 euros**, face à previsão.

Das **6 contas** com valores registados no quadro anterior, **2 aumentaram**, num total de **5 306,97 euros**, enquanto **4 diminuíram**, num valor de **-34 875,17**.

Representação gráfica comparativa da conta 63 - Execução vs. Previsão



Em **termos absolutos**, a **variação** da conta que mais influenciou a execução orçamental de 'Gastos com o Pessoal', foi a de **'Remunerações do pessoal'**, no valor de **-24 889,50 euros**, que representou **-84,2% da variação da conta 63**, face à previsão.

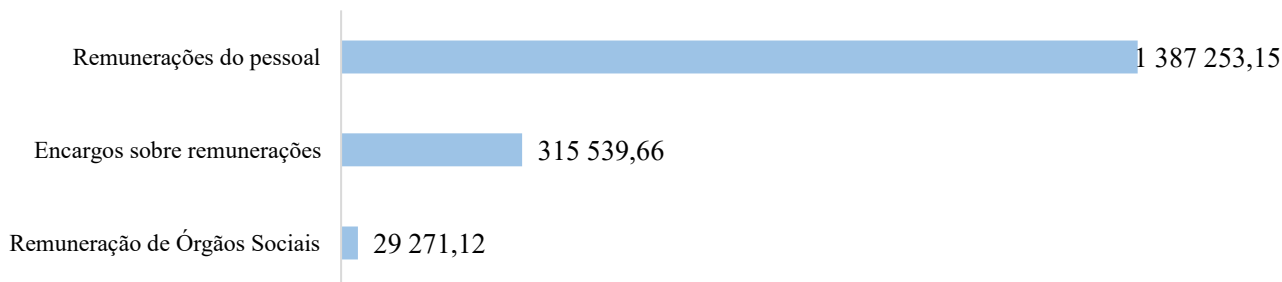
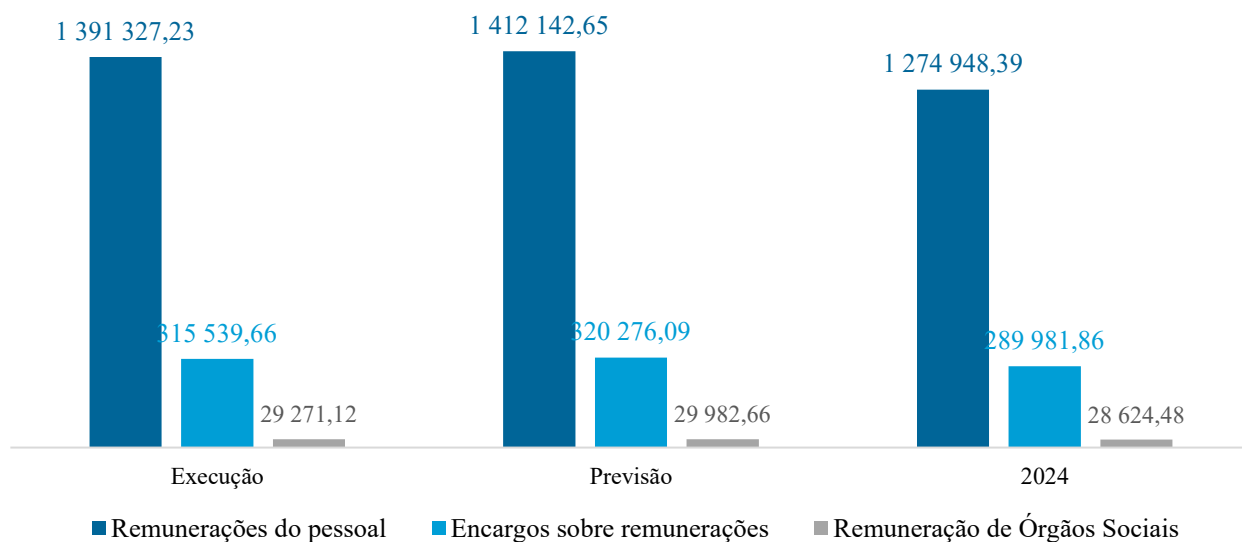
Detalhe da conta 63 - 2025 vs. 2024:

Contas	Descrição	2025	2024	Variação
63	Gastos com o Pessoal	1 762 505,15	1 618 296,45	144 208,70
631	Remuneração de Órgãos Sociais	29 271,12	28 624,48	646,64
632	Remunerações do pessoal	1 387 253,15	1 274 948,39	112 304,76
634	Indemnizações	4 725,07	0,00	
635	Encargos sobre remunerações	315 539,66	289 981,86	25 557,80
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	17 974,64	17 366,91	607,73
638	Outros gastos com o pessoal	7 741,51	7 374,81	366,70

Relativamente à análise comparativa entre os dois últimos exercícios, a conta 63 apresentou um aumento de 144 208,70 euros, numa variação homóloga de 8,9%, face a 2024.

No mapa de execução orçamental dos gastos podem ser obtidas informações mais detalhadas das variações das contas da conta 63, entre os exercícios de 2024 e 2025.

As três maiores contas da 63 são, por ordem decrescente, as seguintes: 'Remunerações do pessoal', 'Encargos sobre remunerações' e 'Remuneração de Órgãos Sociais', que, em conjunto, representam 98,3% da conta 63:


Representação gráfica das três maiores contas da 63 – Execução vs. Previsão vs. 2024:


Justificações das variações mais significativas:**Remunerações do pessoal:**

- Os últimos três exercícios registaram uma variação média do gasto de 9,5%;
- Entre o exercício de 2025 e 2024, apresenta uma variação de 9,1%, alinhado, portanto com exercícios anteriores;
- Em maio de 2025, a Mesa Administrativa decidiu aplicar o IRCT da CNIS a todos os trabalhadores, por via da Portaria de extensão n.º 260/2022, de 28 de outubro;
- O Mapa de Pessoal não apresenta, em termos de quantidade de colaboradores, divergências sensíveis a exercícios anteriores.

Encargos sobre remunerações:

- Esta conta cresceu, basicamente, por via do aumento das “Remunerações do pessoal”;

Conta 61 - 'Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas'

A conta 61 é a **segunda maior conta da 6** e representou **16,3% do total dos GASTOS** da instituição em 2025 (e 15,3% dos RENDIMENTOS), correspondente a um **decréscimo de -44 202,10 euros**, fechando o exercício com uma **taxa de execução de 90,3%**, face à previsão para o período.

A conta 61 é integrada, basicamente pelas contas 612 - 'Matérias-primas, subsidiárias e de consumo' e pela conta **6122 – 'Matérias-primas'**. No fundo, são compras que visam satisfazer as necessidades das respostas sociais, além dos géneros alimentares para RH.

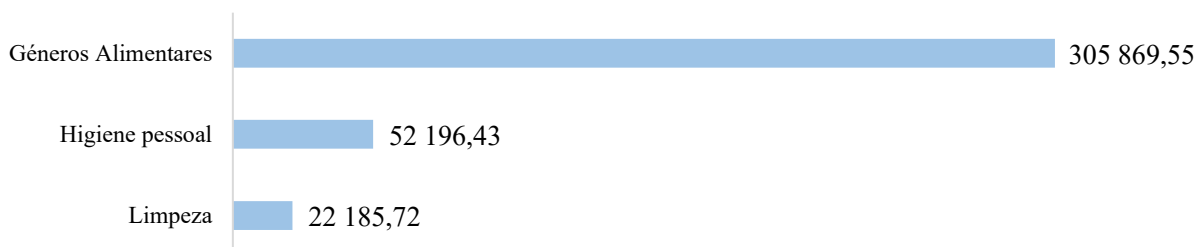
Detalhe da conta 6122, Matérias-Primas - Execução vs. Previsão:

Contas	Descrição	Execução	Previsão	Variação
6122	Matérias Primas	412 772,16	456 974,26	-44 202,10
61221	Géneros Alimentares	305 869,55	328 286,91	-22 417,36
61222	Material Clínico	4 425,48	5 906,09	-1 480,61
61223	Limpeza	22 185,72	27 370,82	-5 185,10
61224	Material Escritório	350,49	2 195,01	-1 844,52
61225	Higiene pessoal	52 196,43	52 697,08	-500,65
61226	Material Hoteleiro	17 273,34	24 463,33	-7 189,99
61227	Lavandaria	10 471,15	16 055,01	-5 583,86

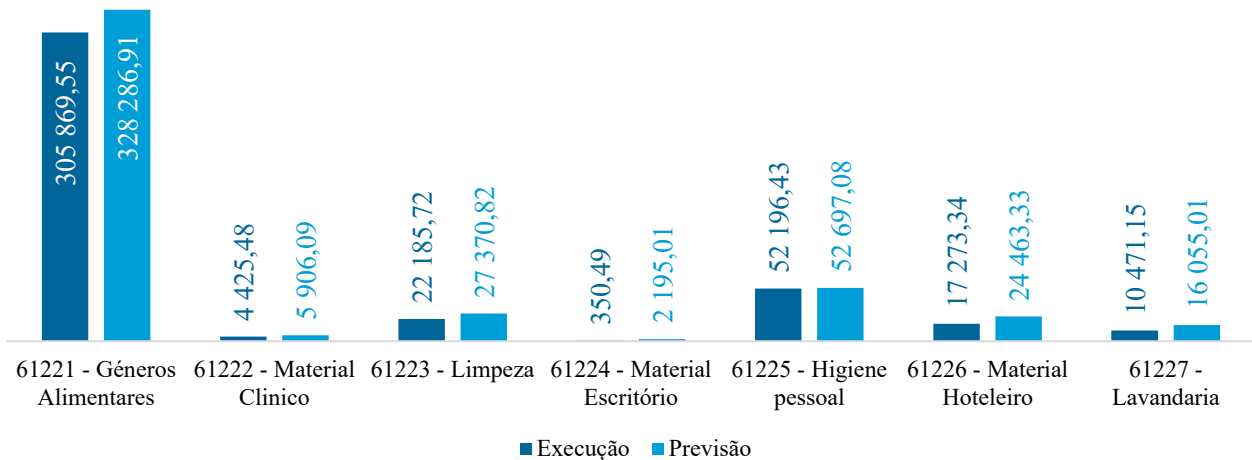
Da interpretação do quadro anterior, verifica-se um **decréscimo da conta 6122, 'Matérias-Primas'**, em **-44 202,10 euros**, face à previsão.

Todas as contas do quadro acima apresentaram um decréscimo face à previsão para o exercício.

Em termos absolutos, a **variação da conta que mais influenciou a execução orçamental de 'Matérias-Primas'**, foi a de **'Géneros Alimentares'**, no valor de **-22 417,36 euros**, que representou **-40,7% da variação da conta 6122**, face à previsão.



Representação gráfica das três maiores contas da 63 – Execução vs. Previsão:



Detalhe da conta 6122, Matérias-Primas - 2025 vs. 2024:

Contas	Descrição	2025	2024	Variação
6122	Matérias Primas	412 772,16	423 834,99	-11 062,83
61221	Géneros Alimentares	305 869,55	312 243,07	-6 373,52
61222	Material Clínico	4 425,48	3 881,62	543,86
61223	Limpeza	22 185,72	25 047,37	-2 861,65
61224	Material Escritório	350,49	1 652,96	-1 302,47
61225	Higiene pessoal	52 196,43	48 611,70	3 584,73
61226	Material Hoteleiro	17 273,34	19 850,94	-2 577,60
61227	Lavandaria	10 471,15	12 547,33	-2 076,18

Relativamente à análise comparativa entre os dois últimos exercícios, a conta 6122 apresentou um decréscimo de -11 062,83 euros, numa variação homóloga de -2,6%, face a 2024.

No mapa de execução orçamental dos gastos podem ser obtidas informações mais detalhadas das variações das contas da conta 6122, entre os exercícios de 2024 e 2025.

Das 7 contas consideradas no mapa supra, 5 melhoraram o seu desempenho face a 2024 e apenas duas ultrapassaram os valores de 2024.

Sobre cada uma delas, apresentam-se as variações verificadas entre a execução e a previsão, analisando ainda a variação entre a execução em 2025 e o período homólogo:

➤ 61221 - 'Géneros Alimentares'

- Variação entre a execução e a previsão: -22 417,36 euros (-6,83%);
- Variação entre a execução e o exercício de 2024: -6 373,52 euros (-2,04%);
- A variação da execução entre 2025 e 2024 foi maior do que a previsão em 4,8 p.p.;

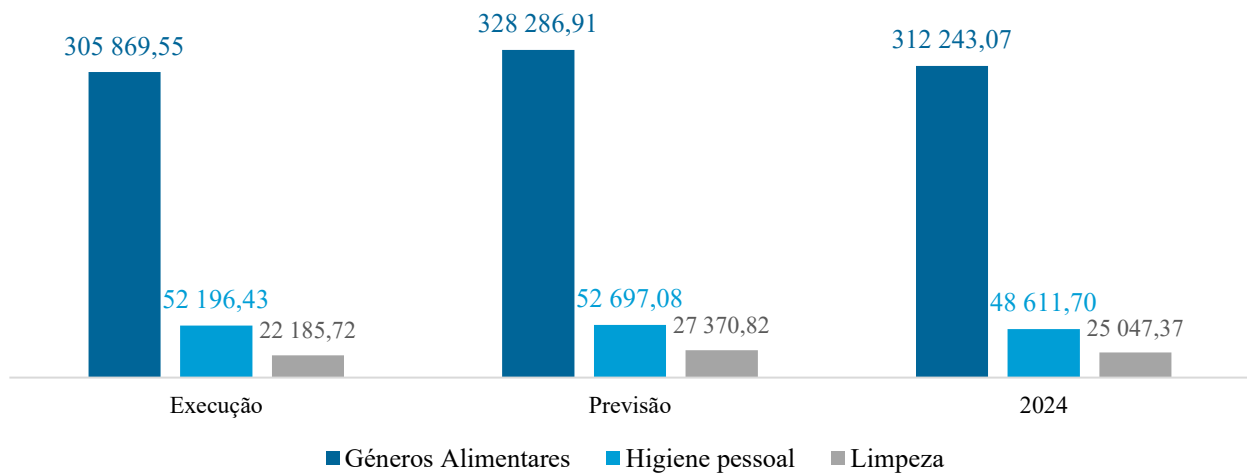
➤ **61225 - 'Higiene pessoal'**

- Variação entre a execução e a previsão: -500,65 euros (-0,95%);
- Variação entre a execução e o exercício de 2024: 3 584,73 euros (7,37%);
- A variação da execução entre 2025 e 2024 foi maior do que a previsão em 8,3 p.p.;

➤ **61223 - 'Limpeza'**

- Variação entre a execução e a previsão: -5 185,10 euros (-18,94%);
- Variação entre a execução e o exercício de 2024: -2 861,65 euros (-11,42%);
- A variação da execução entre 2025 e 2024 foi maior do que a previsão em 7,5 p.p.;

Por fim, apresenta-se a representação gráfica das três maiores contas da 61, da execução de 2025, orçamento de 2025 e execução de 2024:



Justificações das variações mais significativas:

Gêneros Alimentares:

- Diversificação de fornecedores;
- Mais agressividade na negociação;
- Melhoria da eficácia na gestão de *stocks*;
- Cenário de normalidade nas cadeias de distribuição (ao contrário, por exemplo, do que sucedeu, em 2022, por via do despoletar da guerra na Ucrânia).

Higiene Pessoal:

- A maior parte da conta refere-se a material de incontinência;
- A Misericórdia da Golegã tem evidenciando, historicamente, uma preocupação com a qualidade do material de incontinência;
- O material de incontinência é, simultaneamente, um gasto e um rendimento;
- Esta conta revela cerca de 3,7% de aumento, face à média executada nos três exercícios económicos anteriores (2022 a 2024).

Limpeza

- Diversificação de fornecedores;
- Mais agressividade na negociação;
- Melhoria da eficácia na gestão de *stocks*;
- Refere-se à aquisição de produtos de limpeza ambiental, maioritariamente nas ERPI;
- Não se registou perda de qualidade dos produtos de limpeza ambiental;
- A Misericórdia da Golegã, tem tido, historicamente, uma atenção especial na limpeza das suas ERPI, por razões óbvias;
- Esta conta, apresenta uma redução na ordem de cerca de 20,8%, face à média dos últimos três anos (2022 a 2024).

Material Hoteleiro

- Aquisição de recipientes não descartáveis (uma medida iniciada no ano de 2023);
- Diversificação de fornecedores;
- Mais agressividade na negociação;

Conta 62 - Fornecimentos e serviços externos

A conta 62 é a terceira maior conta da 6 e representou **11,9% do total dos GASTOS** da instituição em 2025 (e 11,2% dos RENDIMENTOS), correspondente a um **aumento de 25 190,90 euros**, fechando o exercício com **uma taxa de execução de 109,1%**, face à previsão para o período.

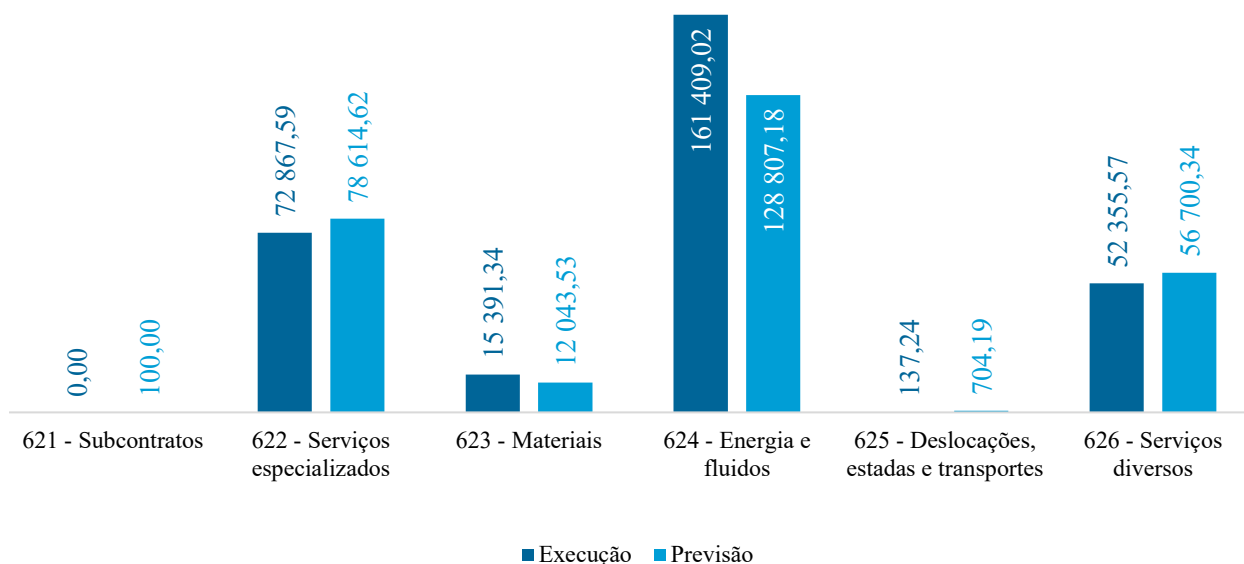
Detalhe da conta 62 - Fornecimentos e serviços externos - Execução vs. Previsão

Contas	Descrição	Execução	Previsão	Variação
62	Fornecimentos e serviços externos	302 160,76	276 969,86	25 190,90
621	Subcontratos	0,00	100,00	-100,00
622	Serviços especializados	72 867,59	78 614,62	-5 747,03
623	Materiais	15 391,34	12 043,53	3 347,81
624	Energia e fluidos	161 409,02	128 807,18	32 601,84
625	Deslocações, estadas e transportes	137,24	704,19	-566,95
626	Serviços diversos	52 355,57	56 700,34	-4 344,77

Das 6 contas com valores registados no quadro anterior, **2 aumentaram**, num total de **35 949,65 euros**, enquanto **4 diminuíram**, num valor de **-10 758,75**.

Em termos absolutos, a conta que mais influenciou a execução orçamental de 'Fornecimentos e serviços externos', foi a de 'Energia e fluidos', no valor de **32 601,84 euros**, que representou **129,4% da variação da conta 62**, face à previsão.

Representação gráfica comparativa da conta 62 - Execução vs. Previsão



Importa compreender que a conta 624 considera a Eletricidade, Gás (reservatório, garrafa e natural), Água e Combustíveis para viaturas.

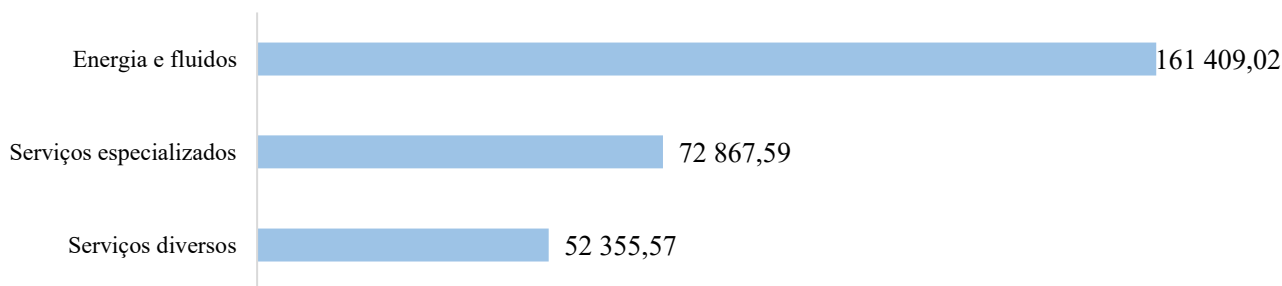
Detalhe da conta 62 - 2025 vs. 2024:

Contas	Descrição	2025	2024	Variação
62	Fornecimentos e serviços externos	302 160,76	290 623,19	11 537,57
622	Serviços especializados	72 867,59	78 077,17	-5 209,58
623	Materiais	15 391,34	17 714,96	-2 323,62
624	Energia e fluidos	161 409,02	135 343,86	26 065,16
625	Deslocações, estadas e transportes	137,24	471,39	-334,15
626	Serviços diversos	52 355,57	59 015,81	-6 660,24

Relativamente à **análise comparativa entre os dois últimos exercícios**, a **conta 62** apresentou um **aumento de 11 537,57 euros**, numa **variação homóloga de 4,0%**, face a 2024.

No mapa de execução orçamental dos gastos podem ser obtidas informações mais detalhadas das variações das contas da conta 62, entre os exercícios de 2024 e 2025.

As **três maiores contas da 62** são, por ordem decrescente, as seguintes: '**Energia e fluidos**', '**Serviços especializados**' e '**Serviços diversos**', que, em conjunto, **representam 94,9%** da conta 62:



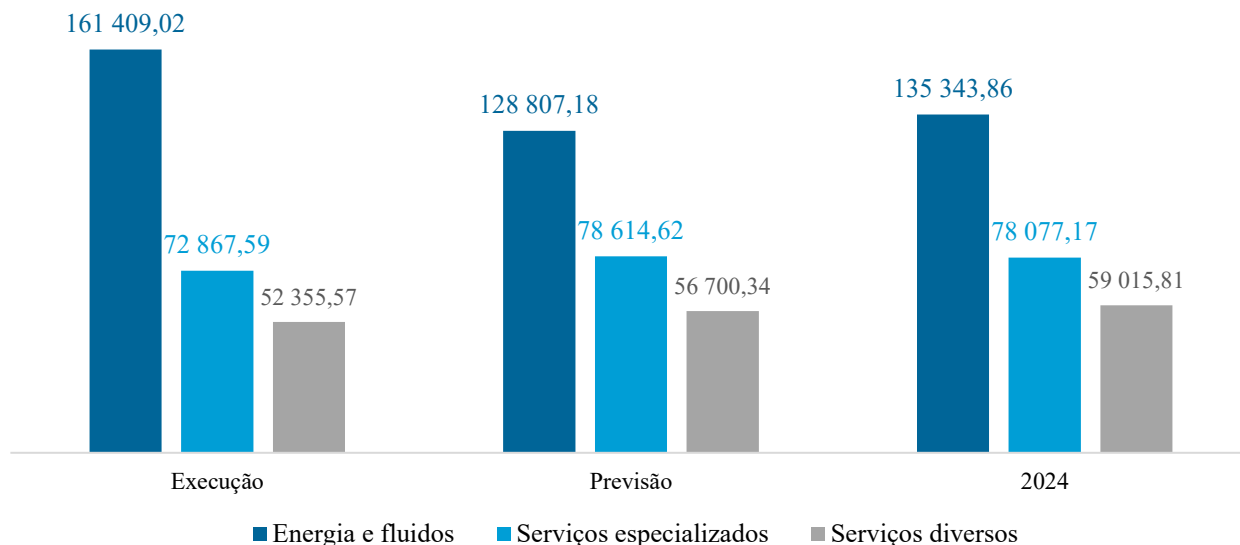
Sobre cada uma delas, apresentam-se as variações verificadas entre a execução e a previsão, analisando ainda a variação entre a execução em 2024 e o período homólogo:

- **624 - 'Energia e fluidos'**
 - Variação entre a execução e a previsão: 32 601,84 euros (25,31%);
 - Variação entre a execução e o exercício de 2024: 26 065,16 euros (19,03%);
 - A variação da execução entre 2025 e previsão foi maior do que a 2024 em 6,1 p.p.;

- **622 - 'Serviços especializados'**
 - Variação entre a execução e a previsão: -5 747,03 euros (-7,31%);
 - Variação entre a execução e o exercício de 2024: -5 209,58 euros (-6,67%);
 - A variação da execução entre 2025 e 2024 foi maior do que a previsão em 0,6 p.p.;

- **626 - 'Serviços diversos'**
 - Variação entre a execução e a previsão: -4 344,77 euros (-7,66%);
 - Variação entre a execução e o exercício de 2024: -6 660,24 euros (-11,29%);
 - A variação da execução entre 2025 e previsão foi maior do que a 2024 em 3,6 p.p.;

Representação gráfica das três maiores subcontas da 62 - Execução, Previsão e 2024



Considerando a expressão das contas **624 - 'Energia e fluidos'** e **622 - 'Serviços especializados'**, que totalizam 234 276,61 euros, (**77,5% da conta 62**), atente-se ao seguinte:

Contas	Descrição	Execução	Previsão	Variação
624	Energia e fluidos	161 409,02	128 807,18	32 601,84
6241	Electricidade	76 575,75	40 170,91	36 404,84
6242	Combustíveis	8 581,66	8 952,80	-371,14
6243	Água	21 788,01	19 017,21	2 770,80
6244	Gas	54 463,60	60 666,26	-6 202,66

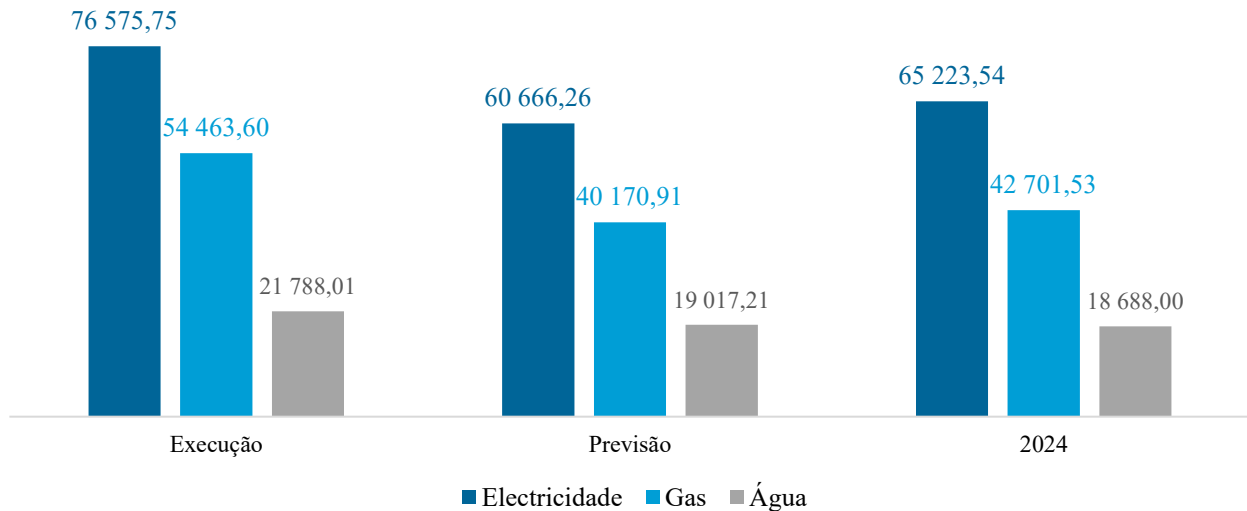
Evidencia-se um **aumento da conta 624 - 'Energia e fluidos'**, no valor de **32 601,84 euros**, com uma **taxa de execução de 125,3%**, face à previsão para 2025.

A conta **6241 - 'Electricidade'**, que registou um **aumento, face à previsão, de 36 404,84 euros, (90,6%)**, teve um impacto expressivo no **crescimento da conta 624, representando 111,7%** da sua variação, além de um **impacto de 12,0% na variação da conta 62**.

Contas	Descrição	2025	2024	Variação
624	Energia e fluidos	161 409,02	135 343,86	26 065,16
6241	Electricidade	76 575,75	42 701,53	33 874,22
6242	Combustíveis	8 581,66	8 730,79	-149,13
6243	Água	21 788,01	18 688,00	3 100,01
6244	Gas	54 463,60	65 223,54	-10 759,94

Nota-se um crescimento exponencial da conta **6241 – Eletricidade**, com uma **variação homóloga na ordem de 79%**, ao passo que a **6244 – Gás** apresentou uma **variação de 16,5%**.

Representação gráfica das 3 maiores contas da 624 - Execução vs. Previsão vs. 2024



Justificações das variações mais significativas:

Eletricidade:

- Foram consumidos 334814 kW em 2025, ao passo que em 2024 registaram-se 239805;
- O preço unitário por kW foi de 16,5 cêntimos, em 2025, cresceu comparativamente aos 13,4 registados no exercício anterior, numa variação percentual de cerca de 23% (3,10 p.p.);
- Avaria num inversor do sistema fotovoltaico (ainda em 2024), que reduziu substancialmente a produção de energia elétrica para autoconsumo;
- A avaria foi detetada já no último trimestre de 2025;
- A convergência do exposto, redundou num acréscimo muito substancial.

Gás:

- Ainda no exercício de 2024, foi tomada a decisão de alteração da climatização e AQS em duas das residências da primeira fase;
- Essas duas residências, tinham aquecimento central e foram colocados equipamentos de ar condicionado. Paralelamente, as águas sanitárias passaram a ser por cilindro elétrico;
- Consequentemente, foi desmantelada a “casa da caldeira”, que funcionava com gás de reservatório, mas com equipamentos em fim de vida;
- Os residentes do Aldeamento N^a. Senhora das Misericórdias pagam a água e energia elétrica;
- Admite-se que os factos relatados tenham influência no desempenho financeiro desta conta, sem prejuízo de se considerar uma avaria de um secador de roupa industrial, que foi substituído por um novo, movido a eletricidade;

12.2.5. Resumo dos rendimentos

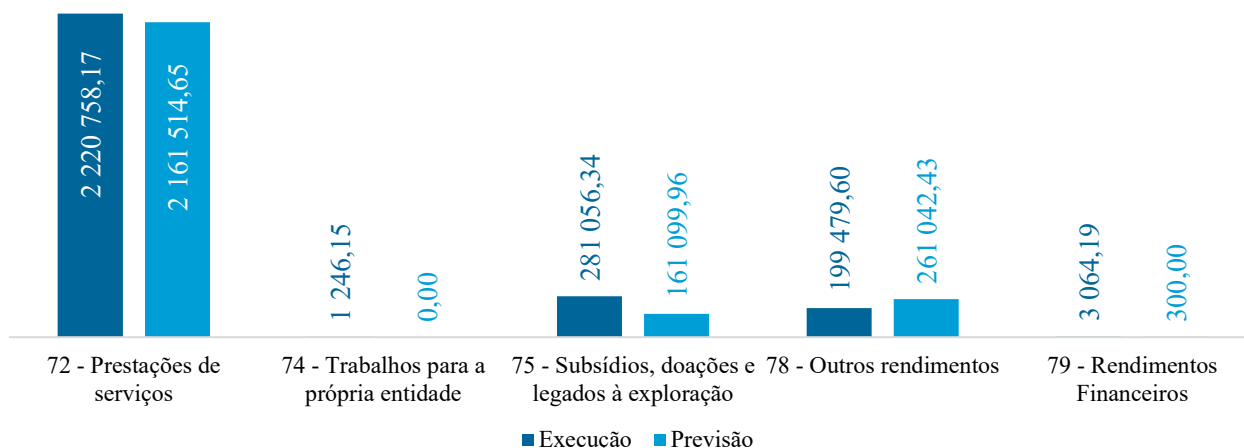
Resumo dos RENDIMENTOS - Execução vs. Previsão:

Contas	Descrição	Execução	Previsão	Variação
7	RENDIMENTOS	2 705 604,45	2 583 957,04	121 647,41
72	Prestações de serviços	2 220 758,17	2 161 514,65	59 243,52
74	Trabalhos para a própria entidade	1 246,15	0,00	1 246,15
75	Subsídios, doações e legados à exploração	281 056,34	161 099,96	119 956,38
78	Outros rendimentos	199 479,60	261 042,43	-61 562,83
79	Rendimentos Financeiros	3 064,19	300,00	2 764,19

Na análise comparativa da **conta 7 - 'RENDIMENTOS'**, verifica-se um **aumento da execução**, face à previsão para o ano de 2025, no valor de **121 647,41 euros**. A **taxa de execução** foi de **104,7%**.

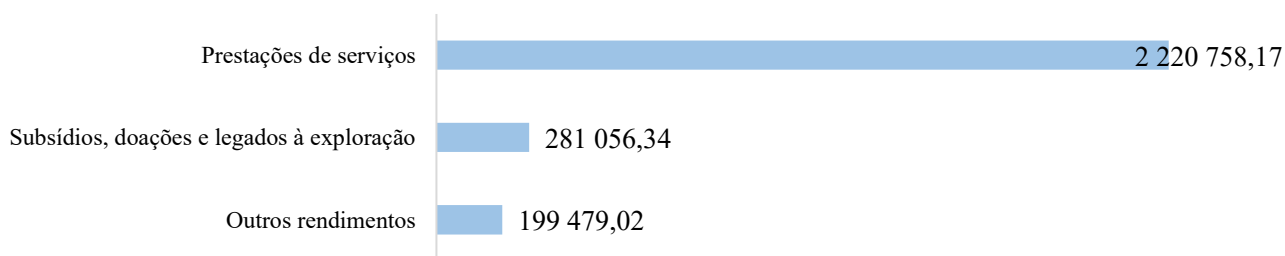
Das 5 contas com valores registados em 2025, **1 delas diminuiu (no valor total de -61 562,83 euros)** e **4 aumentaram (no valor total de 183 210,24)**.

Representação gráfica dos RENDIMENTOS - Execução vs. Previsão



A **variação da conta 72, 'Prestações de serviços'**, além de se constituir como **a mais expressiva da conta 7**, representou **48,7% no total da variação da conta 7, face orçamento** para o ano de 2025.

As **três contas mais expressivas dos RENDIMENTOS** são, por ordem decrescente as: **'Prestações de serviços'**, **'Subsídios, doações e legados à exploração'** e **'Outros rendimentos'**, que representam **99,8% da conta 7**.



- A maior conta da 7 é a '72 - Prestações de serviços' representando **82,1% do total dos RENDIMENTOS** (e 82,1% dos GASTOS).
- A segunda maior conta da 7 é a '75 - Subsídios, doações e legados à exploração', que representa **10,4%** do total.
- A terceira maior dos RENDIMENTOS é a '78 - Outros rendimentos', com um peso relativo de **7,4%**.

Resumo dos RENDIMENTOS - 2024 vs. 2023:

Contas	Descrição	2025	2024	Variação
7 RENDIMENTOS		2 705 604,45	2 357 149,91	348 454,54
72	Prestações de serviços	2 220 758,17	2 101 211,29	119 546,88
74	Trabalhos para a própria entidade	1 246,15	0,00	1 246,15
75	Subsídios, doações e legados à exploração	281 056,34	187 568,20	93 488,14
78	Outros rendimentos	199 479,60	67 569,30	131 910,30
79	Rendimentos Financeiros	3 064,19	801,12	2 263,07

Na **análise comparativa da conta 7 - RENDIMENTOS**, entre os exercícios dos anos de **2024 e 2025**, verifica-se um **aumento no valor de 348 454,54 euros**, aumento esse que representa uma **variação percentual de 14,8%**.

A **variação da conta de '72 - Prestações de serviços'**, entre os exercícios de **2025 e 2024**, representa **34,3% do total da variação do total da conta de RENDIMENTOS** entre esses períodos, registando um aumento de **119 546,88 euros**.

Todas as contas dos RENDIMENTOS apresentam valores superiores aos do período homólogo.

Conta 72 – ‘Prestações de serviços’

A **conta 72 é a maior conta da 7** e representou **82,1% do total dos RENDIMENTOS** da instituição em 2025 (e 87,7% dos GASTOS), correspondente a um **aumento de 59 243,52 euros**, fechando o exercício com uma **taxa de execução de 102,7%**, face à previsão para o período.

Detalhe da conta 72 - Prestações de serviços - Execução vs. Previsão

Contas	Descrição	Execução	Previsão	Variação
72 Prestações de serviços		2 220 758,17	2 161 514,65	59 243,52
721	Quotas dos utilizadores, Matrículas e Mensalidades de Utent	2 226 940,77	2 171 414,65	55 526,12
727	Devolução a Utentes	-6 182,60	-10 000,00	3 817,40
728	Descontos e abatimentos	0,00	100,00	-100,00

Das 3 contas com valores registados no quadro anterior, **2 aumentaram, num total de 59.343,52 euros**, enquanto **1 diminuiu, num valor de -100,00**.

Em termos absolutos, a conta que mais influenciou a execução orçamental de 'Prestações de serviços', foi a de 'Quotas dos utilizadores, Matrículas e Mensalidades de Utentes', no valor de 55.526,12 euros, que representou 93,7% da variação da conta 72, face à previsão.

Informação prévia:

Segundo o parecer emitido pelo Secretariado Técnico da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), solicitado pela União das Misericórdias Portuguesas (UMP) e divulgado através da Circular N.º 93/2023, de 10/11/2023, foram introduzidas as alterações seguintes:

- ✓ “Se o pagamento da participação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuído como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente, estamos perante uma prestação de serviços (**Conta 72**);
- ✓ Se o pagamento da participação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuído tendo em vista suportar os custos de funcionamento, estamos perante um subsídio à exploração (**Conta 75**)”.

Detalhe da conta 72 - 2025 vs. 2024:

Contas	Descrição	2025	2024	Variação
72	Prestações de serviços	2 220 758,17	2 101 211,29	119 546,88
721	Quotas dos utilizadores, Matrículas e Mensalidades de Utent	2 226 940,77	2 107 684,19	119 256,58
727	Devolução a Utentes	-6 182,60	-12 622,90	6 440,30
728	Descontos e abatimentos	0,00	6 150,00	-6 150,00

Relativamente à **análise comparativa entre os dois últimos exercícios, a conta 72 apresentou um aumento de 119 546,88 euros, numa variação homóloga de 5,7%, face a 2024.**

No mapa de execução orçamental dos gastos podem ser obtidas informações mais detalhadas das variações das subcontas da conta 72, entre os exercícios de 2024 e 2025.

A conta 721 - Quotas dos utilizadores, Matrículas e Mensalidades de Utentes, engloba a 7212 - Comparticipações de Serviços Sociais.

A conta 7212 - Comparticipações de Serviços Sociais, retrata os rendimentos de utentes, descendentes e outros familiares (se aplicável) e participações do ISS, I.P. (só para acordos de cooperação). Apresenta-se no quadro abaixo, essa relação, entre a Execução e a Previsão deste exercício, nos termos do quadro seguinte:

Contas	Descrição	Execução	Previsão	Variação
7212	Comparticipações de Serviços Sociais	2 225 890,77	2 170 214,65	55 676,12
72121	Comparticipações de Utentes (Acordos Coop)	1 714 919,30	1 633 028,82	81 890,48
72123	Comparticipação de Utentes (S/ Acordo Coop)	381 980,10	414 736,96	-32 756,86
72124	Residências Assistidas - Serviços e Estadias	128 991,37	122 216,87	6 774,50
72125	Academia Sénior - Cotização	0,00	132,00	-132,00
72128	Outros	0,00	100,00	-100,00

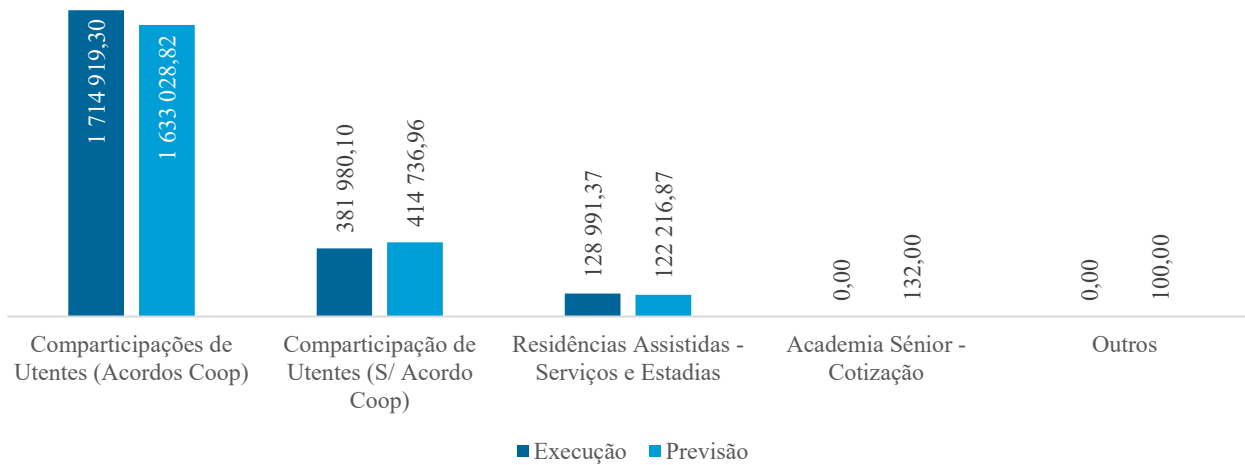
Na comparação entre a execução e a previsão, nota-se que a conta **72121 - Comparticipações de Utentes (Acordos Coop)** apresenta um aumento de **81 890,48 euros**, que corresponde a uma variação de **5,0%**.

Na mesma comparação, a conta **72123 - Comparticipações de Utentes (S/ Acordo Coop)** apresenta um **decréscimo de -32 756,86**, que corresponde a uma variação de **-7,9%**.

Por sua vez, a conta **72124 - Residências Assistidas - Serviços e Estadias**, apresenta um **aumento de 6 774,50** euros, com uma variação face ao orçamento de **5,5%**.

A conta 72125, que apresenta uma execução de zero, está incluída na 7212151, Centro de Convívio. A conta 72128 não teve execução, devendo considerar-se que os 100,00 euros orçamentados, seria para manter a rúbrica em aberto.

Representação gráfica das Comparticipações de Serviços Sociais



Relativamente à comparação entre os exercícios de 2025 e 2024, atente-se ao quadro abaixo:

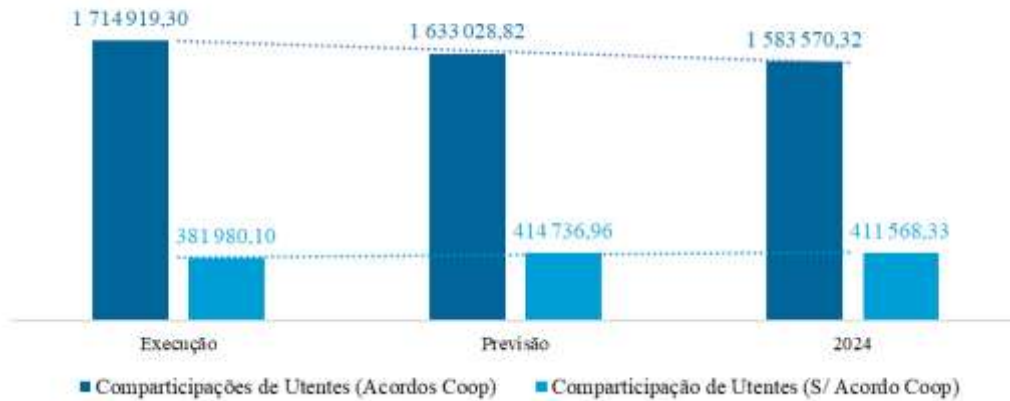
Contas	Descrição	2025	2024	Varição
7212	Comparticipações de Serviços Sociais	2 225 890,77	2 106 714,19	119 176,58
72121	Comparticipações de Utentes (Acordos Coop)	1 714 919,30	1 583 570,32	131 348,98
72123	Comparticipação de Utentes (S/ Acordo Coop)	381 980,10	411 568,33	-29 588,23
72124	Residências Assistidas - Serviços e Estadias	128 991,37	111 575,54	17 415,83

Da interpretação dos dois mapas anteriores, nota-se que **a variação entre os exercícios de 2024 e 2025 (5,7%) foi superior à variação entre a execução de 2025 face ao orçamento para o mesmo período (2,6%)**.

Representação gráfica das Comparticipações de Serviços Sociais executadas



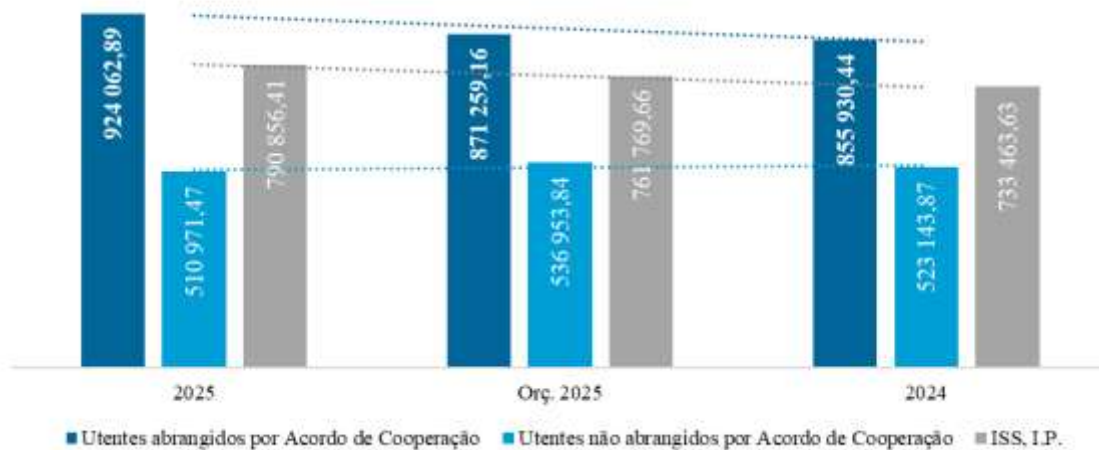
Representação gráfica das 3 maiores subcontas da 7212
Execução vs. Previsão vs. 2024



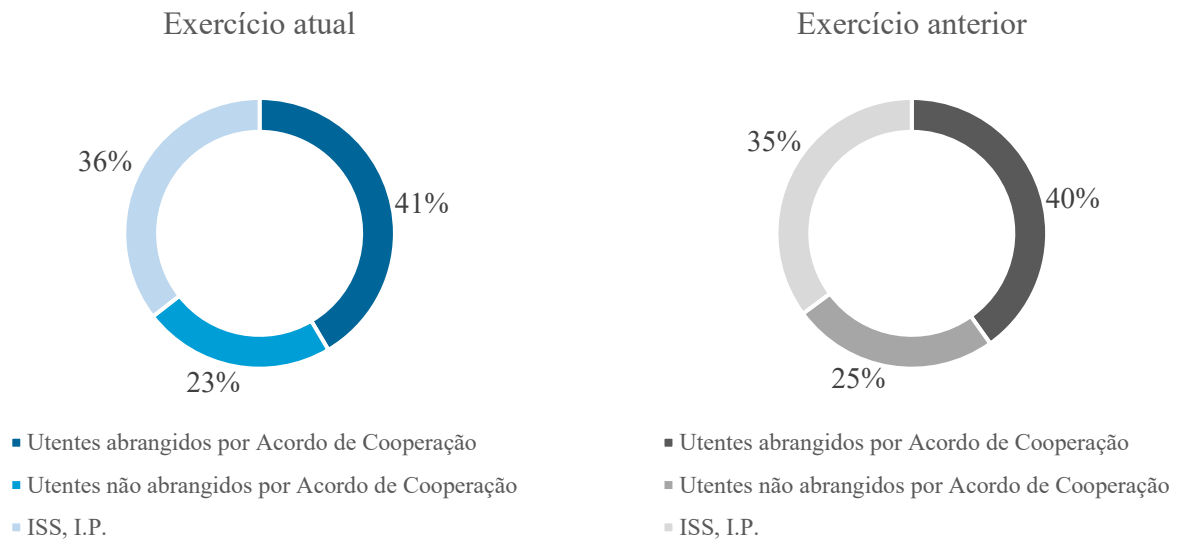
Considerando que a conta **7212 - Comparticipações de Serviços Sociais**, inclui as transferências financeiras do ISS, I.P. procura-se clarificar no quadro abaixo a origem dos rendimentos:

Comparticipações de Serviços Sociais (por origem)	Exec. 2025	Orç. 2025	2024
Utentes abrangidos por Acordo de Cooperação	924 062,89	871 259,16	855 930,44
Utentes não abrangidos por Acordo de Cooperação	510 971,47	536 953,84	523 143,87
ISS, I.P.	790 856,41	761 769,66	733 463,63
	2 225 890,77	2 169 982,65	2 112 537,94

Representação gráfica - Execução exercício atual, orçamento e exercício anterior



Expressão do significado da origem de cada uma das participações inscritas no quadro anterior (2025 vs. 2024):



Justificações das variações mais significativas:

Em geral, verifica-se um aumento das Participações de Serviços Sociais pela via da atualização anual das mensalidades, e, bem assim, pelos aumentos das transferências do ISS, I.P., nos termos do Compromisso da Cooperação para o biénio 2025/2026.

Conta 75 – Subsídios, doações e legados à exploração

A conta 75 é a segunda maior conta da 7 e representou **10,4% do total dos RENDIMENTOS da instituição em 2025** (e 11,1% dos GASTOS), correspondente a um **aumento de 119 956,38 euros**, fechando o exercício com uma **taxa de execução de 174,5%**, face à previsão para o período.

Detalhe da conta 75 - Subsídios, doações e legados à exploração - Execução vs. Previsão

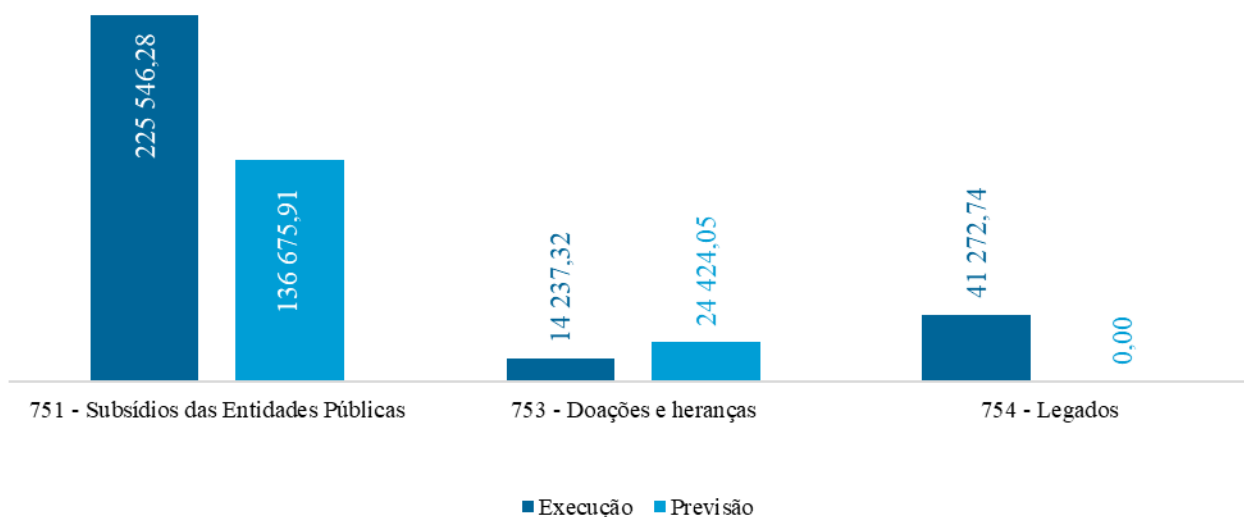
Contas	Descrição	Execução	Previsão	Varição
75	Subsídios, doações e legados à exploração	281 056,34	161 099,96	119 956,38
751	Subsídios das Entidades Públicas	225 546,28	136 675,91	88 870,37
753	Doações e heranças	14 237,32	24 424,05	-10 186,73
754	Legados	41 272,74	0,00	41 272,74

Da interpretação do quadro anterior, verifica-se um **aumento da conta 75, 'Subsídios, doações e legados à exploração'**, em **119 956,38 euros**, face à previsão.

Das 2 contas com valores registados no quadro anterior, 1 aumentou, num total de 88 870,37 euros, enquanto 1 diminuiu, num valor de -10 186,73.

Em termos absolutos, **a conta que mais influenciou a execução orçamental de 'Subsídios, doações e legados à exploração', foi a de 'Subsídios das Entidades Públicas', no valor de 88 870,37 euros**, que representou **74,1% da variação da conta 75**, face à previsão.

Representação gráfica comparativa da conta 75 - Execução vs. Previsão



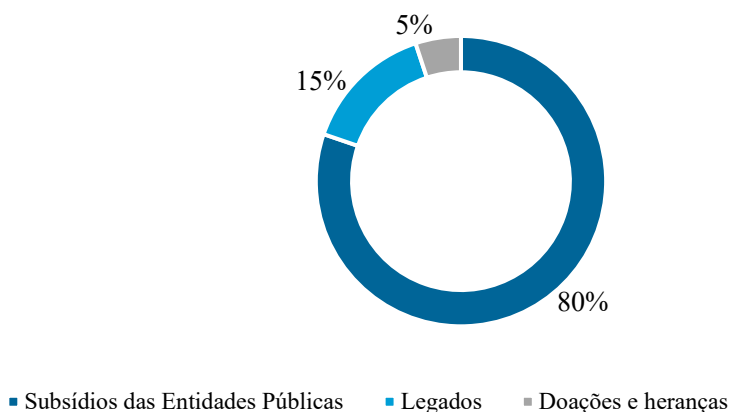
Detalhe da conta 75 - 2025 vs. 2024:

Contas	Descrição	2025	2024	Variação
75	Subsídios, doações e legados à exploração	281 056,34	187 568,20	93 488,14
751	Subsídios das Entidades Públicas	225 546,28	137 033,87	88 512,41
753	Doações e heranças	14 237,32	25 534,33	-11 297,01
754	Legados	41 272,74	25 000,00	16 272,74

Relativamente à análise comparativa entre os dois últimos exercícios, a **conta 75 apresentou um aumento de 93 488,14 euros**, numa **variação homóloga de 49,8%**, face a 2024.

No mapa de execução orçamental dos gastos podem ser obtidas informações mais detalhadas das variações das contas da conta 75, entre os exercícios de 2024 e 2025.

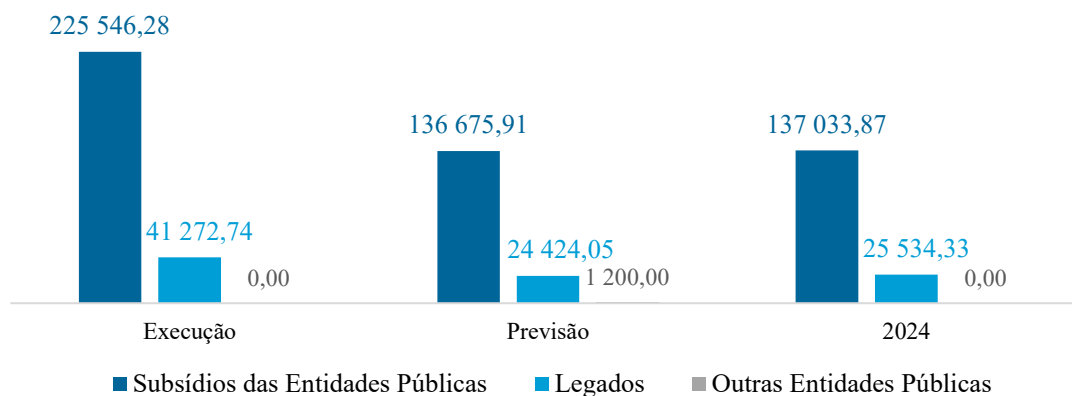
O gráfico seguinte demonstra o 'peso' de cada das contas referidas, que integraram na 75 - 'Subsídios, doações e legados à exploração' no exercício de 2025:



Sobre cada uma delas, apresentam-se as **variações verificadas entre a execução e a previsão, analisando ainda a variação entre a execução em 2025 e o período homólogo**:

- **751 - 'Subsídios das Entidades Públicas'**
 - Variação entre a execução e a previsão: 88 870,37 euros (65,02%);
 - Variação entre a execução e o exercício de 2024: 88 512,41 euros (64,59%);
 - A variação da execução entre 2025 e previsão foi maior do que a 2024 em 0,4 p.p.;
- **753 - 'Doações e heranças'**
 - Variação entre a execução e a previsão: 16 848,69 euros (100%);
 - Variação entre a execução e o ano de 2024: 15 738,41 euros (65,09%);
- **754 - 'Legados'**
 - **Variação entre a execução e a previsão:** 41 272,74 euros (s/ dotação em 2025);
 - **Variação entre a execução e o exercício de 2024:** 16 272,74 euros (65,1%);

Representação gráfica das três maiores contas da 75 - Execução, Previsão e 2024



Considerando a expressão da conta **751 - 'Subsídios das Entidades Públicas'**, atente-se ao seguinte:

Contas	Descrição	Execução	Previsão	Variação
751	Subsídios das Entidades Públicas	225 546,28	136 675,91	88 870,37
7511	ISS, IP - Centro Distrital	219 802,36	131 375,91	88 426,45
7513	I E F P	5 743,92	1 200,00	4 543,92
7515	Autarquias	0,00	100,00	-100,00
7519	Adaptar Social +	0,00	4 000,00	-4 000,00

Evidencia-se um **aumento da conta 751 - 'Subsídios das Entidades Públicas', no valor de 88 870,37 euros**, com uma **taxa de execução de 165,0%**, face à previsão para 2025.

A conta **7511 - 'ISS, IP - Centro Distrital'**, que registou um **aumento**, face à previsão, **de 88 426,45 euros, (67,3%)**, teve um impacto expressivo no crescimento da conta 751, representando 99,5% da sua variação, além de um impacto de 31,5% na variação da conta 75.

Sobre a comparação dos exercícios de 2025 e 2024:

Contas	Descrição	2025	2024	Variação
751	Subsídios das Entidades Públicas	225 546,28	137 033,87	88 512,41
7511	ISS, IP - Centro Distrital	219 802,36	137 033,87	82 768,49
7513	I E F P	5 743,92	0,00	5 743,92

A conta **7511 - 'ISS, IP - Centro Distrital'**, que registou um **aumento** homólogo, **de 82 769,49 euros, (60,4%)**.

Na comparação entre a execução de 2025 e as projeções, os rendimentos cresceram 88.426,45 euros, numa variação de 67,3%.

Na comparação homóloga, verifica-se um crescimento de 82.768,49 euros, que se traduziu num aumento percentual, de 60,4%.

Justificações das variações mais significativas:**Conta 7511 – ISS, IP – Centro Distrital**

Aumento de transferências financeiras por via da atualização do Compromisso da Cooperação para o biénio 2025/2026.

Esta conta é exclusivamente aplicada ao CATEI, Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos.

Isto porque o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado ocorre independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuído tendo em vista suportar os custos de funcionamento - subsídio à exploração. O rendimento é contabilizado na conta 75.

Conta 7513 – I.E.F.P.

Estágio profissional - Psicóloga.

Conta 78 - Outros rendimentos

A conta 78 é a terceira maior conta da 7 e representou 7,4% do total dos RENDIMENTOS da instituição em 2025 (e 7,9% dos GASTOS), correspondente a um decréscimo de -61 562,83 euros, fechando o exercício com uma taxa de execução de 76,4%, face à previsão para o período.

Detalhe da conta 78 - Outros rendimentos - Execução vs. Previsão

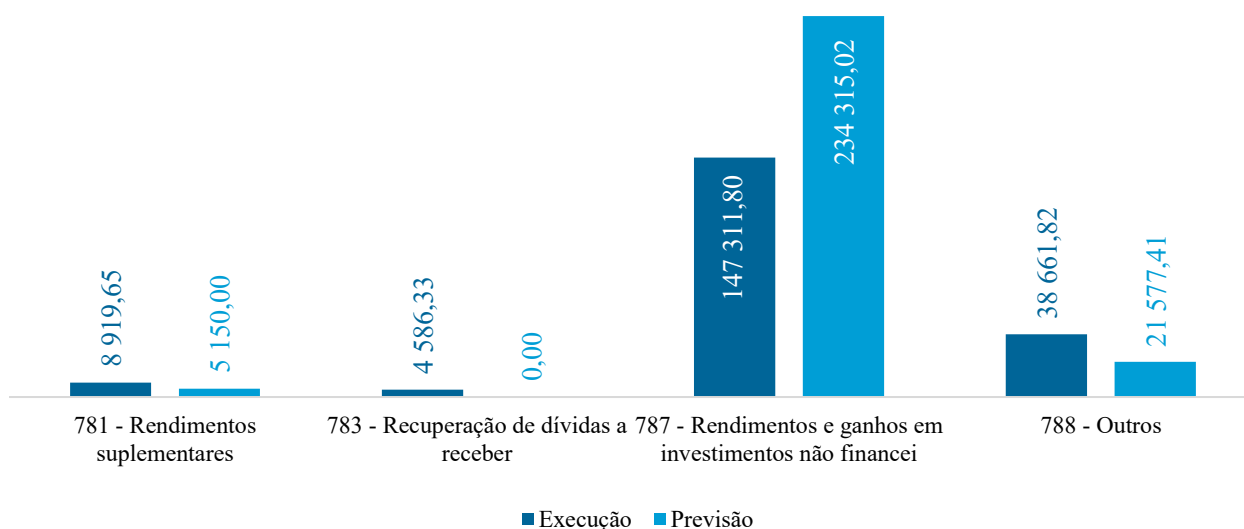
Contas	Descrição	Execução	Previsão	Varição
78	Outros rendimentos	199 479,60	261 042,43	-61 562,83
781	Rendimentos suplementares	8 919,65	5 150,00	3 769,65
783	Recuperação de dívidas a receber	4 586,33	0,00	4 586,33
787	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiri	147 311,80	234 315,02	-87 003,22
788	Outros	38 661,82	21 577,41	17 084,41

Da interpretação do quadro anterior, **verifica-se um decréscimo da conta 78, 'Outros rendimentos', em -61 562,83 euros**, face à previsão.

Das 3 contas com valores registados no quadro anterior, 2 aumentaram, num total de 20 854,06 euros, enquanto 1 diminuiu, num valor de -87 003,22.

Em termos absolutos, a conta que mais influenciou a execução orçamental de 'Outros rendimentos', foi a de 'Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiri', no valor de -87.003,22 euros, que representou -141,3% da variação da conta 78, face à previsão.

Representação gráfica comparativa da conta 78 - Execução vs. Previsão



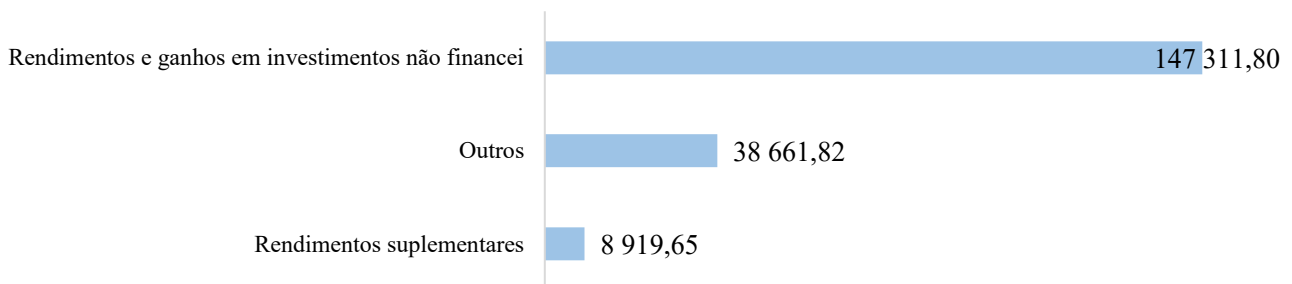
Detalhe da conta 78 - 2025 vs. 2024:

Contas	Descrição	2025	2024	Variação
78	Outros rendimentos	199 479,60	67 569,30	131 910,30
781	Rendimentos suplementares	8 919,65	1 527,78	7 391,87
782	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	50,00	-50,00
783	Recuperação de dívidas a receber	4 586,33	2 636,09	1 950,24
787	Rendimentos e ganhos em investimentos não financei	147 311,80	33 627,07	113 684,73
788	Outros	38 661,82	29 728,36	8 933,46

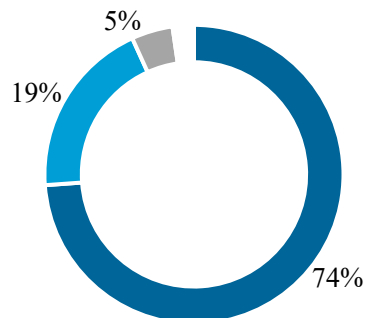
Relativamente à **análise comparativa entre os dois últimos exercícios, a conta 78 apresentou um aumento de 131 910,30 euros, numa variação homóloga de 195,2%.**

No mapa de execução orçamental dos gastos podem ser obtidas informações mais detalhadas das variações das contas da conta 78, entre os exercícios de 2024 e 2025.

As **três maiores contas da 78** são, por ordem decrescente, as seguintes: '**Rendimentos e ganhos em investimentos não financeis**', '**Outros**' e '**Rendimentos suplementares**', que, em conjunto, **representam 97,7% da conta 78:**



O gráfico seguinte demonstra o 'peso' de cada das contas referidas, que integraram na 78 - 'Outros rendimentos' no exercício de 2025:



■ Rendimentos e ganhos em investimentos não financeis ■ Outros ■ Rendimentos suplementares

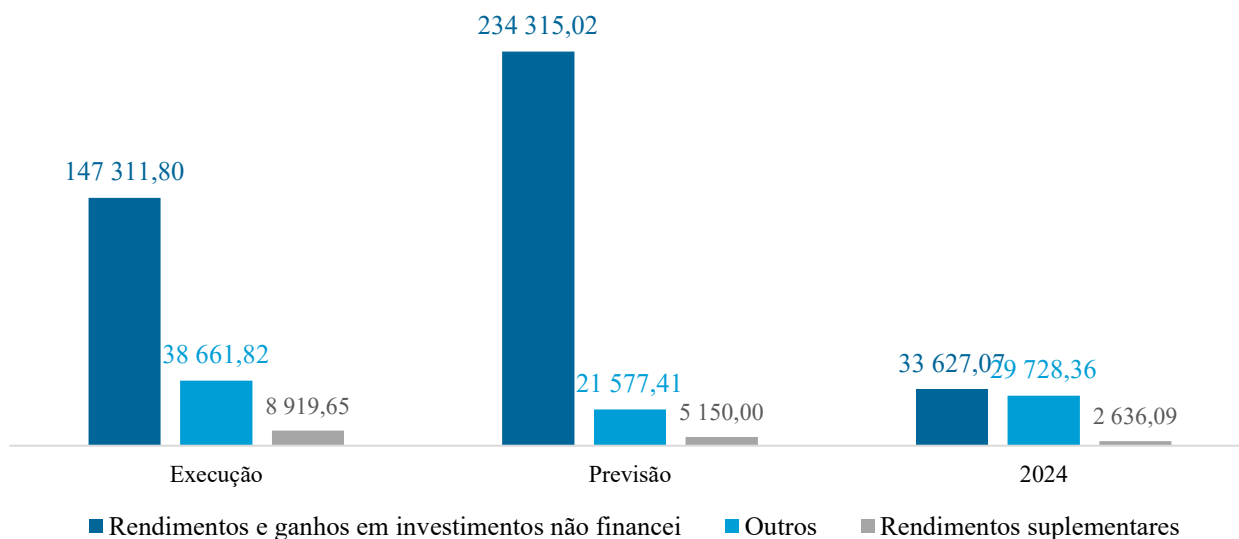
Sobre cada uma delas, apresentam-se as variações verificadas entre a execução e a previsão, analisando ainda a variação entre a execução em 2024 e o período homólogo:

- **787 - 'Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros'**
 - Variação entre a execução e a previsão: -87 003,22 euros (-37,13%);
 - Variação entre a execução e o exercício de 2024: 113 684,73 euros (338,08%);
 - A variação da execução entre 2025 e 2024 foi maior do que a previsão em 375,2 p.p.;

- **788 - 'Outros'**
 - Variação entre a execução e a previsão: 17 084,41 euros (79,18%);
 - Variação entre a execução e o exercício de 2024: 8 933,46 euros (30,05%);
 - A variação da execução entre 2025 e previsão foi maior do que a 2024 em 49,1 p.p.;

- **781 - 'Rendimentos suplementares'**
 - Variação entre a execução e a previsão: 3 769,65 euros (73,20%);
 - Variação entre a execução e o exercício de 2024: 6 283,56 euros (483,83%);
 - A variação da execução entre 2025 e 2024 foi maior do que a previsão em 410,6 p.p.;

Representação gráfica das três maiores subcontas da 78 - Execução, Previsão e 2024



Considerando a expressão das contas 787 - 'Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros' e 788 - 'Outros', que totalizam 185 973,62 euros, (93,2% da conta 78), atente-se ao seguinte:

Contas	Descrição	Execução	Previsão
787	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	147 311,80	234 315,02
7872	Alienação de Ativos não Financeiros	30 684,79	200 000,00
7873	Rendas e outros rendimentos em propriedades de inv	115 577,01	34 215,02
7878	Outros rendimentos	1 050,00	100,00

Evidencia-se um **decréscimo da conta 787 - 'Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros'**, no valor de **-87 003,22 euros**, com uma **taxa de execução de 62,9%**, face à previsão para 2025.

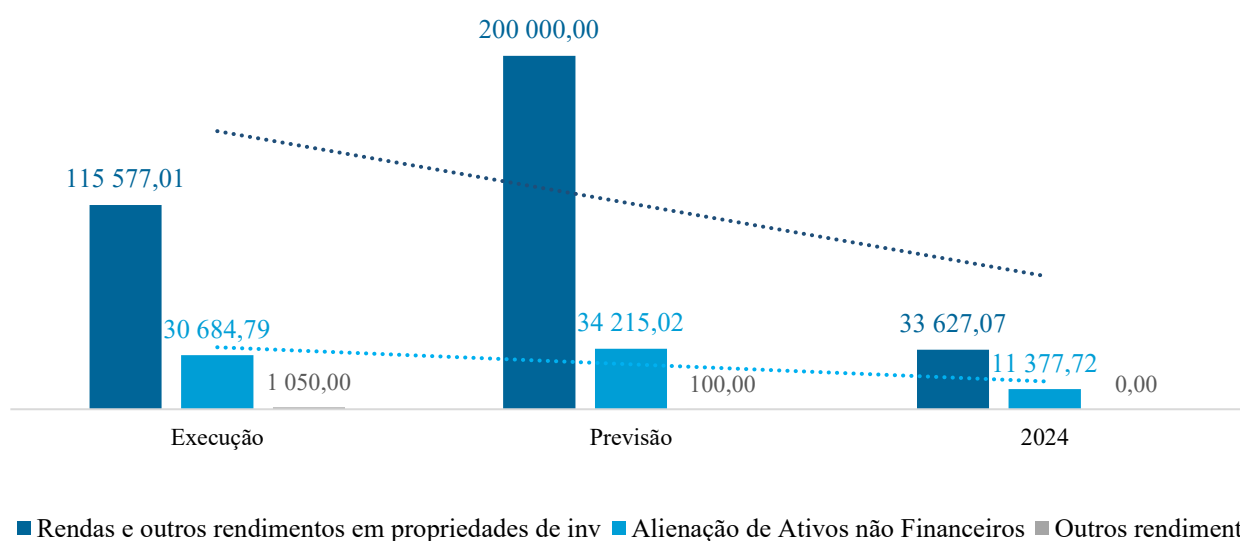
A conta **7873 - 'Rendas e outros rendimentos em propriedades de inv'**, que registou um **aumento**, face à previsão, de **81 361,99 euros, (237,8%)**, teve um impacto expressivo no crescimento da conta 787, representando **-93,5%** da sua variação, além de um **impacto de 40,8%** na **variação da conta 78**.

Em relação à comparação homóloga:

Contas	Descrição	2025	2024
787	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	147 311,80	33 627,07
7872	Alienação de Ativos não Financeiros	30 684,79	0,00
7873	Rendas e outros rendimentos em propriedades de inv	115 577,01	33 627,07
7878	Outros rendimentos	1 050,00	0,00

A execução da conta 787 apresenta um crescimento substancial face ao período homólogo, numa variação percentual de 338,1%, correspondente a um valor absoluto de cerca de 113 mil euros.

Representação gráfica das três maiores contas da 78 - Execução, Previsão e 2024



Justificações das variações mais significativas:

Conta 781 – Rendimentos suplementares

Refere-se a subsídios de funeral de utentes

Conta 787 – Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros

Refere-se a:

- Alienação de ativos não financeiros (**conta 787223**). Esta conta apresenta uma redução substancial face ao orçamento, que previa a alienação de dez ativos no valor de 200 k euros. A alienação não se concretizou no exercício, por ausência de propostas interessantes para a instituição, com exceção de um, acima do valor inscrito.
- Arrendamento urbano e rústico (**contas 7873211 e 7873212**) está alinhado com o exercício anterior, com um valor menor em 2025, por via da alienação supramencionada.
- Alienação do direito de habitação vitalício (**conta 78732201**) – refere-se a duas residências assistidas, no total de 82,5 k euros, quando, no ano anterior, a execução desta conta foi nula.
- A **conta 7881** refere-se à correção de erros de períodos anteriores. É a reexpressão retrospectiva das demonstrações financeiras. Erros materiais ajustam-se nos “resultados transitados” (conta 56), enquanto os erros imateriais suam as contas 6881 e 7881, visando a imagem verdadeira da posição financeira.

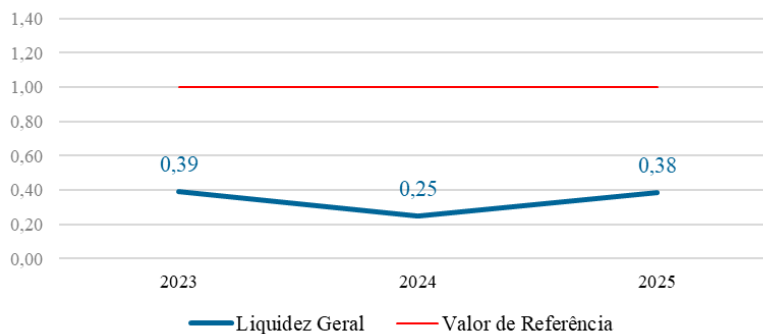
12.2.6. Indicadores de análise financeira

Autonomia Financeira	Dependência Financeira
0,66	34%
<i>Valor de referência: > 0,30</i>	<i>Valor de referência: ≤ 60%</i>
Solvabilidade	Liquidez Geral
1,93	0,38
<i>Valor de referência: > 0,5</i>	<i>Valor de referência: ≥ 1</i>

Na análise comparativa dos kpi de *performance* financeira, face ao exercício anterior, atente-se ao seguinte:

- A **Autonomia Financeira** melhorou o seu desempenho em 0,03;
- A **Dependência Financeira** apresenta uma variação nula;
- A **Solvabilidade** melhorou a sua performance em 0,03;
- A **Liquidez Geral** melhorou o seu desempenho em 0,13;

Atente-se ao desempenho do indicador 'Liquidez Geral', ao longo dos últimos três exercícios:



A **liquidez geral** situou-se em 0,38, valor que traduz insuficiência de meios correntes para cobertura das responsabilidades de curto prazo, exigindo contínua gestão prudente da tesouraria. Este indicador é, contudo, coerente com o perfil de ciclos financeiros característico das IPSS, fortemente dependentes de recebimentos públicos e participações com periodicidade variável.

Autonomia Financeira

(= Capital Próprio/Ativo)

Permite apreciar em que percentagem é que o ativo da instituição se encontra a ser financiado por capitais próprios.

Dependência Financeira

(=Passivo total / Ativo total)

Permite apreciar em que percentagem é que o ativo da instituição se encontra a ser financiado por capitais alheios.

Solvabilidade

(= Capital próprio / Passivo total)

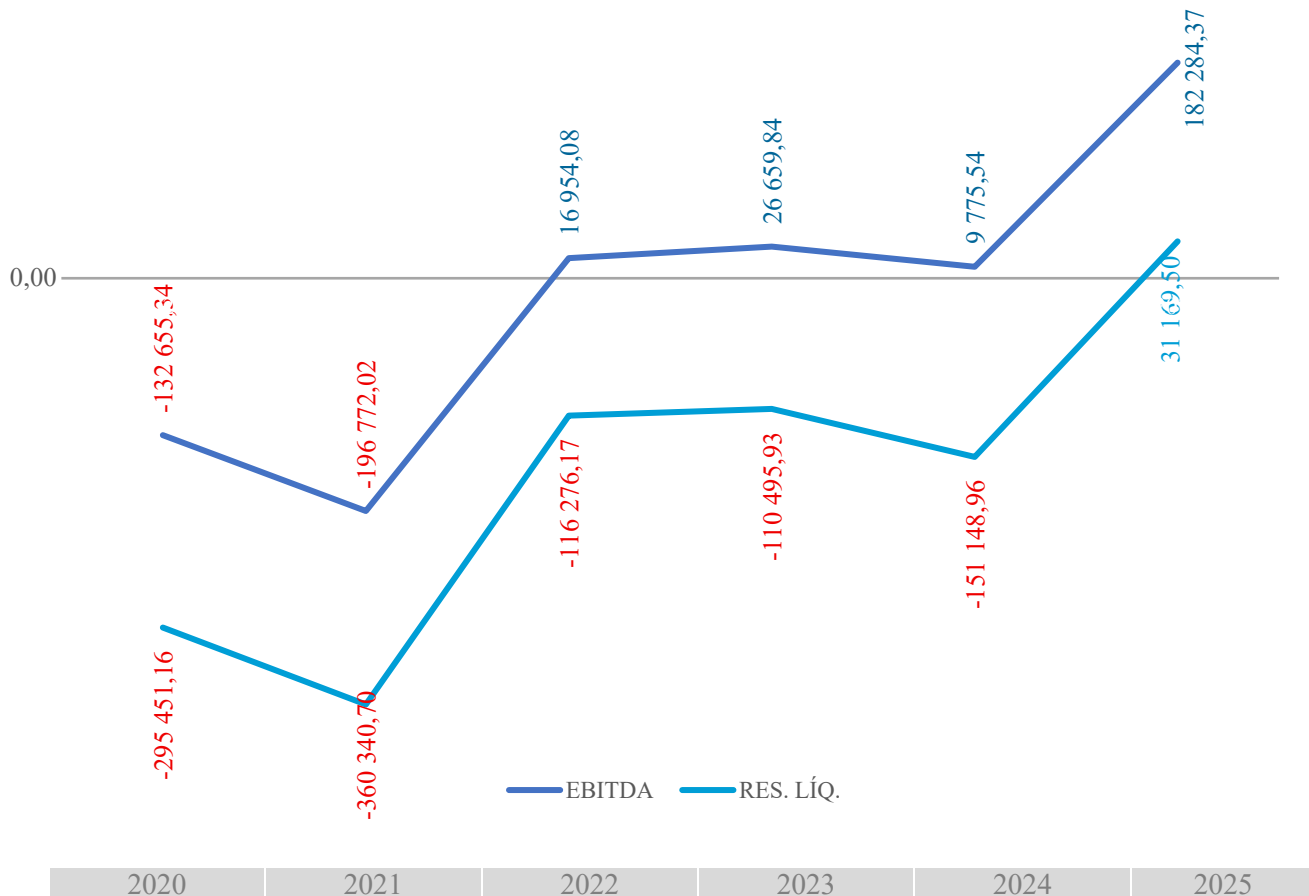
Permite avaliar a capacidade p/ solver as responsabilidades assumidas a médio, longo e curto prazos. Evidencia o grau de independência da instituição em relação aos credores.

Liquidez Geral

(= Ativo Corrente / Passivo Corrente)

Permite apreciar a capacidade da empresa de satisfazer os seus compromissos de curto prazo com ativos circulantes. Um valor inferior a 100% indica que a instituição tem dificuldades de tesouraria, estando esta mais vulnerável quanto menor for o valor.

12.2.7. Evolução do EBITDA e Resultado Líquido



12.3. Dados mais relevantes do Balanço

Descrição	2025	2024
Fundo Próprio:	1 322 779,82	1 296 006,91
Ativo Total:	2 009 833,86	2 073 610,71
Ativo Corrente:	225 339,19	164 165,13
Passivo Total:	687 054,04	777 603,80
Passivo Corrente:	587 054,04	657 603,80

Do lado patrimonial, o **Ativo totalizou 2.009.833,86 €**, com um predomínio natural do **Ativo não corrente**, composto essencialmente por ativos fixos tangíveis, que representam a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das respostas sociais. O **Ativo corrente** registou um crescimento assinalável face ao exercício anterior, influenciado sobretudo pela evolução positiva das disponibilidades e dos saldos a receber, demonstrando maior liquidez e capacidade de cumprimento das obrigações de curto prazo.

O **Fundo Patrimonial** ascendeu a **1.322.779,82 €**, refletindo a solidez estrutural da Instituição e o impacto favorável do **resultado líquido positivo do período (31.169,50 €)**. Este resultado contrasta com o valor negativo de 2024, evidenciando uma inversão da tendência registada no ano anterior e reforçando a sustentabilidade financeira. Já o **Passivo total** diminuiu significativamente, atingindo

687.054,04 €, com reduções expressivas tanto no passivo corrente como no não corrente, o que contribui para um rácio de autonomia financeira mais favorável.

12.4. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Eventos que exigem ajustamento das contas:

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nem eventos que exijam ajustamento de contas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Eventos que não exigem ajustamento, mas devem ser divulgados:

Após o termo do exercício, registaram-se diversos acontecimentos com potencial relevância para a atividade da Instituição, embora não exijam ajustamento das demonstrações financeiras, merecendo, contudo, divulgação.

Financiamentos e investimentos previstos:

A Instituição está a desenvolver processos de obtenção de financiamentos destinados a investimentos significativos, nomeadamente:

Conclusão do edifício anteriormente denominado “Edifício Polivalente”, onde se prevê instalar a resposta social de Centro de Dia, permitindo o aumento da capacidade instalada;

Aquisição de novas viaturas, face ao facto de parte da frota se encontrar em fim de vida útil;

Desenvolvimento de projetos de alargamento da resposta social de ERPI.

Danos em instalações:

Durante a passagem da Depressão *Kristin*, em janeiro de 2026, registaram-se danos relevantes na cobertura do Centro de Dia, estimados em cerca de 4,5 mil euros. A Instituição encontra-se a avaliar o impacto económico e operacional decorrente deste evento.

Relações laborais:

Admite-se a possibilidade de surgirem conflitos com associações sindicais, com potencial reflexo em aumentos significativos de gastos, nomeadamente ao nível de encargos laborais.

Contexto geopolítico internacional

Após o encerramento do exercício, agravou-se a instabilidade geopolítica no Médio Oriente, marcada por intensificação de confrontos envolvendo Israel, Irão, Líbano, Gaza e outros atores regionais.

Em fevereiro de 2026, o ataque levado a cabo pelos Estados Unidos da América e por Israel contra o Irão, poderá ter influência nos preços da energia e na instabilidade os mercados financeiros, com repercussões na inflação e nas taxas de juro, pelo menos durante o ano de 2026, influenciando assim a atividade de curto prazo da instituição.

Encerramento do Centro de Férias enquanto ERPI

O encerramento do *Centro de Férias para Seniores, Comendador António José Martins Lopes* como ERPI, ocorrido após o termo do exercício, terá impacto nos gastos e rendimentos da Instituição, nomeadamente através da redução de atividade nesta resposta social.

Possível alienação de ativos

É provável a alienação de ativos não financeiros significativos. Os montantes que venham a ser obtidos deverão, em princípio, ser alocados a investimento, reforçando a capacidade de atuação da Instituição.

12.5. Evolução previsível da atividade

Perspetiva económica e financeira:

Prevê-se, num cenário de normalidade, que o crescimento dos gastos e dos rendimentos correntes se alinhe com as variações médias registadas em exercícios anteriores. Continua a verificar-se a necessidade de investimento nas respostas sociais, nomeadamente em equipamento móvel e em imobilizado, de forma a garantir a adequação e qualidade dos serviços prestados.

Porém, por via do exposto no parágrafo “Contexto geopolítico internacional”, supra, prevê-se uma influência na perspetiva económica e financeira da instituição, admitindo-se desvios desfavoráveis nos gastos correntes, desalinhando-os das mais recentes variações registadas.

Desenvolvimento das atividades e projetos:

Em 29 de janeiro de 2026, foi encerrado o *Centro de Férias para Seniores, Comendador António José Martins Lopes* enquanto resposta de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI).

Consequentemente, o exercício de 2026 será marcado por uma redução da atividade global nesta tipologia.

Não se prevê, no decurso do ano, a abertura, expansão ou encerramento de outras respostas sociais. Contudo, estima-se o desenvolvimento de projetos destinados ao alargamento da capacidade de ERPI num horizonte próximo.

Está igualmente prevista a instalação do Centro de Convívio e da Academia Sénior no edifício anteriormente afeto ao Centro de Férias, contribuindo para a dinamização de atividades destinadas à população idosa.

Ambiente externo:

Não se observam fatores demográficos ou sociais que indiciem uma diminuição da procura dos serviços sociais disponibilizados pela instituição. Assim, prevê-se a manutenção de taxas de ocupação semelhantes às verificadas em 2025, assegurando estabilidade e previsibilidade operacional.

Medidas estratégicas e prioridades:

Em consequência do encerramento do *Centro de Férias* enquanto ERPI, não serão renovados alguns contratos de trabalho a termo certo, adequando os recursos humanos ao decréscimo da atividade.

Paralelamente, está prevista a implementação de melhorias operacionais, incluindo a adoção de novas tecnologias, a revisão de procedimentos e a formalização de regras internas em diversos serviços e setores, reforçando a eficiência, a qualidade e a segurança dos processos.

12.6. Factos ocorridos com relevância

Salienta-se a existência de uma garantia bancária: Garval, Sociedade Garantia Mútua, SA., no valor de 4.000,00 euros, dos quais:

- 1.200,00 euros - Aquisição e montagem de painéis fotovoltaicos
- 2.800,00 euros - Crédito no valor de 280.000,00 euros, para investimento

E ainda:

Uma garantia de 30.000,00 euros, cativa na conta à ordem na Caixa Geral de Depósitos, como caução à Conta Corrente Cauçionada (CCC) com utilização até 100.000,00 euros.

À data de 31/12/2025, a CCC estava com uma utilização de 100.000,00 euros.

12.7. Proposta de aplicação de resultados

A Mesa Administrativa propõe que ao resultado líquido do exercício do ano 2025, no montante de € 31.169,50 (trinta e um mil, cento e sessenta e nove euros e cinquenta cêntimos), seja dada a seguinte aplicação:

- **€ 31.169,50 para resultados transitados**

13. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
13.1. Balanço em 31 de dezembro de 2025

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2025	31-12-2024
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		1 775 004,40	1 899 955,31
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento		-	-
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		9 490,27	9 490,27
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		1 784 494,67	1 909 445,58
Ativo corrente			
Inventários		9 396,73	10 949,49
Clientes		102 175,50	86 491,22
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber		6 960,23	6 842,25
Diferimentos		7 035,69	5 553,10
Outros Ativos financeiros		-	-
Caixa e depósitos bancários		99 771,04	54 329,07
Subtotal		225 339,19	164 165,13
Total do Ativo		2 009 833,86	2 073 610,71
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		302 570,26	302 570,26
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		787 142,41	938 291,37
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais		201 897,65	206 294,24
Resultado Líquido do período		31 169,50	(151 148,96)
Total do fundo do capital		1 322 779,82	1 296 006,91
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos		100 000,00	120 000,00
Outras contas a pagar			
Subtotal		100 000,00	120 000,00
Passivo corrente			
Fornecedores		147 088,36	164 378,17
Adiantamentos de clientes		-	-
Estado e outros Entes Públicos		93 092,48	130 529,10
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos		80 000,00	100 000,00
Diferimentos		-	-
Outras contas a pagar		266 873,20	262 696,53
Outros passivos financeiros			
Subtotal		587 054,04	657 603,80
Total do passivo		687 054,04	777 603,80
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 009 833,86	2 073 610,71

13.2. Demonstração de Resultados por Naturezas

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		2 220 758,17	2 101 211,29
Subsídios, doações e legados à exploração		281 056,34	187 568,20
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade		1 246,15	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(412 772,16)	(423 834,99)
Fornecimentos e serviços externos		(302 160,76)	(290 623,19)
Gastos com o pessoal		(1 762 505,15)	(1 618 296,45)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(26 328,85)	
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		199 479,60	67 569,30
Outros gastos e perdas		(16 488,97)	(13 818,62)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		182 284,37	9 775,54
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(141 903,41)	(142 512,87)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		40 380,96	(132 737,33)
Juros e rendimentos similares obtidos		3 064,19	801,12
Juros e gastos similares suportados		(12 275,65)	(19 212,75)
Resultados antes de impostos		31 169,50	(151 148,96)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		31 169,50	(151 148,96)

 Golegã, 31/03/2026
 O CONTABILISTA CERTIFICADO 59285

O ORGÃO DE GESTÃO

13.3. Demonstração de Resultados por Funções

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2025	2024
Vendas e serviços prestados	2 220 758,17	2 101 211,29
Custo das vendas e dos serviços prestados	412 772,16	423 834,99
Resultado bruto	1 807 986,01	1 677 376,30
Outros rendimentos	484 846,28	255 938,62
Gastos de Fornecimentos e Serviços Externos	302 160,76	290 623,19
Gastos com o Pessoal	1 762 505,15	1 618 296,45
Gastos de investigação e desenvolvimento		
Outros gastos	184 721,23	156 331,49
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	43 445,15	(131 936,21)
Gastos de financiamento (líquidos)	12 275,65	19 212,75
Resultados antes de impostos	31 169,50	(151 148,96)
Imposto sobre o rendimento do período		
Resultado líquido do período	31 169,50	(151 148,96)

 Golegã, 31/03/2026
 O CONTABILISTA CERTIFICADO 59285

O ORGÃO DE GESTÃO

13.4. Alteração nos Fundos Próprios no período 2025
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2025

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais		
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais			Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025		302 570,26	-	-	938 291,37	-	-	206 294,24	(151 148,96)	-	-	1 296 006,91
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(151 148,96)	a)	(4 396,59)	151 148,96				(4 396,59)
		-	-	-	(151 148,96)	-	(4 396,59)	-	-	-	-	1 291 610,32
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								31 169,50				31 169,50
RESULTADO EXTENSIVO								31 169,50	-	-		1 322 779,82
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2025		302 570,26	-	#	787 142,41	#	-	201 897,65	31 169,50	-	-	1 322 779,82

a) Imputação de subsídios relativos a 2025, para obras de reabilitação do LRCF. Contrapartida 78831.

Golegã, 31/03/2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO 59285

O ORGÃO DE GESTÃO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2024

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024		302 570,26			1 048 787,30			185 715,26	(110 495,93)		1 426 576,89
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(110 495,93)			(4 396,61)	110 495,93		(4 396,61)
		-	-	-	(110 495,93)	-	-	(4 396,61)	-	-	1 422 180,28
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									(151 148,96)		(151 148,96)
RESULTADO EXTENSIVO									(151 148,96)	-	1 271 031,32
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados								24 975,59			24 975,59
Outras operações											-
		-	-	-	-	-	-	24 975,59	-	-	24 975,59
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2024		302 570,26	-	#	938 291,37	#	-	206 294,24	(151 148,96)	-	1 296 006,91

Golegã, 31/03/2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO 59285

O ORGÃO DE GESTÃO

13.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31/12/2025

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2025	2024
<u>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</u>		
Recebimentos de clientes e utentes	1 616 035,20	1 542 578,33
Pagamentos de subsídios		
Pagamentos de apoios		
Pagamentos de bolsas		
Pagamento a fornecedores	(669 813,49)	(624 302,02)
Pagamentos ao pessoal	(1 193 975,49)	(1 093 356,56)
Caixa gerada pelas operações	(247 753,78)	(175 080,25)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos	289 220,22	162 900,85
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	41 466,44	(12 179,40)
<u>Fluxos de caixa das actividade de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	(20 021,56)	(27 759,05)
<i>Ativos intangíveis</i>		
<i>Investimentos financeiros</i>	-	-
<i>Outros Ativos</i>		
Recebimentos provenientes de:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	35 000,00	-
<i>Ativos intangíveis</i>		
<i>Investimentos financeiros</i>		
<i>Outros Ativos</i>		
<i>Subsídios ao investimento</i>		
<i>Juros e rendimentos similares</i>	-	-
<i>Dividendos</i>		
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)	14 978,44	(27 759,05)
<u>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
<i>Financiamentos obtidos</i>		52 000,00
<i>Realizações de fundos</i>		
<i>Cobertura de prejuízos</i>		
<i>Doações</i>	41 272,74	25 000,00
<i>Outras operações de financiamento</i>		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Financiamentos obtidos</i>	(420 000,00)	(108 250,00)
<i>Juros e gastos similares</i>	(12 275,65)	(19 212,75)
<i>Dividendos</i>		
<i>Reduções do fundo</i>		
<i>Outras operações de financiamento</i>		
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)	(11 002,91)	(50 462,75)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	45 441,97	(90 401,20)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	54 329,07	144 730,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período	99 771,04	54 329,07

Golegã, 31/03/2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO 59285

O ORGÃO DE GESTÃO

13.6. Anexo

13.6.1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia da Golegã é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede na Rua João de Deus 97, 2150 – 196 Golegã. Tem como atividades, Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, Centro de Convívio, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, Cantina Social e Residências Assistidas.

13.6.2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. O Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Anexo 16 da Portaria 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2011, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL.

13.6.3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

- **Bases de Apresentação**
As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)
- **Continuidade**
Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo-se que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.
- **Regime do Acréscimo (periodização económica):**
Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se

relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

- **Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

- **Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

- **Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados

- **Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

13.6.4. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

- **Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Edifícios Conservação	10
Equipamento administrativo	8
Outros Ativos Fixos Tangíveis	8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo as que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

- **Propriedades de Investimento**

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração

dos Resultados. No entanto as benfeitorias que permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

- **Ativos Intangíveis**

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	-
Programas de Computador	3
Propriedade Industrial	-
(...)	-
Outros Ativos Intangíveis	-

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

- **Inventários**

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis, devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão

diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

- **Instrumentos Financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

- **Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

- **Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

- **Financiamentos Obtidos**

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

- **Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*

- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2022 a 2025 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

13.7. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

13.8. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025 mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2024

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
Terrenos e recursos naturais	16 964,63	-	-	-	-	16 964,63
Edifícios e outras construções	4 095 558,10	82 142,06	-	(73 336,57)	-	4 104 363,59
Equipamento básico	543 215,38	16 422,28	-	-	-	559 637,66
Equipamento de transporte	251 725,25	-	-	-	-	251 725,25
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	292 597,90	-	-	-	-	292 597,90
Outros Ativos fixos tangíveis	272 506,68	2 531,28	-	-	-	275 037,96
Total	5 472 567,94	101 095,62	-	(73 336,57)	-	5 500 326,99
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	16 659,74	-	-	-	-	16 659,74
Edifícios e outras construções	2 207 785,95	120 833,69	-	-	-	2 328 619,64
Equipamento básico	558 548,95	15 211,63	-	-	-	573 760,58
Equipamento de transporte	252 125,07	4 317,96	-	-	-	256 443,03
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	294 560,94	-	-	-	-	294 560,94
Outros Ativos fixos tangíveis	128 178,16	2 149,59	-	-	-	130 327,75
Total	3 457 858,81	142 512,87	-	-	-	3 600 371,68

	Saldo em 01-Jan-2024	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2024
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

31 de Dezembro de 2025

	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
Custo						
Terrenos e recursos naturais	16 964,63	-	-	-	-	16 964,63
Edifícios e outras construções	4 104 363,59	8 463,41	(9 180,07)	-	-	4 103 646,93
Equipamento básico	559 637,66	12 804,30	-	-	-	572 441,96
Equipamento de transporte	251 725,25	-	(21 845,96)	400,00	-	230 279,29
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	292 597,90	-	-	-	-	292 597,90
Outros Ativos fixos tangíveis	275 037,96	-	-	(400,00)	-	274 637,96
Total	5 500 326,99	21 267,71	(31 026,03)	-	-	5 490 568,67
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	16 659,74	-	-	(16 659,74)	-	-
Edifícios e outras construções	2 328 619,64	119 207,45	(4 864,86)	16 659,74	-	2 459 621,97
Equipamento básico	573 760,58	16 228,41	-	-	-	589 988,99
Equipamento de transporte	256 443,03	-	(21 845,96)	-	-	234 597,07
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	294 560,94	4 317,96	-	-	-	298 878,90
Outros Ativos fixos tangíveis	130 327,75	2 149,59	-	-	-	132 477,34
Total	3 600 371,68	141 903,41	(26 710,82)	-	-	3 715 564,27

	Saldo em 01-Jan-2025	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2025
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” os movimentos ocorridos, nos períodos de 2024 e 2025, foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2024

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2024
Propriedade investimento	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

31 de Dezembro de 2025

	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2025
Propriedade investimento	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

13.9. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2024

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	1 352,62	-	-	-	-	1 352,62
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	1 352,62	-	-	-	-	1 352,62
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	1 352,62	-	-	-	-	1 352,62
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	1 352,62	-	-	-	-	1 352,62

	Saldo em 01-Jan-2024	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2024
Perdas por Imparidade Acumuladas				
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

31 de Dezembro de 2025

	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	1 352,62	-	-	-	-	1 352,62
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	1 352,62	-	-	-	-	1 352,62
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	1 352,62	-	-	-	-	1 352,62
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	1 352,62	-	-	-	-	1 352,62

	Saldo em 01-Jan-2025	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2025
Perdas por Imparidade Acumuladas				
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

13.10. Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2025			2024		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2025			2024		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	-	-	-	-	-	-
De um a cinco anos	-	-	-	-	-	-
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

13.11. Custos de Empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2025			2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	80 000,00	100 000,00	180 000,00	100 000,00	120 000,00	220 000,00
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	80 000,00	100 000,00	180 000,00	100 000,00	120 000,00	220 000,00

13.12. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2025
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	14 084,16	421 935,20	(1 234,88)	10 949,49	413 972,59	(2 753,19)	9 396,73
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	14 084,16	421 935,20	(1 234,88)	10 949,49	413 972,59	(2 753,19)	9 396,73
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				423 834,99			412 772,16
Variações nos inventários da produção				-			-

De referir que os valores da rubrica “Matérias-primas, subsidiárias e de consumo” se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas: 9 396,73€;
- Matérias Subsidiárias: 0,00€;
- Matérias de Consumo: 0,00€.

13.13. Réditos

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	2 220 758,17	2 101 211,29
Quotas dos utilizadores	1 428 851,76	1 366 777,66
Quotas e Jóias	1 050,00	970,00
Subsídios ISS, IP	790 856,41	733 463,63
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
...	-	-
Juros	-	-
<i>Royalties</i>	-	-
Dividendos	-	-
Total	2 220 758,17	2 101 211,29

13.14. Subsídios e Apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Governo	225 546,28	137 033,87
ISS IP - Centro Distrital	219 802,36	137 033,87
IEFP	5 743,92	-
Fundo Socorro Social	-	-
...	-	-
Apoios do Governo	-	-
IAPMEI	-	-
Total	225 546,28	137 033,87

13.15. Imposto sobre o Rendimento

A entidade não está sujeita a IRC nem a tributações autónomas.

Descrição	2025	2024
IRC Liquidado	-	-
Tributação Autónoma	-	-
Total	-	-

13.16. Benefícios dos Empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos exercícios de 2025 e 2024, foram os seguintes:

- 11 (onze) membros efetivos, dos quais:
 - ✓ 3 da Mesa da Assembleia Geral;
 - ✓ 5 da Mesa Administrativa;
 - ✓ 3 do Conselho Fiscal);

Os membros dos órgãos sociais usufruíram, em 2025, as seguintes remunerações:

- Provedor: 28 624,48 euros

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2025 foi de 108, menos uma do que no ano de 2024.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	29 271,12	28 624,48
Remunerações ao Pessoal	1 387 253,15	1 274 948,39
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	4 725,07	-
Encargos sobre as Remunerações	315 539,66	289 981,86
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	17 974,64	17 366,91
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	7 741,51	7 374,81
Total	1 762 505,15	1 618 296,45

13.17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social encontra-se regularizada, por via de um plano prestacional, cujo processo é o seguinte

- Processo 1401202300196363 e Apenso | Plano N.º 1588/2024, cujo capital em dívida, acrescido de custas e juros, totaliza 56 325,00 €, em 31/12/2025

Existe ainda um passivo financeiro, a 31/12/2025, no valor de 80.000.00 euros, na Caixa Geral de Depósitos.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2025 e 2024, foram de 4.895,40 euros, e 4.674,00, respetivamente.

13.18. Outras Informações

Para uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

13.18.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2025	2024
Investimentos em subsidiárias	4 498,80	4 498,80
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	4 498,80	4 498,80
Investimentos em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos noutras empresas	4 991,47	4 991,47
Outros Métodos	4 991,47	4 991,47
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	9 490,27	9 490,27

13.18.2. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica “**Clientes**” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes c/c	102 175,50	86 491,22
Clientes	-	-
Utentes	102 175,50	86 491,22
Clientes e Utentes Adiantamentos	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	102 175,50	86 491,22

Nos períodos de 2025 e 2024 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Perdas por Imparidade do período		
Descrição	2025	2024
Clientes	(26 328,85)	-
Utentes	-	-
Total	(26 328,85)	-

13.18.3. Outras Contas a Receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Adiantamentos ao pessoal	3 292,05	3 740,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	3 668,18	3 102,25
...	-	-
Outros Devedores	-	-
Perdas por Imparidade	-	-
Total	6 960,23	6 842,25

13.18.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a reconhecer		
Despesas Diversas (Seguros)	7 035,69	5 553,10
Despesa Formandos POISE	-	-
...	-	-
Total	7 035,69	5 553,10
Rendimentos a reconhecer		
POPH	-	-
...	-	-
...	-	-
Total	-	-

13.18.5. Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2025	2024
	-	-
Fundo Financeiro CGD	-	-
Outros Activos Financeiros	-	-
Depósito Prazo CGD	-	-
Total	-	-

13.18.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	3 853,92	3 824,34
Depósitos à ordem	95 917,12	50 504,73
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
Total	99 771,04	54 329,07

13.18.7. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2025	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2025
Fundos	302 570,26	-	-	302 570,26
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	938 291,37	-	(151 148,96)	787 142,41
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	206 294,24	-	(4 396,59)	201 897,65
Total	1 447 155,87	-	(155 545,55)	1 291 610,32

13.18.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	147 088,36	164 378,17
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	147 088,36	164 378,17

13.18.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	-	-
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	5 854,24	4 536,61
Segurança Social	87 238,24	125 992,49
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	93 092,48	130 529,10

13.18.10. Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	-	-	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	8 309,24	-	16 834,50
Credores por acréscimos de gastos	-	235 803,52	-	218 323,75
Outros credores	-	22 760,44	-	27 538,28
	-	-	-	-
Total	-	266 873,20	-	262 696,53

13.18.11. Outros Passivos Financeiros

Os “Outros passivos financeiros” em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são os seguintes:

Descrição	2025	2024
	-	-
	-	-
	-	-
Total	-	-

13.18.12. Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2023, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios de outras entidades	-	-
POPH	-	-
Donativos	14 237,32	25 534,33
Legados	41 272,74	25 000,00
...	-	-
Total	55 510,06	50 534,33

13.18.13. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	-	-
Trabalhos Especializados	46 311,43	36 803,84
Publicidade e Propaganda	295,20	130,00
Vigilância e Segurança	1 188,03	2 372,05
Honorários	-	-
Comissões	-	-
Conservação e reparação	23 111,08	37 855,96
Serviços Bancários	1 961,85	915,32
Ferramentas e Utensílios	9 729,12	10 433,43
Material de Escritório	3 935,06	5 744,88
Artigos para Oferta	1 715,16	1 536,65
Electricidade	76 575,75	42 701,53
Combustíveis	63 045,26	73 954,33
Água	21 788,01	18 688,00
Deslocações e Estadas	137,24	471,39
Rendas e Alugueres	3 722,79	4 480,28
Comunicação	15 788,07	14 272,73
Seguros	8 887,72	10 296,72
Contencioso e Notariado	332,04	1 101,08
Despesas de representação	-	77,30
Limpeza, Higiene e Conforto	6 671,66	3 998,01
Outros	16 965,29	24 789,69
...	-	-
Total	302 160,76	290 623,19

Discriminação das três rubricas de maior valor, por ordem decrescente:

Electricidade	76 575,75
Combustíveis	63 045,26
<i>Combustíveis</i>	<i>8 581,66</i>
<i>Gás</i>	<i>54 463,60</i>
Trabalhos especializados	46 311,43

13.18.14. Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	8 919,65	1 527,78
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	50,00
Recuperação de dívidas a receber	4 586,33	2 636,09
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	147 311,80	33 627,07
Outros rendimentos e ganhos	38 661,82	29 728,36
Total	199 479,60	67 569,30

13.18.15. Outros Gastos e Perdas

A rubrica de “Outros Gastos e Perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	463,60	124,34
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	16 025,37	13 694,28
Total	16 488,97	13 818,62

13.18.16. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	12 275,65	19 212,75
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	12 275,65	19 212,75
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	3 064,19	801,12
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	3 064,19	801,12
Resultados financeiros	(9 211,46)	(18 411,63)

13.18.17. Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nem eventos que exijam ajustamento de contas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 23/03/2026 e submetidas à apreciação, discussão e votação da Assembleia Geral de 31/03/2026.

Golegã, 31 de março de 2026

O Contabilista Certificado,

P'lo Órgão de Gestão,



PARACERES E CERTIFICAÇÕES

14. PARECERES E CERTIFICAÇÕES

14.1. Parecer do Conselho Fiscal



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos das suas competências, designadamente nas referidas na alínea c) do N.º 1 do Artigo 31.º do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Golegã, vem o Conselho Fiscal submeter à Assembleia Geral de 31/03/2026 o seu **parecer relativo ao Relatório de Atividades e Contas do Exercício do exercício do ano de 2025**, proposto pela Mesa Administrativa.

A nossa análise e verificação foi efetuada com o objetivo de obter uma garantia aceitável de que as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes.

É da responsabilidade da Mesa Administrativa a apresentação do Relatório de Atividades e Contas, assim como as respetivas demonstrações financeiras, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a real situação financeira e contabilística da Misericórdia da Golegã, o resultado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos conformes à Lei e restantes normativos aplicáveis.

O Conselho Fiscal procedeu à análise das demonstrações financeiras constantes do Relatório de Atividades e Contas do exercício anterior, que compreendem o **Balço e Demonstração de Resultados**, destacando:

- a) **Do Balço:** Um ativo total de € 2.009.833,86; um passivo total de € 687.054,04; e um fundo de capital de € 1.322.779,82;
- b) **Da Demonstração de Resultados por Naturezas:** Um total de gastos de € 2.520.255,89, e € 141.903,41 referente a gastos e reversões de depreciação e de amortização; um total de rendimentos de € 2.702.540,26; um Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos positivo, de € 182.284,37; e um Resultado Líquido positivo, de € 31.169,50.

Foram ainda verificados os indicadores de análise financeira, constatando-se que a “Autonomia Financeira”, a “Dependência Financeira” e a “Solvabilidade” estão dentro dos valores de referência, mas a “Liquidez Geral” apresenta um rácio de apenas 38% face ao valor de referência, o que evidencia insuficiência de meios líquidos para fazer face às responsabilidades de curto prazo.

Sob o ponto de vista estritamente orçamental, a **taxa de execução orçamental dos gastos foi de 99,3%** (sem a consideração de gastos e reversões de depreciação e de amortização) e a **execução dos rendimentos foi de 104,7%**.





Verificou-se a alienação de um ativo não financeiro pelo valor de € 30.684,79 e também a alienação do direito vitalício de habitação de duas residências assistidas, num total de € 82.500,00. Paralelamente e em contraponto, foram assumidas imparidades no valor de € 26 328,85.

É entendimento do Conselho Fiscal que as contas refletem com fiabilidade a realidade financeira da instituição, pelo que, face ao exposto no presente documento, o Conselho Fiscal emite **parecer favorável à aprovação do Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2025.**

À consideração da Assembleia Geral.

Golegã, aos 23 de março de 2026

O Conselho Fiscal,

 José Frederico da Silva Iria Presidente	 Maria de Fátima Contente Vice-Presidente	 Bruno Manuel Pereira Antunes Secretário
--	---	---



geral@misericordiagolega.pt
www.misericordiagolega.pt

R João de Deus, 97
2130-196 Golegã

14.2. Certificação legal das contas



A.B. - António Bernardo & Associados
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de “SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA GOLEGÃ” (a Entidade), que compreendem o balanço em **31 de Dezembro de 2025** (que evidencia um total de **2.009.834** euros e um total de fundos patrimoniais de **1.322.780** euros, incluindo um resultado líquido de **31.170** euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de “SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA GOLEGÃ” em **31 de dezembro de 2025** e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



A.B. - ANTÓNIO BERNARDO & ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA
N.ºPC: 581 207 190 | CAPITAL SOCIAL: 7 500€ | REG. CRC LISBOA

RUA TOMÁS RIBEIRO, 41 - 3.º
1550-025 LISBOA
PORTUGAL

TEL: 213 571 635 - 213 526 629
FAX: 213 159 349
E-MAIL: geral@abirec.pt



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



A.B. - ANTÓNIO BERNARDO & ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA
N.ºIC: 581 207 190 | CAPITAL SOCIAL: 7 500€ | REG. CRC LISBOA

RUA TOMÁS RIBEIRO, 41 - 3.º
1550-025 LISBOA
PORTUGAL

TEL: 213 571 635 - 213 526 629
FAX: 213 159 349
E-MAIL: geral@abirec.pt

Ênfase

Conforme divulgado nas notas 12.4 e 12.5 do Relatório de Atividades e Contas de 2025, em fevereiro de 2026, o ataque levado a cabo pelos Estados Unidos da América e por Israel contra o Irão, poderá ter influência nos preços da energia e na instabilidade dos mercados financeiros, com repercussões na inflação e nas taxas de juro, pelo menos durante o ano de 2026, influenciando assim a atividade de curto prazo da instituição, pelo que prevê-se uma influência na perspetiva económica e financeira da instituição, admitindo-se desvios desfavoráveis nos gastos correntes, desalinhando-os das mais recentes variações registadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 31 de março de 2026



Dr. António Bernardo

Nº de Registo na OROC nº. 501 e

Nº de registo na CMVM nº 20160178

Sócio de

AB – ANTÓNIO BERNARDO & ASSOCIADO
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Com o Nº de Registo na OROC nº 2 e

Nº de Registo na CMVM nº 20161372

